

UNIVERSIDADE VALE DO TAQUARI - UNIVATES  
CURSO CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL: UMA ANÁLISE NO  
MUNICÍPIO DE MATO LEITÃO**

Sabrina Elisa Pilz

Lajeado, outubro de 2017

Sabrina Elisa Pilz

## **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL: UMA ANÁLISE NO MUNICÍPIO DE MATO LEITÃO**

Monografia apresentada na disciplina de Estágio Supervisionado em Contabilidade II, do Curso de Ciências Contábeis, da Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, como uma das exigências para obtenção do título de Bacharela em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Me. Ari Künzel

Lajeado, outubro de 2017

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em especial aos meus pais, Lisani e Eloir Pilz, pela educação, pelo apoio, pelo incentivo, pela força e por todo esse amor incondicional, sempre me incentivando a ir em busca dos meus sonhos e a atingir meus objetivos. Agradeço muito ao meu namorado Marcelo Deitos, por compreender os diversos momentos de ausência dedicados a graduação e por todo o apoio, conselhos e incentivos durante o curso. Aos meus fiadores do FIES, Eloisa e Fernando Hendges, Marinês e Moacir Halmenschlager pela confiança depositada em mim. Agradeço também ao meu irmão e aos meus amigos pelo constante apoio.

Agradeço aos inúmeros professores da UNIVATES, que contribuíram com o meu desenvolvimento profissional durante todo o curso, em especial ao meu orientador, Professor Me. Ari Kunzel pela disponibilidade, pela paciência e pelas contribuições durante este último ano que tornou possível a conclusão desta monografia.

Agradeço também a Prefeitura Municipal de Mato Leitão e todos os Microempreendedores Individuais que contribuíram para a conclusão desta monografia.

## RESUMO

No Brasil o número de pessoas que trabalham na informalidade tem chamado a atenção do governo. Com a criação da Lei Complementar N° 128 de 19 de dezembro de 2008 o governo criou a figura do Microempreendedor Individual (MEI), possibilitando assim uma forma fácil e de baixo custo para a legalização dos milhares de trabalhadores que atuavam na informalidade. O objetivo deste estudo foi identificar o perfil dos microempreendedores individuais do município de Mato Leitão-RS, analisar as características destes profissionais, as principais dificuldades e verificar se estão conseguindo cumprir com as obrigações legais. Para a concretização do objetivo aplicou-se 92 questionários com microempreendedores individuais do município. Os dados obtidos foram tratados com o Software *Sphinx* e os resultados mais relevantes mostraram que: o gênero ficou 44,6% mulheres e 55,4% homens, a faixa etária que mais se destacou foi de 31 a 40 anos e o nível de escolaridade de 37% dos respondentes foi ensino fundamental incompleto. Os principais motivos para a formalização foram: a facilidade no processo de formalização e o baixo custo, a regularização do empreendimento próprio e o acesso a direitos previdenciários. As principais dificuldades citadas foram: Conquistar clientes e encontrar fornecedores baratos e confiáveis. E em relação as obrigações legais, quase todos os respondentes estavam conseguindo cumpri-las com o auxílio de um contador ou profissional da área.

**Palavras-chave:** Mercado Informal. Microempreendedor Individual (MEI). Perfil. Mato Leitão-RS.

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Benefícios Previdenciários e carências.....	24
Quadro 2 - Relatório Mensal das Receitas Brutas .....	32

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gênero.....	54
Gráfico 2 - Faixa Etária .....	55
Gráfico 3 - Escolaridade.....	56
Gráfico 4 - Como soube do MEI .....	57
Gráfico 5 - Tempo de formalização .....	58
Gráfico 6 - Auxílio no processo de formalização .....	58
Gráfico 7 - Três principais motivos da formalização.....	59
Gráfico 8 - Setor de atuação .....	60
Gráfico 9 - Local de atuação .....	61
Gráfico 10 - Principal ocupação antes do MEI .....	63
Gráfico 11 - Possui outra fonte de renda.....	64
Gráfico 12 - Perspectiva de crescimento.....	65
Gráfico 13 - Principais dificuldades .....	65
Gráfico 14 - Auxílio geração da guia mensal (DASMEI).....	67
Gráfico 15 - Entrega da Declaração Anual Simplificada (DASNSIMEI).....	68
Gráfico 16 - Auxílio geração da Declaração Anual Simplificada (DASNSIMEI) .....	69
Gráfico 17 - Relatório Mensal das Receitas Brutas.....	69
Gráfico 18 - Auxílio obrigações trabalhistas .....	70
Gráfico 19 - Capacidade de cumprir com as obrigações sem auxílio.....	71

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tributos do Empreendedor Individual.....	29
Tabela 2 - Atividades principais.....	61
Tabela 3 - Sugestões dos MEIS entrevistados.....	71

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

%	Por cento
Art.	Artigo
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CGSIM	Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de empresas e negócios
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNAE	Classificação Nacional de Atividade Econômica
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
COFINS	Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social
CPF	Cadastro Pessoa Física
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
DASMEI	Documento de Arrecadação do Simples Nacional Microempreendedor Individual
FENACON	Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas



FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
GFIP	Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social
GPS	Guia da Previdência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e Comunicação
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
ISS	Imposto Sobre Serviços
MEI	Microempreendedor Individual
PGDAS	Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional
PGMEI	Programa Gerador do Microempreendedor Individual
PIS	Programa de Integração Social
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RFB	Receita Federal do Brasil
RS	Rio Grande do Sul
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SIMEI	Simples Nacional – Microempreendedor Individual

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
1.1 Tema .....	12
1.2 Delimitação do tema .....	12
1.3 Problema de pesquisa .....	13
1.4 Objetivos .....	13
1.4.1 Objetivo geral .....	14
1.4.2 Objetivos específicos.....	14
1.5 Justificativa.....	14
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>16</b>
2.1 Definição de Empreendedor.....	16
2.1.1 Comportamento de Empreendedor .....	17
2.1.2 Empreendedorismo por oportunidade e por necessidade .....	17
2.2 Surgimento do Microempreendedor Individual .....	19
2.3 Definição de Microempreendedor Individual .....	20
2.4 Legislação.....	20
2.5 Registro e legalização.....	21
2.6 Benefícios .....	23
2.6.1 Benefícios Previdenciários.....	23
2.6.2 Emissão de Nota Fiscal .....	24
2.6.3 Acesso a créditos e financiamentos bancários.....	25
2.6.4 Dispensa de livros contábeis e fiscais .....	25
2.6.5 Atendimento Gratuito.....	26
2.7 Opção pelo SIMPEI .....	26
2.8 Vedação à opção SIMPEI .....	27
2.9 Tributação .....	28
2.10 Receita Bruta .....	31
2.10.1 Comprovação de Receita Bruta .....	32
2.10.2 Excesso de Receita Bruta.....	33
2.11 Desenquadramento do SIMPEI.....	35
2.12 Prestação de serviços a empresas .....	37
2.12.1 Encargos de INSS para empresa contratante .....	37
2.13 Obrigações e responsabilidades do MEI.....	38

2.13.1 Obtenção de alvará .....	38
2.13.2 Relatório Mensal das Receitas Brutas.....	39
2.13.3 Declaração Anual Simplificada .....	39
2.13.3.1 Declaração Anual Simplificada de extinção.....	40
2.13.4 Obrigações para MEI que possui empregado.....	40
2.14 Baixa do MEI .....	42
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>44</b>
3.1 Tipos de pesquisas .....	44
3.1.1 Caracterização da pesquisa quanto ao modo de abordagem .....	45
3.1.2 Caracterização da pesquisa quanto ao procedimento técnico .....	46
3.1.3 Caracterização da pesquisa quanto ao objetivo geral .....	47
3.2 População e amostra da pesquisa.....	48
3.3 Coleta de dados.....	48
3.4 Tratamento e análise dos dados coletados .....	49
3.5 Limitações do método .....	50
<b>4 CARACTERÍSTICAS DO AMBIENTE DE PESQUISA.....</b>	<b>51</b>
<b>5 ANÁLISE DE RESULTADOS .....</b>	<b>53</b>
5.1 Perfil dos entrevistados.....	53
5.2 Formalização e principais motivações .....	56
5.3 Atuação e principais atividades.....	60
5.4 Ocupações antes da formalização e a perspectiva de crescimento.....	62
5.5 Principais dificuldades .....	65
5.6 Cumprimento das obrigações legais.....	66
5.7 Sugestões dos MEIS entrevistados.....	71
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>73</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>75</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>81</b>
<b>APÊNDICE A – Questionário .....</b>	<b>82</b>
<b>APÊNDICE B – Atividades permitidas ao MEI por CNAE.....</b>	<b>85</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As empresas têm sua origem de diversas formas, parte delas são decorrente de algumas iniciativas no ambiente doméstico, onde habilidades ou conhecimentos sobre algum produto ou serviço, passam a ser ofertado e vendido para conhecidos sem formalização da atividade.

Para incentivar a formalização dos pequenos negócios, a Lei Complementar 123/2006 criou o Simples Nacional, com o objetivo de unificar a arrecadação dos tributos e contribuições devidos pelas micro e pequenas empresas brasileiras, no âmbito dos governos federal, estaduais e municipais. Desta maneira, o governo esperava abrir as portas para a regularização de milhões de negócios informais no país, porém o novo regime mesmo que chamado de Simples mostrou ser ainda complexo tornando-se pouco atrativo para regularização dos negócios informais.

Com a criação da Lei Complementar 128/2008 surgiu a figura do Microempreendedor Individual – MEI, que é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Através desta lei o governo criou condições especiais para que o trabalhador conhecido como informal possa sair da informalidade, se legalizar, fazer o registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), o que facilita a abertura de conta bancária e o acesso à emissão de notas fiscais de suas vendas e ainda ter direito a diversos benefícios, como auxílio-doença, auxílio-maternidade, aposentadoria, entre outros.

Atualmente o Microempreendedor Individual pode atuar em uma das mais de 400 atividades permitidas para o segmento, ter faturamento bruto máximo de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) anualmente, não pode ser sócio ou titular de outra empresa e ter no máximo um funcionário que receba até um salário-mínimo, ou o piso da sua categoria.

Os tributos são recolhidos mensalmente através de Documento de Arrecadação do Simples Nacional Microempreendedor Individual (DASMEI) que deverá ser paga até o dia vinte de cada mês. O MEI é isento de tributos federais (PIS, COFINS, IPI, IRPJ e CSLL), mas recolhe em guia única um valor reduzido, que dependerá do tipo de atividade exercida pela empresa, sendo que este valor será mensal e fixo que é destinado a Previdência Social e ao ICMS ou ao ISS para ter acesso aos benefícios e poderá ser ajustado anualmente.

Para compreender melhor a situação dos microempreendedores individuais a pesquisa realizada com empreendedores locais buscou identificar o perfil dos MEIS do município de Mato Leitão, saber suas principais dificuldades e verificar se estão conseguindo cumprir com as obrigações previstas na legislação aplicada à sua atividade.

## **1.1 Tema**

O tema deste estudo é o Microempreendedor Individual (MEI).

## **1.2 Delimitação do tema**

A delimitação do tema deste estudo ocorre no município de Mato Leitão - RS e está vinculada à aplicação de questionários a microempreendedores individuais do município cadastrados até agosto de 2017.

### **1.3 Problema de pesquisa**

Com o surgimento da Lei Complementar 128/2008 milhares de empreendedores que atuavam na informalidade optaram em formalizar seu negócio, motivados pelos diversos benefícios propostos pela lei, pela desburocratização, agilidade e simplicidade no processo de formalização.

Conforme pesquisa do perfil do Microempreendedor Individual realizada em 2015 pelo SEBRAE:

Após mais de cinco anos da existência do Microempreendedor Individual (MEI), não há dúvidas do tamanho e da importância desse fenômeno. De julho de 2009 a dezembro de 2015 o número de MEI saltou de zero para 5.680.614 alcançando uma média de 100 registros por hora.

Tendo como objeto os microempreendedores individuais e a sua continuidade diante do considerável aumento de MEIS no Brasil a cada ano, o problema de pesquisa foi: Qual o perfil dos microempreendedores individuais locais, suas principais dificuldades no negócio e o procedimento que utilizam para cumprir com as obrigações exigidas pela lei?

### **1.4 Objetivos**

Os objetivos desta pesquisa para uma melhor compreensão foram divididos e detalhados em objetivo geral e objetivos específicos.

#### **1.4.1 Objetivo geral**

Como objetivo geral o estudo buscou identificar o perfil dos microempreendedores individuais, as suas principais dificuldades e verificar se estão cumprindo com as obrigações previstas em lei.

#### **1.4.2 Objetivos específicos**

Os objetivos específicos propostos são:

- Levantar a legislação aplicada ao Microempreendedor Individual (MEI);
- Identificar o perfil dos MEIS do município;
- Identificar se possuem conhecimento das obrigações atribuídas em lei;
- Levantar informações sobre o desenvolvimento e as principais dificuldades dos MEIS;
- Identificar se estão conseguindo cumprir com as obrigações e se possuem auxílio de profissionais da área.

#### **1.5 Justificativa**

No Brasil a carga tributária tem muita incidência sobre as atividades empresariais. São diversas obrigações com o fisco, além do recolhimento e retenções de tributos e esta enorme burocracia e complexidade de arrecadação, fazem com que empreendedores acabem optando pela informalidade (ZANLUCA, 2017).

A formalização como MEI atinge em especial os chamados autônomos ou ambulantes, como cabeleireiros, sapateiros, costureiras, pipoqueiros, entre outros, porém este público não está familiarizado com as exigências para a manutenção de uma empresa e também teriam em sua maioria dificuldades para manter um profissional de contabilidade.

Com este considerável aumento de MEIS formalizados verifica-se cada vez mais a necessidade de conhecer o perfil destes e verificar como estão fazendo para cumprir suas obrigações.

Para a acadêmica é uma oportunidade de estudar a legislação e conhecer melhor a realidade deste tipo de empreendedor que poderá ser público para ser atendido por novos profissionais da contabilidade.

Para a academia o estudo contribui para aproximar a utilização de conhecimentos e recursos para de alguma forma melhorar as condições para atender as necessidades de formação para o mercado.



## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

O referencial teórico deste trabalho trata do Empreendedorismo, do comportamento empreendedor, do empreendedorismo por oportunidade ou por necessidade, do surgimento da figura do Microempreendedor Individual, definição, legislação, formalização, tributação, benefícios, obrigações, declarações e extinção.

### **2.1 Definição de Empreendedor**

As oportunidades de negócios encontram - se em diversos ambientes e são visíveis por algumas pessoas que são capazes de identificá-las, selecioná-las e transformá-las em negócio real. Quem possui esta capacidade é chamado de empreendedor, pois ele consegue ver a oportunidade onde outros não enxergam, ele não mede sacrifícios pessoais para criar e manter seu empreendimento, e faz isso com tal entusiasmo que consegue convencer as outras pessoas a ajudá-lo nessa realização (LEMES JUNIOR; PISA, 2010).

Conforme Escarlata (2010, p. 09):

O Empreendedor é um indivíduo capaz de pensar e agir de forma inovadora, identificando e criando oportunidades, inspirando, renovando e liderando processos, tornando possível o que parece impossível, entusiasmando pessoas, combatendo a acomodação a rotina e assumindo riscos calculados em favor do lucro.

### **2.1.1 Comportamento de Empreendedor**

Os empreendedores são pessoas que fazem a diferença, que desenvolvem a sua capacidade de superar limites e sem eles não haveria desenvolvimento mundial, por isso, cada vez mais estas características devem ser potencializadas. Uma das características principais de um empreendedor é o comprometimento, pois ele sabe que apenas a força de vontade não basta, é preciso atuar com espírito de que tudo é possível.

Conforme Lemes Junior; Pisa (2010, p. 09):

As características que determinam o comportamento do empreendedor decorrem de sua personalidade, conhecimentos, experiências, habilidades, motivação e valores. Estão intimamente ligadas à capacidade de percepção do mundo e aprendizagem de como as ideias são postas em prática, através das atitudes.

A maior qualidade de um empreendedor é conhecida como “competência especial”, que é descrita como o desejo de começar um novo negócio e aplicar todos os esforços para que o empreendimento tenha sucesso (LEMES JUNIOR; PISA, 2010).

O comportamento empreendedor precisa ser praticado porque aprendemos muito mais fazendo, se absorve apenas o que se quer, e quanto maior a ligação entre o que se aprende e o que já sabemos muito melhor será a aprendizagem (TACHIZAWA; FARIA, 2002).

### **2.1.2 Empreendedorismo por oportunidade e por necessidade**

Devido a alguns fatores, como o desemprego e baixos salários, as pessoas sentem cada vez mais a necessidade de procurar novas alternativas de renda, porém, o poder crítico, o bom senso e a análise do negócio parecem ficar ofuscados pelo surgimento de uma “boa ideia”.

Tachizawa e Faria (2010) destacam que quando uma pessoa pensa em montar uma empresa, deve procurar realizar algo que a satisfaça, que a faça sentir feliz por estar enfrentando esse desafio. É importante também que se estabeleça uma meta, determinando com precisão os objetivos e as atividades da futura empresa.

São muitos os motivos que levam um empreendedor a formalizar sua empresa. Alguns optam por formalizar uma empresa por mera vaidade, sem levar em consideração a batalha árdua que terão que enfrentar, outros tomam esta decisão sem analisar a questão a fundo, baseando-se no “acho que vai dar certo”, mas também tem aquelas pessoas que acabam optando pela necessidade.

O empreendedorismo por necessidade ocorre quando o indivíduo não possui outras oportunidades de emprego, sendo a criação do próprio negócio a única alternativa que lhes resta. Os empreendedores por necessidade são aqueles que iniciam seu próprio negócio, geralmente de maneira informal, motivados pela falta de opções satisfatórias de trabalho e renda por causa das dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal.

Lemes Junior; Pisa (2010) destacam que o Brasil é um dos países com a maior taxa de empreendedorismo do mundo, mas também é alarmante o índice de “mortalidade” das micro e pequenas empresas até o quinto ano de existência. A imensa maioria dos negócios criados não sobrevive, pois falta ao empreendedor os conhecimentos básicos e até mesmo as características para levá-lo adiante.

Conforme Lemes Junior; Pisa (2010, p. 10):

Segundo dados do Sebrae, cerca de 80% dos micro e pequenos empresários perdem em parte, ou totalmente, os recursos investidos que, geralmente, são recursos próprios.

O empreendedorismo por oportunidade ocorre quando o indivíduo tem o desejo de aproveitar uma oportunidade de negócio existente no mercado através de uma empresa por iniciativa própria e a partir da identificação desta oportunidade que se inicia todo o processo de planejamento e criação da nova empresa.

Diferente do empreendedorismo por necessidade, que exige muita pressa, e geralmente parte direto para a concorrência em mercado saturado devido à falta de tempo para uma avaliação mais aprofundada do seu potencial, o empreendedorismo por oportunidade primeiro observa, depois traça estratégias e partindo para inovação, procurando brechas para atrair seu público-alvo oferecendo um produto ou serviço diferenciado e inovador (LEMES JUNIOR; PIS, 2010).

Porém, não podemos generalizar que o empreendedor por necessidade não possa ter sucesso e que por oportunidade terá certeza do sucesso, existem muitos casos de pessoas que começaram um negócio por falta de opção e se tornaram empresários bem-sucedidos, assim como, em contrapartida também existem casos de pessoas que tinham uma oportunidade promissora, que possuíam conhecimentos e recursos e mesmo assim faliram.

## **2.2 Surgimento do Microempreendedor Individual**

Visando incentivar a regulamentação das “empresas” que trabalham na informalidade a Lei Complementar nº. 123/2006 criou o Simples Nacional, que tinha como objetivo unificar a arrecadação dos tributos e contribuições nas esferas dos governos federal, estadual e municipal para as Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP. Porém, com a complexidade e as mudanças constantes da legislação e a dificuldade no cálculo dos tributos, muitos trabalhadores ainda se mantiveram na informalidade no país, não atingindo a expectativa de formalizações que a Lei almejava.

Para que fosse possível atingir a expectativa de formalizações destas “empresas” que atuavam na informalidade era necessária a criação de uma nova lei que proporcionasse aos trabalhadores informais a oportunidade de se formalizar, através de baixo custo e o mínimo de burocracia possível. Com a criação da Lei Complementar 128/2008 que criou a figura do Microempreendedor Individual – MEI, com vigência a partir de 01.07.2009 foi possível então atingir a expectativa de formalizações de um grande número de empresas que atuavam na informalidade.

## 2.3 Definição de Microempreendedor Individual

O Portal do Empreendedor define um Microempreendedor Individual como a pessoa que trabalha por conta própria e se legaliza como pequeno empresário.

Conforme Art. 966 da Lei Complementar 128/2008:

Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

Parágrafo único. Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.

## 2.4 Legislação

A Lei Complementar 128/2008 (com alterações subsequentes) foi quem criou a figura do Microempreendedor Individual (MEI), tendo vigência desde 01.07.2009, porém a Lei Complementar 123/2006 também colaborou para a criação da figura do MEI, isso porque, para dar incentivo aos pequenos negócios a Lei Complementar 123/2006 criou o regime conhecido como Simples Nacional já com o objetivo de regularizar milhões de negócios informais no país. Mas o novo regime se tornou muito complexo e com muitas mudanças constantes nas regulamentações e dificuldades para geração e cálculo de guias de recolhimento.

Zanluca (2017) destaca que no Brasil a carga tributária pesa muito sobre as atividades empresariais, são diversas as obrigações com o fisco e a enorme burocracia e complexidade de arrecadação faz com que os empreendedores acabem optando pela informalidade.

## 2.5 Registro e legalização

A Resolução nº 2, de 1º de julho de 2009, dispõe sobre o procedimento especial para o registro e legalização do Microempreendedor Individual que é regulamentado pela Resolução CGSIM 16/2009, com alterações promovidas pela Resolução CGSIM 26/2011.

Conforme Art. 6º da Resolução nº 2 de 1º de julho de 2009:

O registro e a legalização do Microempreendedor Individual poderá ser efetuado por intermédio de escritórios de serviços contábeis optantes pelo Simples Nacional, individualmente ou por meio de suas entidades representativas de classe, por órgãos e entidades dos entes federados, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, por outras entidades, outros prepostos ou pelo próprio Microempreendedor, observados o processo e as normas estabelecidas nesta Resolução e mediante a utilização dos instrumentos disponibilizados no Portal do Empreendedor para essa finalidade.

O processo de formalização do MEI é feito eletronicamente através do Portal do Empreendedor, no endereço eletrônico <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/modulos/formalize/index.html> e pode ser feito por intermédio de escritórios de serviços contábeis optantes pelo Simples Nacional, pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas empresas – SEBRAE, por outras entidades ou pelo próprio Microempreendedor. Preliminarmente ao processo de inscrição, obrigatoriamente, deverá ser realizada a pesquisa prévia na Prefeitura Municipal e Junta Comercial, conforme consta no Inciso VI, Art. 2º da Resolução CGSIM nº 22/2010:

VI - pesquisa prévia: o ato pelo qual o interessado submete consultas à:

- a) Prefeitura Municipal sobre a possibilidade de exercício da atividade econômica desejada, no local escolhido de acordo com a descrição do endereço, devendo a resposta ser dada em um único atendimento; e
- b) Junta Comercial sobre a possibilidade de uso do nome de empresário individual ou de sociedade empresária, podendo a consulta ser feita via internet ou na própria Junta Comercial, neste último caso devendo a resposta ser dada em apenas um único atendimento;

Conforme portal do SEBRAE, para a formalização de um MEI serão cinco etapas onde é necessário o preenchimento das informações no formulário de inscrição que está disponível no Portal do Empreendedor.

Na primeira etapa é necessário inserir o CPF, título de eleitor ou recibo da última declaração do imposto de renda caso tenha declarado. Na segunda etapa vai o nome fantasia da empresa. Na terceira etapa é necessário marcar as atividades principais e secundárias que irá realizar, preenchendo como atividade principal aquela que mais será exercida e como atividades secundárias poderão ser preenchidas até outras 15 opções. Nesta etapa também deve ser informado aonde irá atuar, como por exemplo, em casa, como ambulante, em endereço comercial, pela internet entre outras opções. Na quarta etapa vai à informação do endereço de contato do Microempreendedor e de onde funcionará a empresa. Na última etapa é preciso ler atentamente e marcar todas as opções para concordar com algumas declarações, como a opção pelo Simples para poder concluir o processo.

Após o preenchimento das cinco etapas será apresentado o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual, o qual contém o CNPJ da empresa, registro na Junta Comercial, no INSS e o Alvará provisório de funcionamento. Ao confirmar as informações do Certificado, o cadastro será formalizado.

O MEI manifestará sua concordância com o conteúdo do Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Alvará de Licença e Funcionamento Provisório, com prazo de vigência de 180 dias, a partir do ato de inscrição ou alteração, emitido eletronicamente que permitirá o exercício de suas atividades, exceto nos casos de atividades consideradas de alto risco (ZANLUCA, 2017).

Para os casos que não possuem grau de risco da atividade considerado alto, os Municípios emitirão o Alvará de Funcionamento Provisório após o ato do registro, conforme Art. 7º da Lei Complementar nº123/2006:

Exceto nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado alto, os Municípios emitirão Alvará de Funcionamento Provisório, que permitirá o início de operação do estabelecimento imediatamente após o ato de registro.

Parágrafo único. Nos casos referidos no caput deste artigo, poderá o Município conceder Alvará de Funcionamento Provisório para o

microempreendedor individual, para microempresas e para empresas de pequeno porte:

I instaladas em área ou edificação desprovidas de regulação fundiária e imobiliária, inclusive habite-se; ou

II em residência do microempreendedor individual ou do titular ou sócio da microempresa ou empresa de pequeno porte, na hipótese em que a atividade não gere grande circulação de pessoas.

As vistorias necessárias à emissão de licenças e de autorizações de funcionamento deverão ser realizadas após o início da atividade do Microempreendedor Individual, quando a sua atividade não for considerada de alto risco. As vistorias de interesse dos órgãos fazendários deverão ser realizadas a partir do início das operações do MEI (ZANLUCA, 2017).

Conforme consta no Inciso XI, Art. 2º da Resolução CGSIM nº 22/2010:

XI - conversão do Alvará de Funcionamento Provisório em Alvará de Funcionamento: caso os órgãos e entidades competentes não promovam as respectivas vistorias no prazo de vigência do Alvará de Funcionamento Provisório, este se converterá, automaticamente, em definitivo;

Conforme Resolução CGSIM nº26/2011, Parágrafo Único:

É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e ainda às demais entidades e órgãos, exigirem taxas, emolumentos, custos ou valores a qualquer título referentes a atos de abertura, à inscrição, ao registro, à alteração, à baixa, ao alvará, à licença, ao arquivamento, às permissões, às autorizações e ao cadastro do MEI.

## **2.6 Benefícios**

A Lei Complementar nº 128/2008 proporciona diversos benefícios para motivar os trabalhadores informais a legalizarem seus negócios.

### **2.6.1 Benefícios Previdenciários**

Com a formalização do MEI, o trabalhador informal que não possuía nenhuma garantia de renda em caso de acidente ou problema de saúde passa a ter direito aos



benefícios previdenciários como auxílio-doença, salário maternidade, aposentadoria por invalidez e aposentadoria por idade e seus dependentes possuem direito aos benefícios de pensão por morte e auxílio reclusão.

Porém para ter direito a alguns destes benefícios previdenciários o MEI terá de ter um mínimo de contribuições. No quadro abaixo constam as carências necessárias para cada benefício.

Quadro 1 - Benefícios Previdenciários e carências

<b>Benefício Previdenciário</b>	<b>Carência</b>
Aposentadoria por idade	15 anos
Aposentadoria por invalidez	12 meses
Auxílio-doença	12 meses
Auxílio-reclusão	Sem carência
Pensão por morte	Sem carência
Salário Maternidade	10 meses

Fonte: Elaborado pela autora

O MEI tem ainda a possibilidade de se aposentar por tempo de contribuição, porém para utilizar este benefício é necessário que seja recolhido mensalmente ao INSS uma guia complementar no código de recolhimento 1910 no valor da diferença dos 15% (quinze por cento). Para calcular o valor da guia complementar a pagar deve-se ter como base o total do benefício que deseja contribuir (entre um salário mínimo e o teto máximo de contribuição), calcular 20% (vinte por cento) deste total e deduzir os 5% (cinco por cento) sobre o salário mínimo, o resultado será o valor a ser pago para poder optar pela aposentadoria por tempo de contribuição.

### 2.6.2 Emissão de Nota Fiscal

A emissão de Nota Fiscal de seu produto ou serviço vendido possibilita ao MEI aumentar sua clientela vendendo para empresas ou clientes que só compram com a Nota Fiscal. Com a emissão de Notas Fiscais poderá também comprovar a

origem de sua renda e assim ter a possibilidade de adquirir bens, alugar imóveis e fazer empréstimos bancários.

O MEI está dispensado da emissão de Nota Fiscal nas operações de venda para consumidor final pessoa física e também para destinatário pessoa jurídica que emitir nota fiscal de entrada. Conforme consta no Inciso II, Art. 97 da Resolução CGSN nº 94/2011:

Art. 97. O MEI:

II em relação ao documento fiscal previsto no art. 57, ficará:

a) dispensado da emissão:

1. nas operações com venda de mercadorias ou prestações de serviços para consumidor final pessoa física;
2. nas operações com mercadorias para destinatário inscrito no CNPJ, quando o destinatário emitir nota fiscal de entrada;

### **2.6.3 Acesso a créditos e financiamentos bancários**

Com a empresa formalizada o MEI passa a ter inscrição no CNPJ possibilitando acesso a benefícios oferecidos pelos bancos, como abertura de uma conta corrente pessoa jurídica, empréstimos, cheque empresarial, cartão de crédito empresarial e possibilidade de credenciamento junto às operadoras de cartão de crédito para poder realizar vendas aos seus clientes com pagamento através de cartão de crédito ou débito.

### **2.6.4 Dispensa de livros contábeis e fiscais**

O MEI está dispensado da escrituração dos livros fiscais e contábeis conforme consta no § 1º do Art. 97 da Resolução CGSN nº 94/2011:

§ 1º O MEI fica dispensado da escrituração dos livros fiscais e contábeis, da Declaração Eletrônica de Serviços e da emissão da Nota Fiscal Eletrônica (NFe), ressalvada a possibilidade de emissão facultativa disponibilizada pelo ente federado.

### 2.6.5 Atendimento Gratuito

Os escritórios de serviços contábeis terão de promover atendimento gratuito ao MEI quando prestarem serviços relativos à inscrição, opção pelo regime e a primeira declaração anual simplificada. Na hipótese de descumprimento o escritório será excluído do Simples Nacional, com efeitos a partir do mês subsequente ao do descumprimento. Conforme consta no § 22B e § 22C do Art. 18 da Lei Complementar nº 128/2008:

§ 22B. Os escritórios de serviços contábeis, individualmente ou por meio de suas entidades representativas de classe, deverão:

I – promover atendimento gratuito relativo à inscrição, à opção de que trata o art. 18º desta Lei Complementar e à primeira declaração anual simplificada da microempresa individual, podendo, para tanto, por meio de suas entidades representativas de classe, firmar convênios e acordos com a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por intermédio dos seus órgãos vinculados;

II – fornecer, na forma estabelecida pelo Comitê Gestor, resultados de pesquisas quantitativas e qualitativas relativas às microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional por eles atendidas;

III – promover eventos de orientação fiscal, contábil e tributária para as microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional por eles atendidas.

§ 22C. Na hipótese de descumprimento das obrigações de que trata o § 22B deste artigo, o escritório será excluído do Simples Nacional, com efeitos a partir do mês subsequente ao do descumprimento, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor.

### 2.7 Opção pelo SIMEI

Para empresas em início de atividade a opção pelo Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional – Microempreendedor Individual (SIMEI) é simultânea a inscrição no Cadastro da Pessoa Jurídica (CNPJ), para as empresas já constituídas a opção deverá ser realizada até o último dia útil do mês de janeiro de cada ano calendário, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do ano calendário da opção. Conforme a Lei

Complementar nº 128/2008, § 5º do Art. 18-A, a opção será irretratável para todo o ano calendário.

No momento da opção pelo SIMEI, o MEI declarará que não se enquadra nas vedações para ingresso no SIMEI e que se enquadra nos limites de faturamento previsto. Quando for o caso de empresa já constituída que possua pendências impeditivas para o ingresso no SIMEI, o contribuinte poderá fazer a solicitação da opção pelo SIMEI e tentar regularizar eventuais pendências impeditivas até o término do prazo que é último dia útil do mês de janeiro do ano calendário, sujeitando-se a rejeição da solicitação caso as pendências não estejam regularizadas até o término desse prazo.

## **2.8 Vedação à opção SIMEI**

Conforme Lei Complementar nº 128/2008, § 4º do Art. 18-A:

§ 4o Não poderá optar pela sistemática de recolhimento prevista no caput deste artigo o MEI:

- I – cuja atividade seja tributada pelos Anexos IV ou V desta Lei Complementar, salvo autorização relativa a exercício de atividade isolada na forma regulamentada pelo Comitê Gestor;
- II – que possua mais de um estabelecimento;
- III – que participe de outra empresa como titular, sócio ou administrador; ou
- IV – que contrate mais de um empregado.

O inciso I do artigo citado acima menciona a vedação a opção para as atividades tributadas pelos Anexos IV ou V. Conforme Zanluca (2017, p. 72 e 73):

Não poderá optar pela sistemática de recolhimento pelo SIMEI:

I - cuja atividade seja tributada pelos Anexos IV ou V da Lei Complementar 123/2006, salvo autorização relativa a exercício de atividade isolada na forma regulamentada pelo Comitê Gestor.

Adiante a lista de atividades vedadas:

- construção de imóveis e obras de engenharia em geral, inclusive sob a forma de subempreitada, execução de projetos e serviços de paisagismo, bem como decoração de interiores;
- administração e locação de imóveis de terceiros;
- academias de dança, de capoeira, de ioga e de artes marciais;
- academias de atividades físicas, desportivas, de natação e escolas de esportes;
- elaboração de programas de computadores, inclusive jogos eletrônicos, desde que desenvolvidos em estabelecimento do optante;

- licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação;
- planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas, desde que realizados em estabelecimento do optante;
- serviço de vigilância, limpeza ou conservação.
- empresas montadoras de estandes para feiras;
- produção cultural e artística;
- produção cinematográfica e de artes cênicas;
- laboratórios de análises clínicas ou de patologia clínica;
- serviços de tomografia, diagnósticos médicos por imagem, registros gráficos e métodos óticos, bem como ressonância magnética;
- serviços de prótese em geral;
- serviços advocatícios.

## 2.9 Tributação

O Microempreendedor Individual poderá optar pelo sistema de recolhimento em valores fixos mensais dos tributos abrangidos pelo Simples Nacional (SIMEI). Esta alternativa simplificará o processo de contribuição e possibilita economia no recolhimento dos tributos devidos, pois optando pelo SIMEI o MEI não estará sujeito à incidência dos impostos de IRPJ, IPI, CSLL, COFINS, PIS e INSS Patronal.

O MEI optante pelo SIMEI recolherá todos os impostos incidentes sobre sua receita por meio do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS) num valor fixo mensal correspondente a soma das parcelas relativas à contribuição para a Seguridade Social, ICMS e ISS. O valor pago a título de ICMS ou de ISS será determinado de acordo com os códigos de atividades econômicas previstos na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) registrados no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (ZANLUCA, 2017).

No apêndice A consta a relação das atividades permitidas ao MEI baseada no Anexo XIII da Resolução CGSN 94/2011, com alterações da resolução da CGSN 104/2012, com as informações de incidência de ISS e ICMS de cada CNAE, onde, (S) significa que o imposto será considerado para fins de recolhimento pelo SIMEI e (N) significa que o imposto não será considerado para fins de recolhimento pelo SIMEI.

Conforme Art. 18-A, § 3º, inciso v, da Lei Complementar nº 128/2008 os impostos mensais devidos pelo MEI para o exercício de 2017 se distribuem da

seguinte forma: O valor de R\$46,85 (quarenta e seis reais e oitenta e cinco centavos) é devido a título de contribuição para a Seguridade Social, relativa à pessoa do empresário, na qualidade de contribuinte individual. O valor de R\$ 1,00 (um real) é devido a título de ICMS, caso exerça atividades de comércio ou indústria. O valor de R\$ 5,00 (cinco reais) é devido a título de ISS, caso exerça atividade de prestação de serviço.

Desta forma, os valores mensais a serem recolhidos pelo MEI alteram de acordo com a atividade exercida conforme tabela abaixo:

Tabela 1 - Tributos do Empreendedor Individual

<b>Atividade</b>	<b>Valor Mensalidade</b>	<b>Tributos Abrangidos</b>
Comércio	R\$ 47,85	Contribuição Previdenciária: R\$ 46,85 e ICMS: R\$ 1,00
Indústria	R\$ 47,85	Contribuição Previdenciária: R\$ 46,85 e ICMS: R\$ 1,00
Prestação de serviços	R\$ 51,85	Contribuição Previdenciária: R\$ 46,85 e ISS: R\$ 5,00
Comércio e Prestação de Serviços	R\$ 52,85	Contribuição Previdenciária: R\$ 46,85, ICMS: R\$ 1,00 e ISS: R\$ 5,00

Fonte: Elaborada pela autora

O documento para arrecadação da mensalidade poderá ser impresso no aplicativo PGMEI que está disponível no Portal da internet do Simples Nacional pelo endereço eletrônico: <http://www8.receita.fazenda.gov/SimplesNacional/>.

Para acesso ao portal não é necessário nenhum código ou senha, para a geração do documento é necessário somente o nº do CNPJ. Caso o MEI preferir é possível também fazer a emissão do carnê com todos os documentos de arrecadação (DAS) para todos os meses do ano-calendário, sendo que o pagamento do carnê deverá ser efetuado, sem multa, até o dia 20 de cada mês. Caso o dia 20 não seja dia útil poderá ser efetuado o pagamento no dia útil seguinte. O recolhimento após a data de vencimento gerará multa de 0,33% (zero vírgula trinta e

três por cento) por dia de atraso, limitado a 20% (vinte por cento), e os juros serão calculados com base na taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) acumulada. A emissão do novo DAS deverá ser feita através do PGMEI, onde já será emitida a nova guia com os acréscimos legais.

Nos casos em que o Microempreendedor tenha um funcionário registrado que receba no máximo um salário mínimo federal ou piso salarial da categoria profissional, o MEI terá de reter e recolher a contribuição previdenciária, de acordo com a Lei Complementar 128/2008, Art. 18-C:

Art. 18C. Observado o disposto no art. 18A, e seus parágrafos, desta Lei Complementar, poderá se enquadrar como MEI o empresário individual que possua um único empregado que receba exclusivamente 1 (um) salário mínimo ou o piso salarial da categoria profissional.

Parágrafo único. Na hipótese referida no caput deste artigo, o MEI:

I – deverá reter e recolher a contribuição previdenciária relativa ao segurado a seu serviço na forma da lei, observados prazo e condições estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

II – fica obrigado a prestar informações relativas ao segurado a seu serviço, na forma estabelecida pelo Comitê Gestor;

III – está sujeito ao recolhimento da contribuição de que trata o inciso VI do caput do art. 13 desta Lei Complementar, calculada à alíquota de 3% (três por cento) sobre o salário de contribuição previsto no caput.

O inciso I do artigo acima, cita que é necessário a retenção de 8% (oito por cento) de contribuição previdenciária que será descontado do salário do funcionário e o inciso III cita que também é devida a contribuição Previdenciária Patronal (CPP) de 3% (três por cento) sobre o salário do empregado e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) de 8% (oito por cento) incidente sobre o salário do empregado. Portanto o MEI terá um custo de 11% (onze por cento) a título de encargos trabalhistas de INSS e FGTS sobre a remuneração, férias e 13º salário pago ao empregado.

Exemplo: Um MEI contrata um empregado com a remuneração do piso da categoria que é de R\$ 1.000,00 por mês. Ele deverá reter INSS de 8% (oito por cento) na folha do empregado que será de R\$ 80,00 (oitenta reais) para recolher em GPS mensal juntamente com a Contribuição do INSS Patronal de 3% (três por cento) que será de R\$ 30,00 (trinta reais). Sendo assim o valor devido em GPS

mensal é de R\$ 110,00 (cento e dez reais) e o valor líquido que o empregado irá receber é de R\$ 920,00 (novecentos e vinte reais).

O Art. 18C, § 2º da Lei Complementar 139/2011 trata da contratação de outro funcionário no caso de afastamento legal do único funcionário do MEI:

§ 2º Para os casos de afastamento legal do único empregado do MEI, será permitida a contratação de outro empregado, inclusive por prazo determinado, até que cessem as condições do afastamento, na forma estabelecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

## **2.10 Receita Bruta**

Na contabilidade, a receita bruta é o produto da venda de bens e serviços, ou seja, a receita total decorrente das atividades fim da organização, em outras palavras, seria o faturamento da empresa. Entretanto, para fins tributários, no Brasil, a Receita Bruta tem diferentes composições. Para fins de aplicação do Simples Nacional, considera-se receita bruta, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia (comissões recebidas), não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

Conforme § 1º do Art. 3º da Lei 123/2006:

Considera-se receita bruta, para fins do disposto no caput deste artigo, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

Para o MEI o limite de receita bruta no ano-calendário anterior é de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), o que equivale a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês. No caso de início das atividades durante o ano calendário, o limite de receita bruta será proporcional ao número de meses em que o MEI tiver exercido atividade, conforme consta no § 2º do Art. 3º da Lei 123/2006:



No caso de início de atividade no próprio ano calendário, o limite a que se refere o caput deste artigo será proporcional ao número de meses em que a microempresa ou a empresa de pequeno porte houver exercido atividade, inclusive as frações de meses.

Exemplo: Um Microempreendedor Individual que iniciou suas atividades em 20 de agosto de 2016, terá 5 meses de atividade, se a receita bruta mensal é de até R\$ 5.000,00 se multiplicada pela quantidade de meses de atividade, resultará em R\$ 25.000,00 no ano calendário de 2016, desta forma a receita bruta proporcional no ano calendário de 2016 para fins de enquadramento no SIMEI não poderá ultrapassar R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

### 2.10.1 Comprovação de Receita Bruta

A comprovação da receita bruta é realizada mediante apresentação do registro de vendas ou de prestações de serviços constante no Anexo Único da Resolução CGSN 68/2009, reproduzido abaixo:

Quadro 2 - Relatório Mensal das Receitas Brutas

<b>RELATÓRIO MENSAL DAS RECEITAS BRUTAS</b>	
CNPJ:	
Empreendedor individual:	
Período de apuração:	
<b>RECEITA BRUTA MENSAL - REVENDA DE MERCADORIAS (COMÉRCIO)</b>	
I - Revenda de mercadorias com dispensa de emissão de documento fiscal	R\$
II - Revenda de mercadorias com documento fiscal emitido	R\$
III - Total das receitas com revenda de mercadorias (I + II)	R\$
<b>RECEITA BRUTA MENSAL - VENDA DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (INDÚSTRIA)</b>	
IV - Venda de produtos industrializados com dispensa de emissão de documento fiscal	R\$
V - Venda de produtos industrializados com documento fiscal emitido	R\$
VI - Total das receitas com venda de produtos industrializados (IV + V)	R\$

(Continua...)

(Conclusão.)

RECEITA BRUTA MENSAL - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	
VII - Receita com prestação de serviços com dispensa de emissão de documento fiscal	R\$
VIII - Receita com prestação de serviços com documento fiscal emitido	R\$
IX - Total das receitas com prestação de serviços (VII + VIII)	R\$
X - Total geral das receitas brutas no mês (III + VI + IX)	R\$
LOCAL E DATA:	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO:
<b>ENCONTRAM-SE ANEXADOS A ESTE RELATÓRIO:</b>  - Os documentos fiscais comprobatórios das entradas de mercadorias e serviços tomados referentes ao período;  - As notas fiscais relativas às operações ou prestações realizadas eventualmente emitidas.	

Fonte: Da autora, adaptado da Resolução CGSN 68/2009.

O MEI terá prazo para preenchimento até o dia 20 (vinte) de cada mês em que houver sido auferida a receita bruta no mês anterior, conforme consta no Inciso I, Art. 97 da Resolução CGSN 94/2011:

Art. 97. O MEI:

I - fará a comprovação da receita bruta mediante apresentação do Relatório Mensal de Receitas Brutas de que trata o Anexo XII, que deverá ser preenchido até o dia 20 (vinte) do mês seguinte àquele em que houver sido auferida a receita bruta;

§ 2º Nas hipóteses dos incisos do caput:

I deverão ser anexados ao Relatório Mensal de Receitas Brutas os documentos fiscais comprobatórios das entradas de mercadorias e serviços tomados referentes ao período, bem como os documentos fiscais relativos às operações ou prestações realizadas eventualmente emitidos.

### 2.10.2 Excesso de Receita Bruta

Caso o Microempreendedor Individual exceder a receita bruta limite prevista para o enquadramento no MEI, será necessário verificar se o excesso foi superior ou inferior a 20% (vinte por cento) do limite previsto em lei para saber como proceder no cálculo dos impostos devidos sobre a receita ultrapassada.

Conforme o § 7º, inciso III e IV, Art.18-A da Lei nº 123 de 2006:

O desenquadramento mediante comunicação do MEI à Secretaria da Receita Federal do Brasil RFB dar se á:

III obrigatoriamente, quando o MEI exceder, no ano calendário, o limite de receita bruta previsto no § 1º deste artigo, devendo a comunicação ser efetuada até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrido o excesso, produzindo efeitos:

a) a partir de 1º de janeiro do ano calendário subsequente ao da ocorrência do excesso, na hipótese de não ter ultrapassado o referido limite em mais de 20% (vinte por cento);

b) retroativamente a 1º de janeiro do ano calendário da ocorrência do excesso, na hipótese de ter ultrapassado o referido limite em mais de 20% (vinte por cento);

IV obrigatoriamente, quando o MEI exceder o limite de receita bruta previsto no § 2º deste artigo, devendo a comunicação ser efetuada até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrido o excesso, produzindo efeitos:

a) a partir de 1º de janeiro do ano calendário subsequente ao da ocorrência do excesso, na hipótese de não ter ultrapassado o referido limite em mais de 20% (vinte por cento);

b) retroativamente ao início de atividade, na hipótese de ter ultrapassado o referido limite em mais de 20% (vinte por cento).

Nas hipóteses citadas acima, o inciso III refere-se ao MEI que tenha sido formalizado antes do ano calendário anterior, tendo assim atividade durante todo o período do ano calendário anterior. Já o inciso IV refere-se ao MEI que tenha sido formalizado no decorrer do ano calendário anterior e só possui atividades durante um período deste ano calendário.

Nas duas hipóteses o tratamento é o mesmo, porém para o MEI que tenha sido formalizado no decorrer do ano calendário e exceder em mais de 20% (vinte por cento) do limite será tributado o excesso retroativamente ao início da atividade ao invés de retroagir desde 1º de janeiro do ano calendário.

Na hipótese da receita bruta auferida no ano calendário anterior não exceder em mais de 20% (vinte por cento) do limite previsto, o contribuinte deverá recolher a diferença, sem acréscimos, no vencimento estipulado para pagamento dos tributos abrangidos pelo Simples Nacional relativos ao mês de janeiro do ano calendário subsequente. As alíquotas que devem ser utilizadas para cálculo do tributo devido são as mesmas previstas nos Anexos I, II e III da Lei Complementar nº 123/2006, devendo ser aplicadas as alíquotas de acordo com a atividade exercida.

Já na hipótese da receita bruta auferida no ano calendário exceder em mais de 20% (vinte por cento) do limite, o contribuinte deverá informar no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS) as receitas mensais auferidas, devendo ser recolhidas as diferenças relativas retroativamente ao início do ano calendário ou início da atividade. Neste caso, o recolhimento deverá ser feito através do Simples Nacional, sendo estes valores sujeitos aos acréscimos legais cabíveis.

Deve - se observar que na hipótese do Empresário Individual exceder a receita bruta anual, perderá também o direito ao tratamento diferenciado da legislação do MEI relativo à comprovação de receita e dispensa de emissão de nota fiscal, passando a estar submetido as obrigações acessórias previstas para os demais optantes pelo Simples Nacional.

## **2.11 Desenquadramento do SIMEI**

O desenquadramento do SIMEI pode ser realizado mediante comunicação do MEI à Receita Federal do Brasil ou então de ofício que ocorre quando verificada a falta de comunicação do contribuinte.

O desenquadramento mediante comunicação do MEI à RFB pode ser opcional ou obrigatório, conforme § 2º do Art. 105 da Resolução CGSN nº 94/2011:

O desenquadramento mediante comunicação do contribuinte à RFB, em aplicativo disponibilizado no Portal do Simples Nacional, dar se á:

I por opção, produzindo efeitos:

a) a partir de 1º de janeiro do ano calendário, se comunicada no próprio mês de janeiro;

b) a partir de 1º de janeiro do ano calendário subsequente, se comunicada nos demais meses;

II obrigatoriamente, quando:

a) exceder, no ano calendário, o limite de receita bruta previsto no caput ou no § 1º do art. 91, devendo a comunicação ser efetuada até o último dia útil do mês subsequente àquele em que tenha ocorrido o excesso, produzindo efeitos:

1. A partir de 1º de janeiro do ano calendário subsequente ao da ocorrência do excesso, na hipótese de não ter ultrapassado o limite previsto em mais de 20% (vinte por cento);

2. Retroativamente a 1º de janeiro do ano calendário da ocorrência do excesso, na hipótese de ter ultrapassado o limite previsto em mais de 20% (vinte por cento);
3. Retroativamente ao início de atividade, na hipótese de ter ultrapassado o limite previsto em mais de 20% (vinte por cento);
- b) deixar de atender qualquer das condições previstas nos incisos do caput do art. 91, devendo a comunicação ser efetuada até o último dia útil do mês.

Nos casos de alterações de dados no CNPJ que impossibilitem a permanência do CNPJ na condição de MEI será obrigatório o desenquadramento, conforme § 3º do Art. 105 da Resolução CGSN nº 94/2011:

§ 3º A alteração de dados no CNPJ informada pelo empresário à RFB equivalerá à comunicação obrigatória de desenquadramento da condição de MEI, nas seguintes hipóteses:

- I houver alteração para natureza jurídica distinta de empresário individual a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 2002;
- II incluir atividade não constante do Anexo XIII desta Resolução;
- III abrir filial.

Conforme § 4º do Art. 105 da Resolução CGSN nº 94/2011, o desenquadramento de ofício ocorre quando:

- O desenquadramento de ofício dar-se-á quando,
- I verificada a falta da comunicação obrigatória de que trata o § 2º, contando-se seus efeitos a partir da data prevista nas alíneas "a" ou "b" do inciso II, conforme o caso;
- II constatado que, quando do ingresso no SIMEI, o empresário individual não atendia às condições previstas no art. 91 ou prestou declaração inverídica na hipótese do § 2º do art. 93, sendo os efeitos deste desenquadramento contados da data de ingresso no regime.

Quando o MEI é excluído do Simples Nacional o desenquadramento é automático e produzirá efeitos a contar da data da exclusão, conforme menciona § 4ºA do Art. 105 da Resolução CGSN nº 94/2011:

- Na hipótese de exclusão do Simples Nacional, o desenquadramento do SIMEI:
- I será promovido automaticamente, quando da apresentação, pelo contribuinte, da comunicação obrigatória de exclusão do Simples Nacional ou do registro, no sistema, pelo ente federado, da exclusão de ofício;
- II produzirá efeitos a contar da data de efeitos da exclusão do Simples Nacional.

O contribuinte desenquadrado do SIMEI passará a recolher os tributos devidos pela regra geral do Simples Nacional a partir da data de início dos efeitos do desenquadramento.

## **2.12 Prestação de serviços a empresas**

Conforme Zanluca (2017, p. 91), o MEI pode prestar serviços à pessoa jurídica, desde que:

I - Os serviços não constituam necessidade continua da contratante, e podem ser ligados ou não a sua atividade-fim;

II – Os serviços constituam necessidade continua da contratante, podendo ser ligados ou não a sua atividade-fim, mas sejam executados nas dependências do microempreendedor individual.

Exemplo: Uma empresa de costura poderá contratar um MEI caso precise lavar algumas peças de roupas, desde que esta atividade seja eventual e não periódica. A mesma empresa também poderá contratar um MEI para prestar serviços de costura que serão de necessidade contínua, mas nesse caso, os serviços devem ser executados nas dependências do MEI. Se a mesma empresa precisar de um cozinheiro para seu refeitório neste caso não poderá contratar um MEI, pois esta atividade seria permanente e executada nas dependências da empresa contratante.

### **2.12.1 Encargos de INSS para empresa contratante**

A empresa que contratar MEI que preste serviço de hidráulica, eletricidade, pintura, alvenaria, carpintaria e de manutenção ou reparo de veículos deverá recolher a Contribuição Previdenciária Patronal de 20% (vinte por cento) e prestar as informações ao INSS através da Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (GFIP).

Conforme Art. 18B da Lei Complementar 123/2006:

A empresa contratante de serviços executados por intermédio do MEI mantém, em relação a esta contratação, a obrigatoriedade de recolhimento

da contribuição a que se refere o inciso III do caput e o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e o cumprimento das obrigações acessórias relativas à contratação de contribuinte individual. (Vide Lei Complementar nº 147, de 2014)

§ 1º Aplica-se o disposto neste artigo exclusivamente em relação ao MEI que for contratado para prestar serviços de hidráulica, eletricidade, pintura, alvenaria, carpintaria e de manutenção ou reparo de veículos. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

§ 2º O disposto no caput e no § 1º não se aplica quando presentes os elementos da relação de emprego, ficando a contratante sujeita a todas as obrigações dela decorrentes, inclusive trabalhistas, tributárias e previdenciárias.

Também não se aplica o recolhimento da Contribuição Previdenciária Patronal quando presentes os elementos da relação de emprego doméstico, conforme consta no § 2º, Art. 104-A da Resolução CGSN nº 104, de 27 de março de 2014:

O disposto no caput não se aplica também quando presentes os elementos da relação de emprego doméstico, hipótese em que o empregador doméstico contratante do MEI ou de trabalhador a serviço dele, fica sujeito a todas as obrigações decorrentes dessa relação, inclusive trabalhistas, tributárias e previdenciárias.

## **2.13 Obrigações e responsabilidades do MEI**

O Microempreendedor Individual possui diversas facilidades e benefícios, mas é importante ressaltarmos que apesar de ser uma figura jurídica bastante simplificada, também possui obrigações impostas por lei.

### **2.13.1 Obtenção de alvará**

Antes de efetuar a inscrição no portal, o empreendedor deve consultar as normas municipais para saber se existe ou não restrição para exercer a sua atividade no local escolhido, além de outras obrigações básicas a serem cumpridas. A maioria dos municípios mantém o serviço de consulta prévia para o empreendedor saber se o local escolhido para estabelecer a sua empresa está de acordo com essas normas.

No momento da inscrição, o Portal do Empreendedor emite um documento que autoriza o funcionamento imediato do negócio e que tem validade de 180 dias, mas o empreendedor precisa verificar se as normas e posturas municipais estão sendo cumpridas, pois, caso o município constate alguma ilegalidade nessa declaração, durante os 180 dias de validade do documento que equivale ao alvará provisório, o registro da empresa poderá ser cancelado.

Caso o Microempreendedor Individual não cumpra as normas como declarou, estará sujeito a multas, apreensões e até mesmo ao fechamento do empreendimento e cancelamento de seus registros.

### **2.13.2 Relatório Mensal das Receitas Brutas**

Até o dia 20 de cada mês, o MEI deve preencher o Relatório Mensal das Receitas obtidas no mês anterior. O documento é disponibilizado no Portal do Empreendedor e pode ser preenchido manualmente. Ao relatório, devem ser anexadas as notas fiscais de compras de mercadorias, produtos e serviços, bem como as notas fiscais que forem emitidas pelo MEI.

### **2.13.3 Declaração Anual Simplificada**

Anualmente o MEI deve apresentar ao fisco a Declaração Anual Simplificada (DASN-Simei), que tem prazo de entrega até o último dia útil do mês de maio de cada ano. A declaração é feita toda online pelo site do Simples Nacional e o procedimento pode ser realizado pelo próprio empreendedor ou por um escritório de contabilidade especializado.

Nesta declaração o MEI informará a receita bruta total auferida no ano-calendário anterior e informação referente a contratação de empregado, quando houver. Conforme consta no Art. 100 da Resolução CGSN nº 94/2011:



Na hipótese de o empresário individual ser optante pelo SIMEI no ano calendário anterior, deverá apresentar, até o último dia de maio de cada ano, à RFB, a Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASNSIMEI) que conterá tão somente: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 25, caput e § 4º)

I a receita bruta total auferida relativa ao ano calendário anterior;

II a receita bruta total auferida relativa ao ano calendário anterior, referente às atividades sujeitas ao ICMS;

III informação referente à contratação de empregado, quando houver.

#### **2.13.3.1 Declaração Anual Simplificada de extinção**

O MEI que encerrar suas atividades deverá entregar a declaração de extinção até o último dia do mês de junho. Na hipótese da extinção ocorrer entre os meses de janeiro a abril, é até o último dia do mês subsequente ao mês da extinção, quando esta ocorrer entre os meses de maio e dezembro.

Conforme § 1º do Art. 100 da Resolução CGSN nº 94/2011:

Nas hipóteses em que o empresário individual tenha sido extinto, a DASNSIMEI relativa à situação especial deverá ser entregue até:

I o último dia do mês de junho, quando o evento ocorrer no primeiro quadrimestre do ano calendário;

II o último dia do mês subsequente ao do evento, nos demais casos.

#### **2.13.4 Obrigações para MEI que possui empregado**

O Microempreendedor Individual que tenha empregado deverá entregar anualmente a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e mensalmente o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), e a Guia de Recolhimento do FGTS e Informação à Previdência Social (GFIP) que é entregue até o dia 7 de cada mês, através de um sistema chamado Conectividade Social da Caixa Econômica Federal. Ao preencher e entregar a GFIP, o MEI deve depositar o FGTS, calculado à base de 8% (oito por cento) sobre o salário do empregado e recolher 3% (três por cento) desse salário para a Previdência Social. Com esse

recolhimento, o Microempreendedor Individual protege-se contra reclamações trabalhistas e o seu empregado tem direito a todos os benefícios previdenciários.

Todas as contas necessárias para esses cálculos são feitas automaticamente pelo sistema GFIP, que deve ser baixado da página da Receita Federal na internet, na parte de download de programas. Em resumo, o custo total do empregado para o Microempreendedor Individual é de 11% (onze por cento) do respectivo salário do empregado.

O MEI que possui um único empregado que receba um salário mínimo ou piso salarial da categoria profissional deverá declarar no Sistema Empresa de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informação à Previdência Social (SEFIP) a informação relativa ao empregado conforme consta em Art. 1º do Ato Declaratório Executivo nº 49, de 8 de julho de 2009:

O empresário individual a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, considerado Microempreendedor Individual (MEI) na forma do § 1º do art. 1º da Resolução CGSN nº 58, de 27 de abril de 2009, que não esteja impedido de optar pela sistemática de recolhimento de impostos e contribuições prevista no art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que possua um único empregado que receba exclusivamente um salário mínimo ou o piso salarial da categoria profissional, na forma do art. 18-C da mesma Lei Complementar, deverá declarar no Sistema Empresa de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (SEFIP) as informações relativas ao empregado, devendo preencher os campos abaixo relacionados da seguinte forma:

I - no campo "SIMPLES", "não optante";

II - no campo "Outras Entidades", "0000"; e

III - no campo "Alíquota RAT", "0,0".

§ 1º Na geração do arquivo a ser utilizado para importação da folha de pagamento deverá ser informado o código "2100" no campo "Cód. Pagamento GPS".

§ 2º A diferença de 20% (vinte por cento) para 3% (três por cento) relativa à Contribuição Patronal Previdenciária calculada sobre o salário de contribuição previsto no caput do art. 18-C da Lei Complementar nº 123, de 2006, deverá ser informada no campo "Compensação" para efeitos da geração correta de valores devidos em Guia da Previdência Social (GPS).

§ 3º Os campos "Período Início" e "Período Fim" deverão ser preenchidos com a mesma competência da GFIP/SEFIP.

§ 4º Caso o valor de compensação exceda o limite de 30% (trinta por cento) demonstrado pelo SEFIP, esse valor deverá ser confirmado utilizando-se a opção "SIM".

§ 5º As contribuições deverão ser recolhidas em GPS com os códigos de pagamento e valores apurados pelo SEFIP.

Quanto ocorrer a inexistência de recolhimento de FGTS e de informação à Previdência Social deverá ser entregue GFIP de ausência de fato gerador (sem movimento) na competência subsequente a GFIP que continha fatos geradores. Conforme Art. 2º do Ato Declaratório Executivo nº 49, de 8 de julho de 2009:

Art. 2º O MEI a que se refere o art. 1º, quando da inexistência de recolhimento ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e de informações à Previdência Social, somente deverá entregar a Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP) com indicativo de ausência de fato gerador (sem movimento) para a competência subsequente àquela para a qual entregou GFIP com fatos geradores.

## 2.14 Baixa do MEI

O processo de baixa da inscrição do Microempreendedor Individual – MEI é rápido, fácil e todo online. Porém muitos microempreendedores deixam de pagar as parcelas mensais obrigatórias porque acreditam que isso resultará no encerramento imediato do registro. Porém, a baixa automática só poderá acontecer em caso de inatividade por 12 meses, mas neste caso, os débitos em aberto referentes ao período de atividade não serão cancelados, por isso é importante que o MEI efetue a baixa evitando assim a geração de débitos.

A baixa da inscrição do MEI é feita online no portal do empreendedor pelo endereço eletrônico: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual/roteiro-para-baixa/>. Para efetuar a baixa será necessário um código de acesso, caso o MEI não tenha ou não lembre mais, poderá gerar um novo código de acesso no Portal do Simples Nacional pelo endereço eletrônico:

<http://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/controleacesso/GeraCodigo.aspx>.

Para iniciar o processo de baixa do MEI será necessário preencher na página da solicitação de baixa no portal do empreendedor o CNPJ, o CPF, o código de acesso e clicar em prosseguir, em instantes aparecerá na tela o formulário de baixa.

O MEI deverá verificar todos os dados constantes no formulário, ler a declaração de baixa e marcar o campo onde consta que declara perante a Lei que solicita a baixa simplificada nesta data como Microempreendedor Individual, nos termos do inciso I do artigo 4º da Lei complementar nº 123/2006. Declara também ter ciência de que os débitos posteriormente apurados até a data da baixa poderão ser cobrados conforme determina o parágrafo 3º do artigo 9º da Lei Complementar nº 123/2006. Confirmada a solicitação de baixa de inscrição como Microempreendedor Individual, em seguida, irá aparecer o Certificado da Condição de EmpREENDEDOR Individual – CCMEI informando a baixa do registro.

É importante ressaltar que a solicitação de baixa é permanente e não pode ser revertida, sendo, após a baixa da inscrição do MEI, obrigatória a entrega da declaração de extinção do MEI (DASN-SimeI de extinção) relativa ao período do ano em que o MEI esteve ativo. Assim sendo, não é possível reabrir a mesma empresa depois desta estar baixada, neste caso o empreendedor poderá formalizar novamente uma empresa, porém com outro CNPJ.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O método é a ordem que se deve impor aos diferentes procedimentos necessários para atingir um resultado desejado. Não se inventa um método, ele depende do objeto da pesquisa (CERVO; BERVIAN, 2002).

Para Vergara (2010) a pesquisa metodológica é o estudo do que se refere a instrumentos de captação, está associada a caminhos, formas, maneiras, procedimentos, modelos para atingir determinado fim.

#### **3.1 Tipos de pesquisas**

Pode-se definir pesquisa como um procedimento racional e sistemático que tem como objetivo principal proporcionar respostas aos problemas que são propostos. Ela é feita quando não se tem informações suficientes para responder ao problema, ou quando as informações disponíveis se encontram em estado de desordem impossibilitando relacionamento ao problema (GIL, 2010).

A pesquisa é uma atividade voltada para a solução de problemas teóricos ou práticos através de processos científicos (CERVO; BERVIAN, 2002). Ainda conforme os autores, uma pesquisa parte de uma dúvida ou problema e busca através do uso do método científico uma solução ou resposta.

Gil (2010) destaca que a pesquisa é desenvolvida através dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos e técnicas de investigação científica que são aplicadas ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados.

Para Vergara (2010) o leitor deve ser informado sobre o tipo de pesquisa que será realizada, assim como a conceituação e justificativa.

Desta forma, apresenta-se a caracterização da pesquisa quanto ao modo de abordagem do problema, quanto ao procedimento técnico e quanto ao objetivo geral.

### **3.1.1 Caracterização da pesquisa quanto ao modo de abordagem**

A pesquisa quanto à abordagem pode ser classificada em qualitativa e quantitativa.

A abordagem quantitativa tem como característica o emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados. É frequentemente aplicada nos estudos descritivos, onde procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis e a relação de causa e efeito entre fenômenos (BEUREN, 2006).

A abordagem qualitativa difere da quantitativa pelo fato de não empregar dados estatísticos como centro do processo de análise de um problema e não ter a pretensão de numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas (OLIVEIRA, 2004).

Conforme Chemin (2015), a pesquisa qualitativa não tem preocupação estatística, normalmente é aplicada a uma pequena amostra e tem o objetivo de alcançar uma compreensão das razões, das motivações do problema.

Desta forma, a presente pesquisa teve abordagem qualitativa e quantitativa. Qualitativa, pois tinha o objetivo de identificar informações dos MEIS da cidade de Mato Leitão através da aplicação dos questionários a uma amostra de MEIS do

município. E quantitativa, pois os dados coletados foram analisados e submetidos a cálculos estatísticos.

### **3.1.2 Caracterização da pesquisa quanto ao procedimento técnico**

Os procedimentos na pesquisa científica referem-se à maneira como é conduzido o estudo para obtenção dos dados. A pesquisa quanto ao procedimento, pode ser classificada em diversas tipologias onde enquadram-se o estudo de caso, a pesquisa de levantamento, a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, a pesquisa participante e a pesquisa experimental (BEUREN 2006).

O procedimento técnico deste estudo classifica-se como pesquisa de levantamento ou *survey*, pois foi através da aplicação de um questionário a uma amostra de Microempreendedores Individuais que se obteve as conclusões sobre o problema do estudo.

A pesquisa de levantamento ou *survey* caracteriza-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Nesta pesquisa, basicamente, solicita-se informações a um grupo significativo de pessoas envolvidas com o problema estudado para que em seguida, mediante a análise quantitativa, obtenham-se as conclusões correspondentes as informações coletadas (GIL, 2010).

Conforme Beuren (2006) os dados relativos a este tipo de pesquisa podem ser coletados com base em uma amostra retirada de determinada população e deve-se atentar para o fato de que nenhuma amostra é perfeita, podendo variar o grau de erro ou viés.

### **3.1.3 Caracterização da pesquisa quanto ao objetivo geral**

Quanto aos objetivos, a pesquisa poderá se enquadrar como pesquisa exploratória, descritiva ou explicativa (BEUREN, 2006).

A caracterização do estudo como pesquisa exploratória normalmente ocorre quando há pouco conhecimento sobre o tema a ser abordado (BEUREN, 2006). O autor ainda afirma que por meio do estudo exploratório, busca-se conhecer profundamente o assunto, de modo que fique mais claro para a formulação de questões importantes para a condução da pesquisa.

Para Gil (2010) as pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema e o planejamento delas tende a ser bastante flexível, visto que interessa considerar variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado. O autor também afirma que a maioria das pesquisas realizadas com propósito acadêmicos, num primeiro momento, assume o caráter de pesquisa exploratória, pois é pouco provável que o pesquisador já tenha a definição clara do que irá investigar.

Beuren (2006) cita que o estudo exploratório se apresenta como o início no campo científico, com intenção de possibilitar a realização de outros tipos de pesquisa como a pesquisa descritiva ou explicativa.

As pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população, mas também podem ser elaboradas com objetivo de identificar possíveis relações entre variáveis (GIL, 2010).

Conforme Gil (2010) há pesquisas que embora definidas como descritivas com base em seus objetivos, acabam proporcionando uma nova visão do problema, fazendo com que fiquem próximas das pesquisas exploratórias.

Desta maneira, a caracterização da pesquisa foi exploratória e descritiva. Sendo exploratória devido à busca aprofundada de conhecimento sobre o assunto,



mas também pode ser considerada descritiva porque foram coletados dados e analisados os resultados dos questionários aplicados aos MEIS.

### **3.2 População e amostra da pesquisa**

População é um conjunto de elementos que possuem as características que serão objeto de estudo (VERGARA, 2010). Ainda conforme o autor, a população amostral ou amostra é uma parte da população escolhida segundo algum critério de representatividade.

De acordo com Beuren (2009, p. 118):

População ou universo da pesquisa é a totalidade de elementos distintos que possui certa paridade nas características definidas para determinado estudo.

A população desta pesquisa é composta por Microempreendedores Individuais do município de Mato Leitão - RS, onde a autora reside.

A prefeitura municipal de Mato Leitão - RS disponibilizou a autora uma listagem com os nomes dos 165 MEIS cadastrados no município até agosto de 2017. Deste total, 97 responderam o questionário, porém destes cinco já haviam efetuado a baixa do registro de MEI, resultando assim uma amostra de 92 MEIS.

Esta pesquisa é não probabilística e foi aplicada por meio de conveniência.

### **3.3 Coleta de dados**

A coleta de dados é a fase prática da pesquisa, é iniciada com a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas com o objetivo de elaborar a coleta dos dados previstos (OLIVEIRA, 2004).

Os documentos, escritos ou não, são uma valiosa fonte de coleta de dados nas pesquisas, pois agilizam o processo investigatório, além de serem incontestáveis em pesquisas que exigem fontes documentais (BEUREN, 2006).

Conforme Gil (2010) para que os dados da pesquisa sejam livres de erros que podem ser introduzidos pelos pesquisadores, ou por outras pessoas, é fundamental supervisionar rigorosamente o processo de coleta de dados.

Para coleta de dados foi elaborado pela autora um questionário composto de 25 perguntas (APENDICE A), ao qual foi realizado um pré-teste com cinco Microempreendedores Individuais antes da aplicação da versão final do questionário.

Os dados necessários para elaboração desta pesquisa foram todos coletados pessoalmente pela autora através da aplicação do questionário elaborado. No total foram aplicados 97 questionários em diferentes bairros e áreas do município e todos foram respondidos de forma presencial pelo Microempreendedor Individual no seu ambiente de atuação ou na sua residência.

### **3.4 Tratamento e análise dos dados coletados**

Analisar dados significa trabalhar com todo o material obtido no processo de investigação (BEUREN, 2006).

Para Gil (2010) o processo de análise de dados envolve diversos procedimentos, como codificação das respostas, tabulação dos dados e cálculos estatísticos e embora os procedimentos só se efetivem após a coleta dos dados, convém que a análise seja minuciosamente planejada antes da coleta de dados para evitar trabalho desnecessário.

Beuren (2006) desta que o processo de análise de dados deve ocorrer de forma organizada, e recomenda que o pesquisador encontre meios de organizar o

material coletado durante a pesquisa para uma análise com maior profundidade conforme a teoria da metodologia científica.

O tratamento e análise dos dados coletados ocorreu com a montagem de planilhas com o uso do software Ms. *Excel* e do software *Sphinx Survey*. O software para pesquisas *Sphinx Survey* permite a realização de pesquisas em todas as suas etapas. Primeiramente foram alocadas e classificadas todas as respostas dos 92 (noventa e dois) questionários relativos ao Microempreendedores individuais ativos e em seguida foram geradas as tabelas e gráficos para realização das análises estatísticas dos dados coletados.

### **3.5 Limitações do método**

Conforme Vergara (2010) todo método tem possibilidades e limitações. A autora ressalta ainda que é importante explicar para o leitor quais as limitações que o método escolhido oferece, mas mesmo assim, justificar como o método foi o mais adequado para os propósitos da investigação.

A presente pesquisa apresenta como uma de suas limitações a dificuldade para identificação e localização de Microempreendedores Individuais do município, tendo em vista que todos os questionários foram aplicados pessoalmente pela autora para que o resultado não fosse influenciado e tendencioso.

Como a amostra desta pesquisa é não probabilística, os resultados só poderão ser considerados para esta pesquisa, não podendo ser generalizados ao todos os Microempreendedores Individuais de Mato Leitão - RS.

## 4 CARACTERÍSTICAS DO AMBIENTE DE PESQUISA

Neste capítulo apresentam-se as características do município de Mato Leitão - RS, ambiente em que o questionário foi realizado.

Mato Leitão foi colonizada a partir de 1906, antes era chamada de Fazenda Boa Vista e pertencia ao coronel João de Freitas Leitão, de Rio Pardo. Os moradores de regiões próximas denominaram o local de LEITÃOS WALD (Mato do Leitão), dando assim a origem ao nome do município. Em 1957 transformou-se em distrito de Venâncio Aires e conquistou a emancipação em 20 de março de 1992. Possui área de 46,5 Km<sup>2</sup> e 3.865 habitantes, conforme dados do IBGE do ano de 2010 (PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO LEITÃO, 2017).

É um município com potencial agrícola diversificado, onde se destaca a produção de suínos, leite, ovos, alevinos, milho, aipim, erva-mate, fumos, soja, hortifrutigranjeiros e agroindústrias.

Na cidade destacam-se as empresas Calçados Beira Rio, Biscobom Alimentos (biscoitos), Frigorífico 3 K (abate e beneficiamento de carne bovina), Móveis Gottems (móveis), e Conservas Janaína. E, além disto, possui uma grande quantidade de ateliês, que fabricam diversos produtos como solas de calçados e peças de roupas. Embora seja uma cidade pequena, o comércio é bem organizado e diversificado e busca atender todas as necessidades dos habitantes. A cidade possui postos de combustíveis, supermercados, farmácias, lojas de materiais de construção, padarias, bancos, lojas de eletrodomésticos, lojas de vestuário, salões

de beleza, bares, restaurantes e diversos prestadores de serviços como eletricitas, pedreiros, pintores, entre outros.

Para a pesquisa foram entrevistados 97 Microempreendedores Individuais, o que representa aproximadamente 59% dos Microempreendedores Individuais cadastrados no município.

Conforme a listagem de MEIS disponibilizada pela Prefeitura Municipal de Mato Leitão, o município possuía 165 Microempreendedores Individuais cadastrados até 31 de agosto de 2017, deste total 104 foram localizados, onde 97 responderam ao questionário e sete se abstiveram, porém, dos 97 respondentes, cinco informaram que já haviam efetuado a baixa do registro de MEI, sendo assim, 92 questionários foram utilizados para análise dos resultados.

## **5 ANÁLISE DE RESULTADOS**

Neste capítulo são apresentados os resultados obtidos através da análise das informações coletadas nos 92 questionários aplicados com Microempreendedores Individuais ativos do município de Mato Leitão - RS.

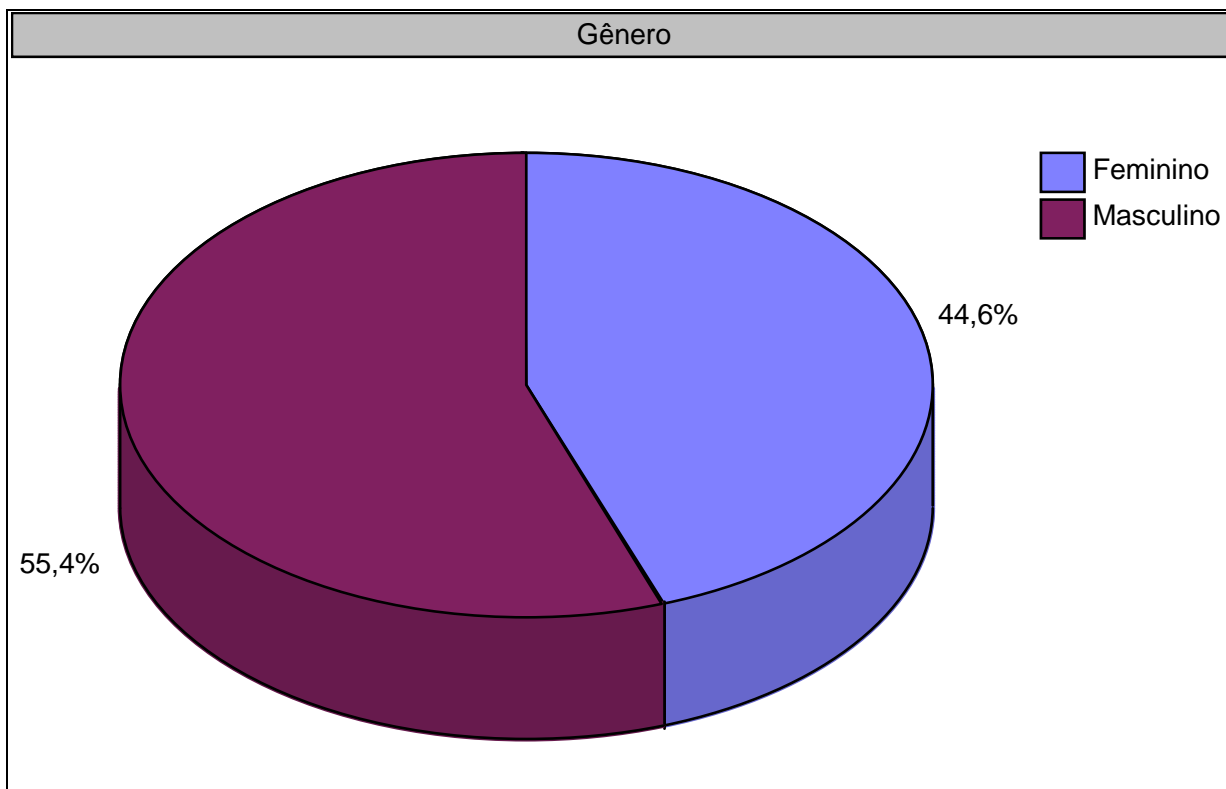
O presente estudo buscou identificar o perfil dos Microempreendedores Individuais e analisar se estão conseguindo cumprir com as obrigações mensais e anuais exigidas pela legislação. A partir das informações coletadas nos questionários aplicados são apresentadas e analisadas as respostas de cada pergunta, iniciando pelas perguntas que abordam o perfil do Microempreendedor Individual, em seguida perguntas relativas ao processo de formalização, os setores de atuação, as atividades que são exercidas, locais de atuação, perspectiva de crescimento, dificuldades, cumprimento das obrigações e por último uma pergunta aberta onde o Microempreendedor deixou um conselho pessoal a quem tenha o interesse de formalizar um MEI.

### **5.1 Perfil dos entrevistados**

O questionário iniciou com perguntas que abordassem as características dos MEIS para que fosse possível identificar o perfil destes.

Do total de 92 entrevistados, 41 eram do gênero feminino e 51 do gênero masculino, em percentuais eram, 44,6% do gênero feminino e 55,4% do gênero masculino, conforme demonstra o gráfico 1.

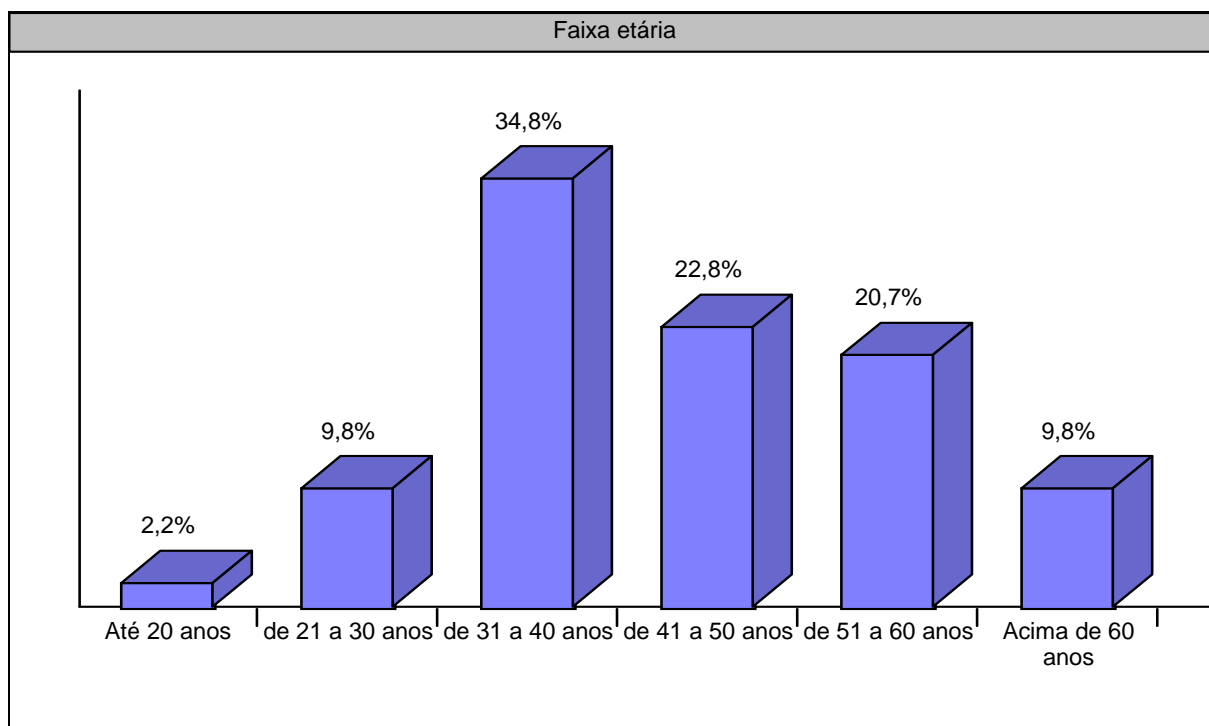
Gráfico 1 - Gênero



Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados dos questionários aplicados

Quanto a faixa etária identificou-se uma distribuição ampla, porém destacou-se com o percentual de 34,8% a faixa etária de 31 a 40 anos, em seguida com 22,8% a faixa etária de 41 a 50 anos, desta forma, percebe-se que mais da metade dos entrevistados encontra-se nestas duas faixas etárias, pois, juntas representam 57,6% do total dos entrevistados.

Gráfico 2 - Faixa Etária

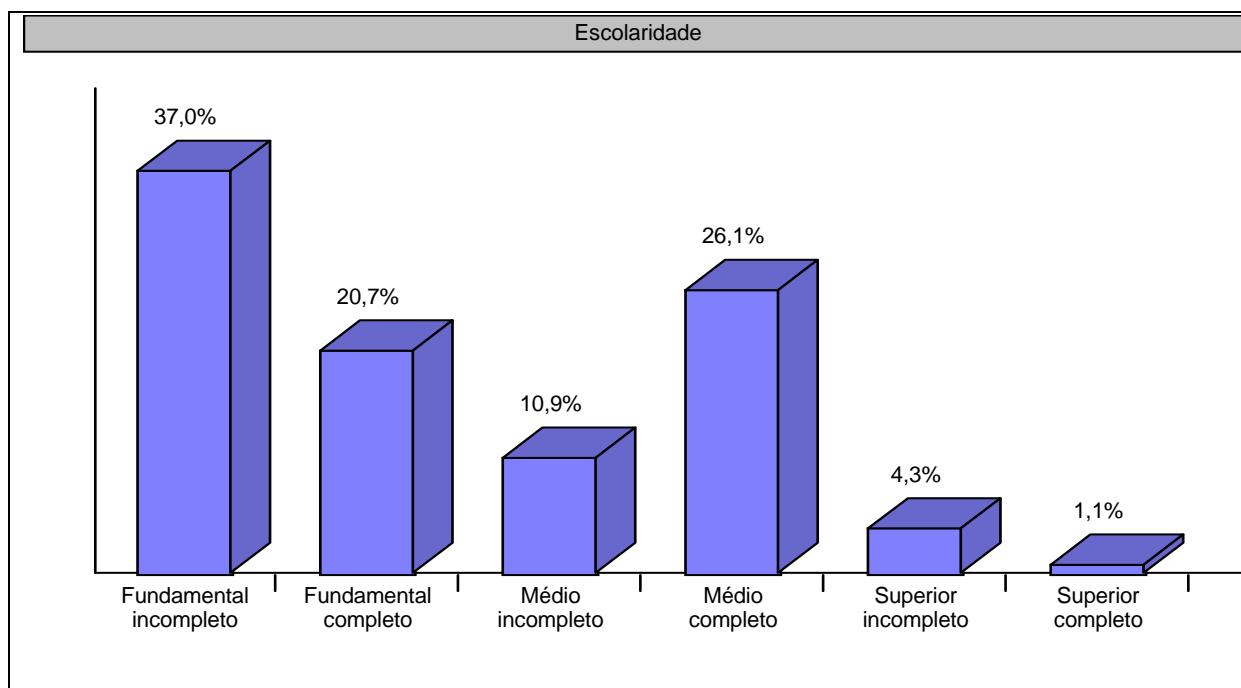


Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados dos questionários aplicados

O grau de escolaridade dos entrevistados está distribuído em seis faixas, e destacam-se com 37% aqueles que possuem o ensino fundamental incompleto e com 26,1% aqueles que possuem o ensino médio completo.



Gráfico 3 - Escolaridade



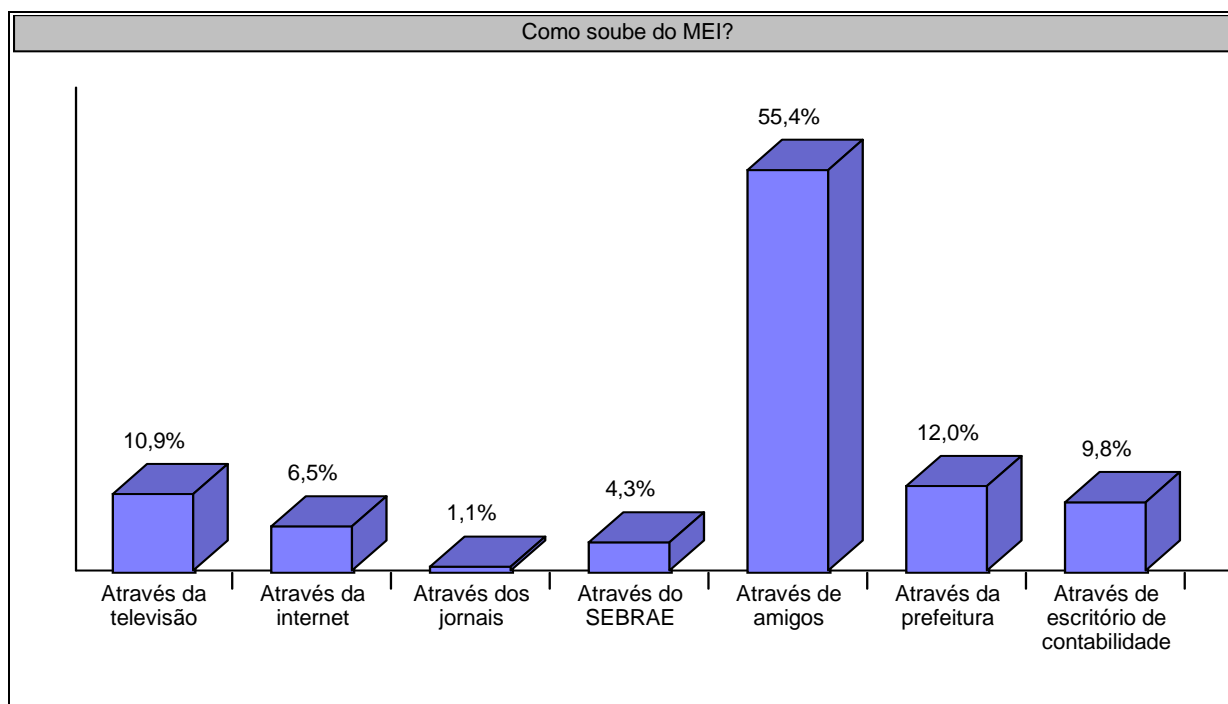
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados dos questionários aplicados

Conforme a distribuição do grau de instrução, observando o gráfico 3 chama a atenção o fato de que 37% dos entrevistados possuem ensino fundamental incompleto, este dado pode indicar uma necessidade de auxílios e capacitação para que os MEIS consigam gerenciar seus negócios.

## 5.2 Formalização e principais motivações

Perguntou-se aos microempreendedores como estes tomaram conhecimento do MEI, 55,4% responderam que ficaram sabendo através de amigos, conforme demonstra o gráfico 4 abaixo:

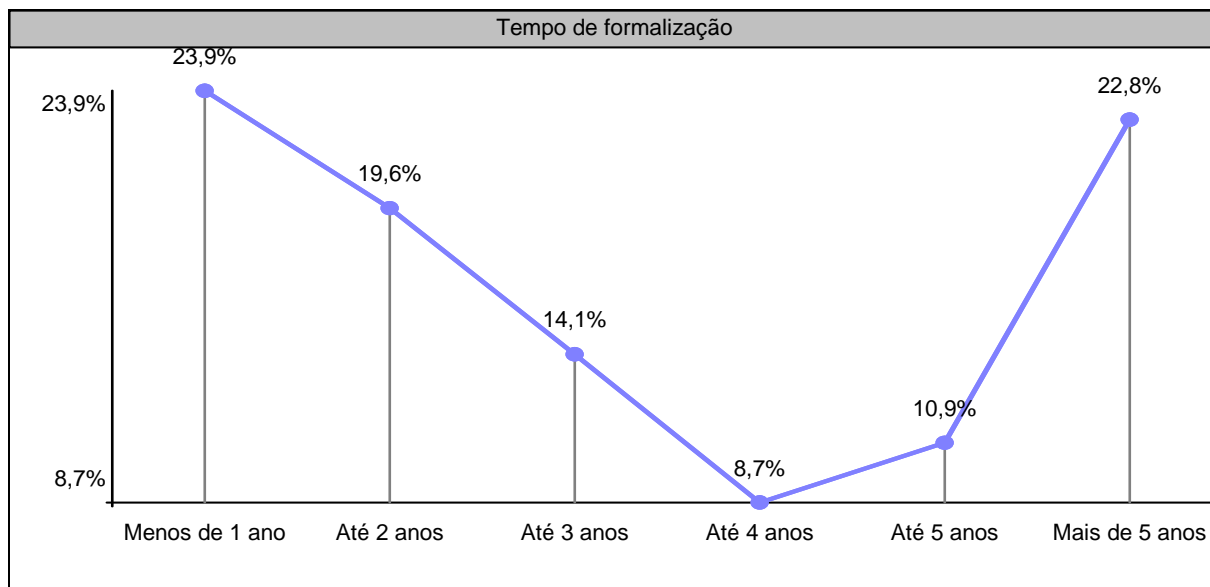
Gráfico 4 - Como soube do MEI



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados dos questionários aplicados

No gráfico 5 identificou-se que dos MEIS respondentes 22,8% já possuem seu empreendimento formalizado a mais de cinco anos. Observa-se também que da amostra dos respondentes houve uma considerável redução no processo de formalização no período de 2012 a 2014 que abrangem as opções de até quatro anos e até cinco anos, mas nos anos seguintes a formalização voltou a crescer e atualmente o maior percentual é de 23,9% referente aos formalizados a menos de um ano.

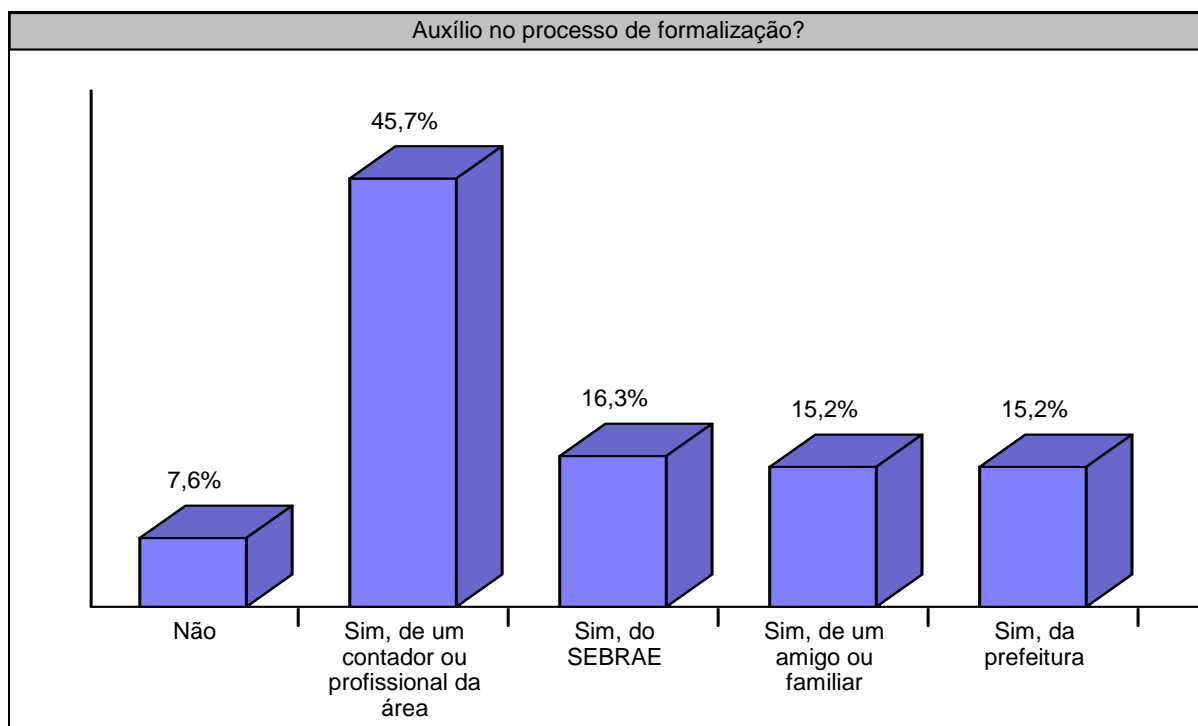
Gráfico 5 - Tempo de formalização



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados dos questionários aplicados

Quanto ao auxílio no processo de formalização, 92,4% responderam que tiveram auxílio no processo de formalização do MEI e destes 45,7% tiveram o auxílio de um contador ou profissional da área.

Gráfico 6 - Auxílio no processo de formalização

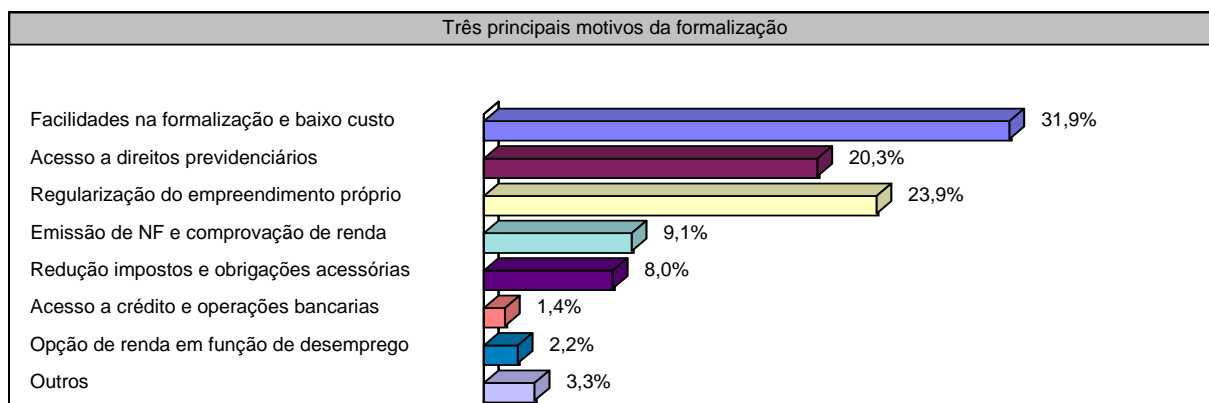


Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados dos questionários aplicados

Observa-se que no gráfico 6, acima, somente 16,3% dos respondentes tiveram auxílio do SEBRAE para a formalização, supõem-se que este índice tenha ficado baixo devido ao fato de o município não possuir nenhuma unidade de atendimento do SEBRAE.

O gráfico 7 demonstra os três principais motivos que levaram os microempreendedores a efetivarem a formalização.

Gráfico 7 - Três principais motivos da formalização



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados dos questionários aplicados

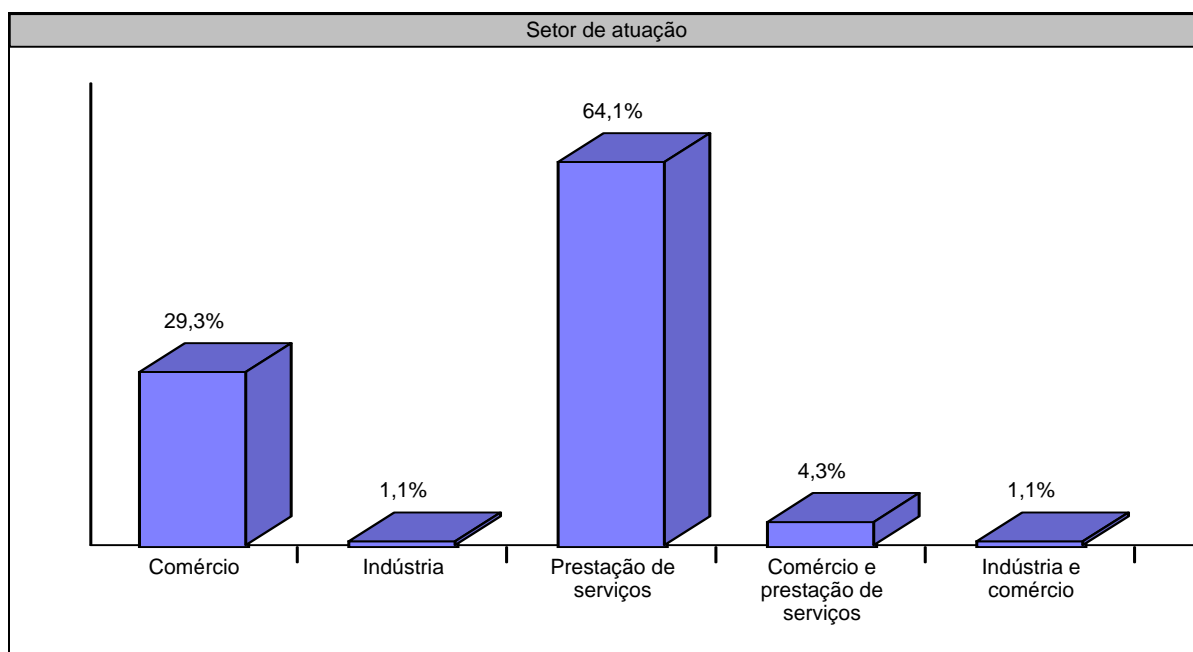
Com 31,9% a principal motivação foi a facilidade no processo de formalização e o baixo custo, em seguida com 23,9% ficou a regularização do empreendimento próprio e na terceira opção com 20,3% ficou o acesso a direitos previdenciários.

Verificou-se que muitos dos pequenos empreendedores do município nem pensavam em formalizar seu empreendimento ou então acabavam atuando na informalidade devido ao fato de não conseguirem arcar com os custos de abertura e a carga tributária de uma empresa tributada normalmente, porém as facilidades na formalização, o baixo custo e o acesso aos direitos previdenciários que são proporcionados pelo MEI motivaram 72,5% das formalizações dos entrevistados.

### 5.3 Atuação e principais atividades

No município o setor de atuação que tem o maior número de microempreendedores individuais é o setor da prestação de serviços com 64,1% dos entrevistados, seguido do comércio com 29,3%, conforme demonstra o gráfico 8.

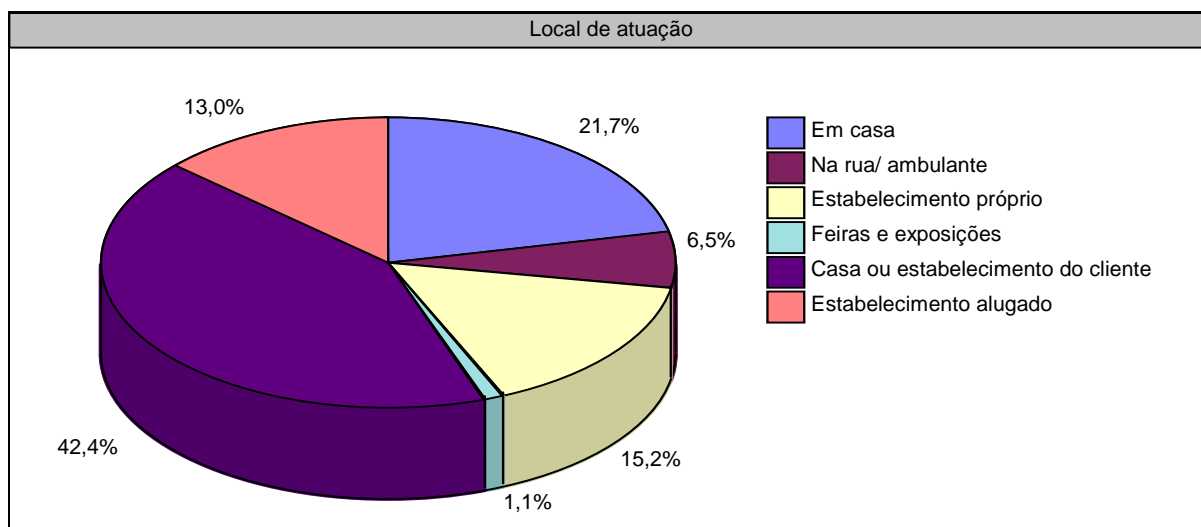
Gráfico 8 - Setor de atuação



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados dos questionários aplicados

Com relação ao local de atuação, o gráfico 09 demonstra que 42,4% dos MEIS atuam na casa ou estabelecimento do cliente, 21,7% atuam em sua casa própria, 15,2% possuem estabelecimento próprio, 13% atuam em um estabelecimento alugado, 6,5% são vendedores ambulantes e 1,1% atuam em feiras e exposições.

Gráfico 9 - Local de atuação



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados dos questionários aplicados

Na tabela 2, estão apresentadas as atividades exercidas pelos MEIS entrevistados, as atividades que mais se destacaram no setor de prestação de serviços foram a construção civil (18), salão de beleza (7) e doméstica (4). No setor de atuação do comércio foram destaque as atividades de vestuário, cama e banho (10), bar, camping e lancheria (8), fruteira e minimercado (5), bazar e diversos (4).

Chamou a atenção a quantidade de prestadores de serviço de construção civil no município, eles representam aproximadamente 20% do total dos entrevistados.

Tabela 2 - Atividades principais

Atividade principal de atuação	Freq.	%
Serviço de assessoria em trânsito	1	1,1%
Comércio de bar, camping, lancheria	8	8,7%
Comércio de bazar e diversos	4	4,3%
Comércio e serviços de elétrica automotiva	2	2,2%
Comércio de óptica e relojoaria	1	1,1%
Comércio de vestuário, cama e banho	10	10,9%
Serviço de conserto e restauração de estofados	1	1,1%
Serviço de costura	3	3,3%
Serviços de elétrica residencial e industrial	3	3,3%
Serviço de fotografia	1	1,1%
Indústria e comércio de produtos de limpeza e aromatizantes	1	1,1%
Serviço de locação de brinquedos	2	2,2%

(Continua...)

## (Conclusão.)

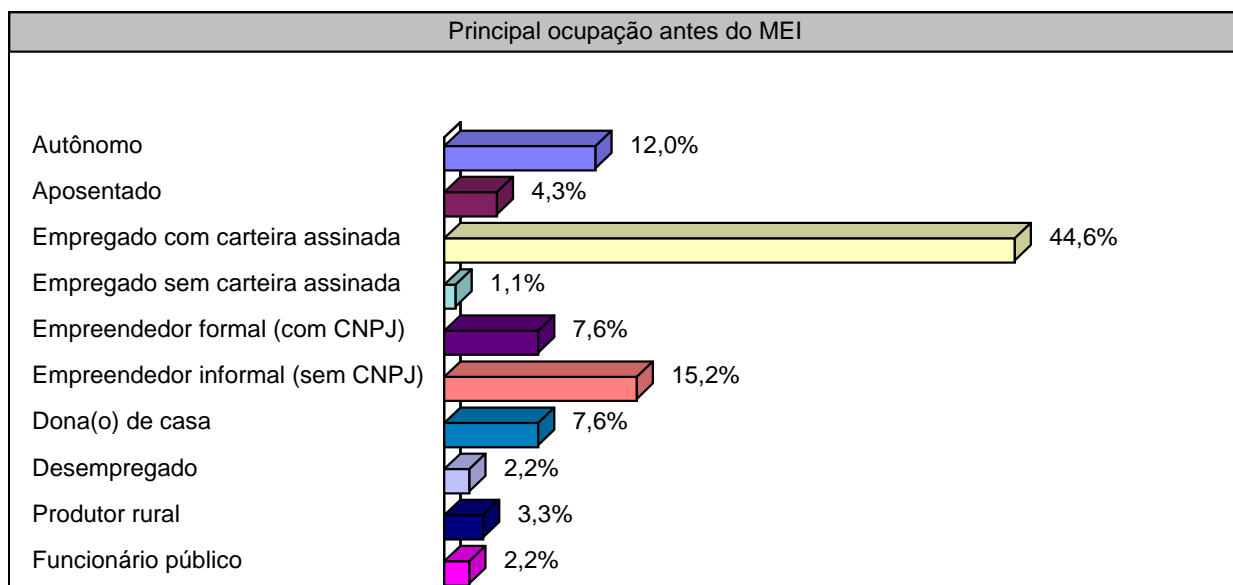
Comércio de minimercado e fruteira	5	5,4%
Serviço de paisagismo	3	3,3%
Serviço de construção civil/pedreiro	18	19,6%
Serviço de pintura residencial e predial	3	3,3%
Professor de música	2	2,2%
Serviço de recuperação de sucatas	2	2,2%
Serviços de cabeleireira, manicure, pedicure, depilação	7	7,6%
Serviço de bufê	1	1,1%
Serviços domésticos	4	4,3%
Serviço de ferraria	1	1,1%
Serviço de manutenção e reparação de máquinas e veículos	1	1,1%
Serviço de som e iluminação	1	1,1%
Comércio de eletrônicos e reparação	1	1,1%
Serviço de organização de festas	3	3,3%
Professor de idiomas	1	1,1%
Serviço de marcenaria e carpintaria	1	1,1%
Serviço de informática	1	1,1%
<b>TOTAL OBS.</b>	<b>92</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados dos questionários aplicados

#### 5.4 Ocupações antes da formalização e a perspectiva de crescimento

Ao perguntar aos entrevistados qual era a sua principal ocupação antes de se formalizarem 44,6% responderam que trabalhavam como funcionário com carteira assinada, 15,2% que trabalhavam como empreendedor informal e 12% eram autônomos.

Gráfico 10 - Principal ocupação antes do MEI



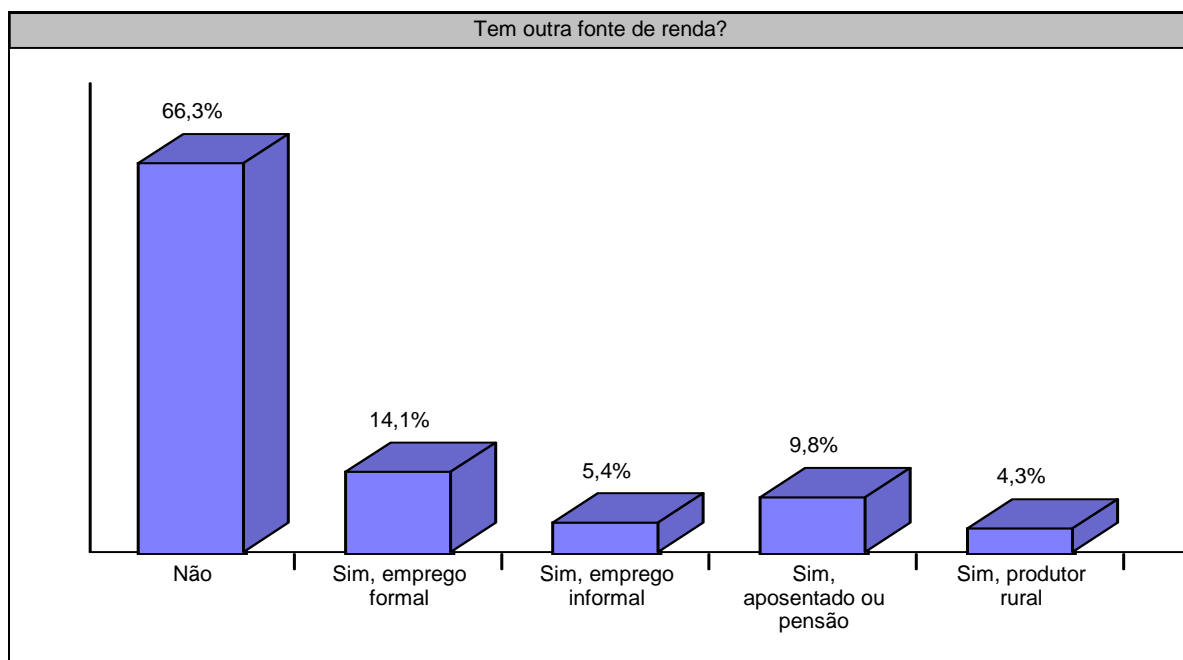
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados dos questionários aplicados

O percentual de 15,2% de empreendedores que atuavam na informalidade equivale a 14 respondentes, para estes foi perguntado se após a formalização perceberam alguma melhora no seu negócio, as respostas foram: nove não perceberam nenhuma mudança e cinco perceberam que melhorou.

Também foi questionado aos MEIS se possuíam outra fonte de renda. Conforme demonstrado no gráfico 11 abaixo, os resultados mostram que 66,3% dos respondentes possui o negócio como a principal fonte de renda e afirmaram que não possuem nenhuma outra fonte de renda.



Gráfico 11 - Possui outra fonte de renda

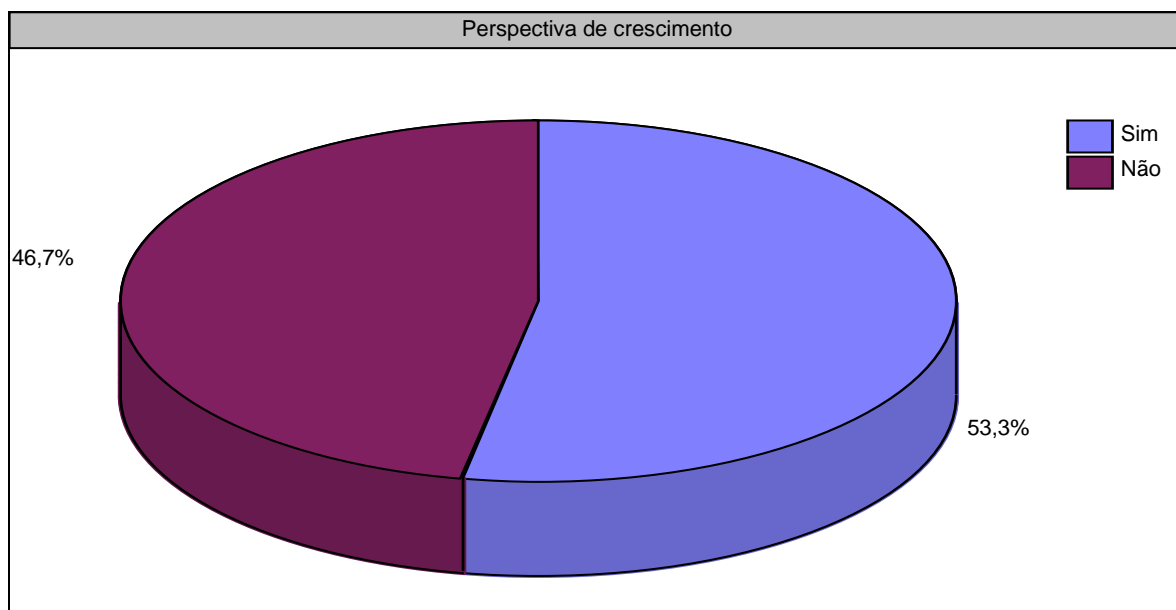


Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados dos questionários aplicados

No gráfico 11 chamou a atenção o percentual de 9,8% relativo aos MEIS que possuem outro rendimento relativo à aposentadoria ou pensão, pois isso demonstra que mesmo aposentados os MEIS não deixam de atuar no mercado.

Quanto a perspectiva de crescimento, verificou-se que 53,3% possuem uma perspectiva de crescimento e 46,7% não pretendem crescer, conforme demonstra o gráfico 12:

Gráfico 12 - Perspectiva de crescimento

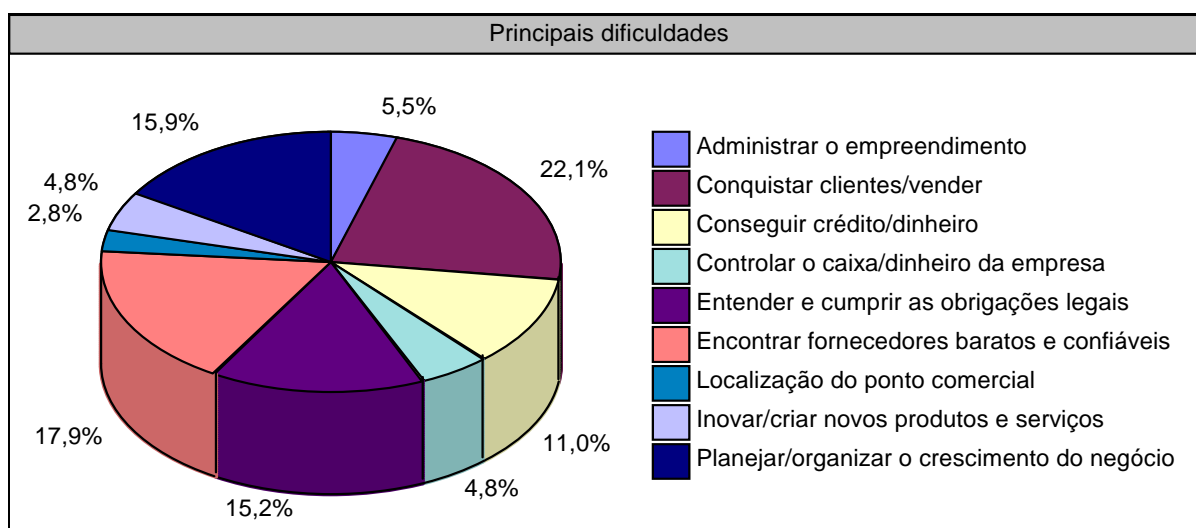


Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados dos questionários aplicados

## 5.5 Principais dificuldades

Em todo o processo de gestão de um negócio existem dificuldades, neste sentido, com o objetivo de identificá-las, foi questionado aos MEIS quais seriam as principais dificuldades enfrentadas no seu negócio.

Gráfico 13 - Principais dificuldades



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados dos questionários aplicados

Com 22,1% a principal dificuldade apontada pelos entrevistados foi conquistar clientes/vender. Em seguida com 17,9% ficou a dificuldade de encontrar fornecedores baratos e confiáveis.

Também foram apontadas as dificuldades de planejar e organizar o crescimento do negócio (15,9%) e de entender e cumprir as obrigações legais (15,2%). Estas duas dificuldades novamente indicaram a necessidade de auxílios que os MEIS do município possuem para que consigam gerenciar seus negócios.

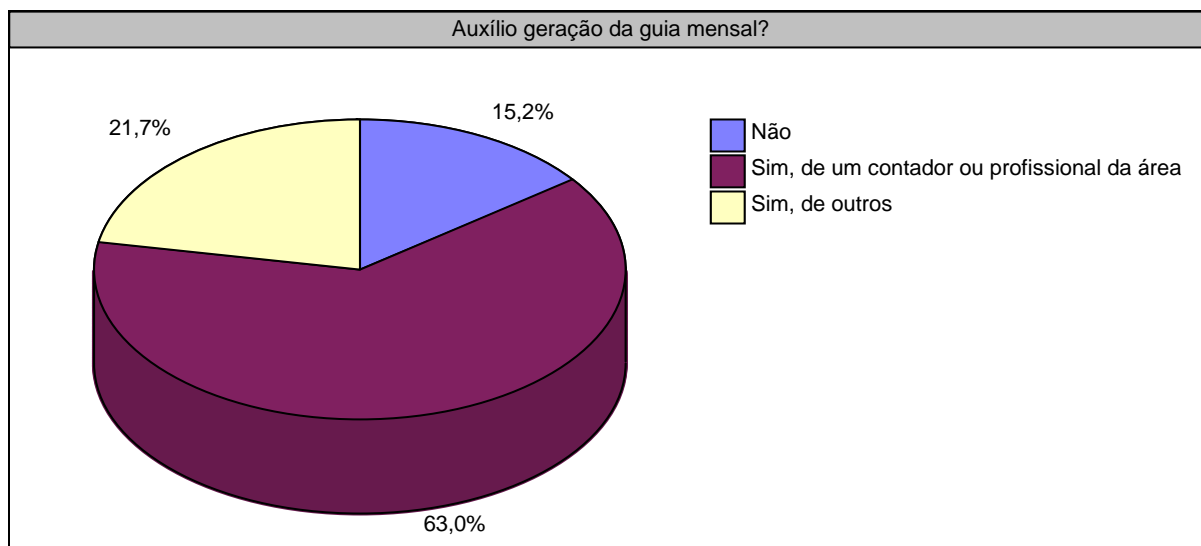
## **5.6 Cumprimento das obrigações legais**

Com o objetivo de saber se os Microempreendedores Individuais (MEIS) do município possuem conhecimento de todas as obrigações que lhes são atribuídas e analisar se estão conseguindo cumprir com todas as obrigações foram aplicadas oito perguntas no questionário que envolvem todas as obrigações do MEI.

Foi perguntado aos MEIS se possuíam auxílio para a geração da guia de arrecadação mensal dos tributos (DASMEI) e se o pagamento desta estaria em dia.

Conforme demonstra o gráfico 14, mais de 80% dos respondentes possuem auxílio e 15,2 % alegaram que não possuem auxílio para geração, conseguem gerar sozinhos.

Gráfico 14 - Auxílio geração da guia mensal (DASMEI)

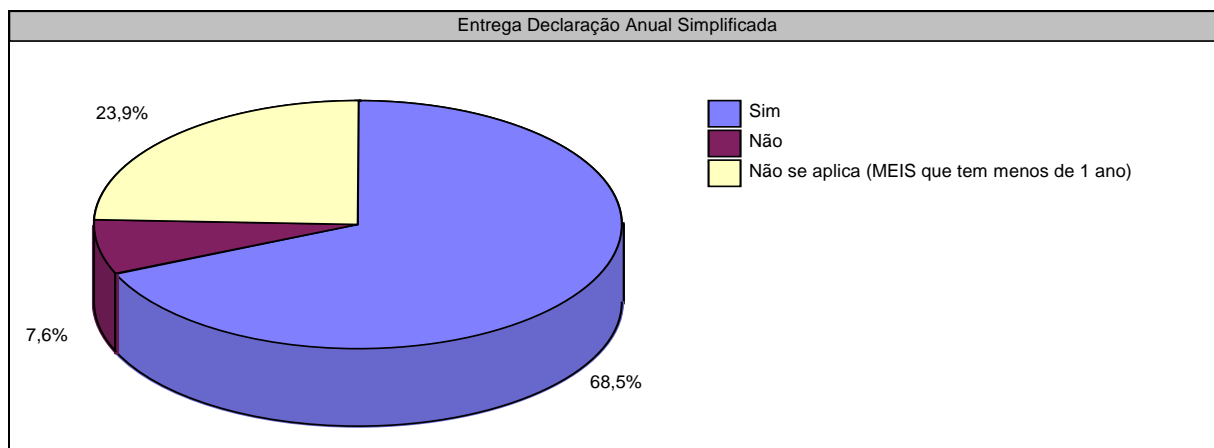


Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados dos questionários aplicados

Dos respondentes que possuem auxílio para a geração da guia de arrecadação mensal (DASMEI), 63% possuem auxílio de um contador ou profissional da área e 21,7% possuem auxílio de outros (amigo, familiar ou SEBRAE). Quanto ao pagamento, verificou-se que 91,3% estavam com o pagamento em dia e 8,7% estavam inadimplentes.

A declaração Anual Simplificada (DASNSIMEI) é uma obrigação anual do MEI, todo ano a declaração deverá ser entregue com as informações relativas ao ano anterior. Foi perguntado aos respondentes se estavam entregando esta declaração anualmente e se possuíam auxílio para a geração e envio da declaração.

Gráfico 15 - Entrega da Declaração Anual Simplificada (DASNSIMEI)

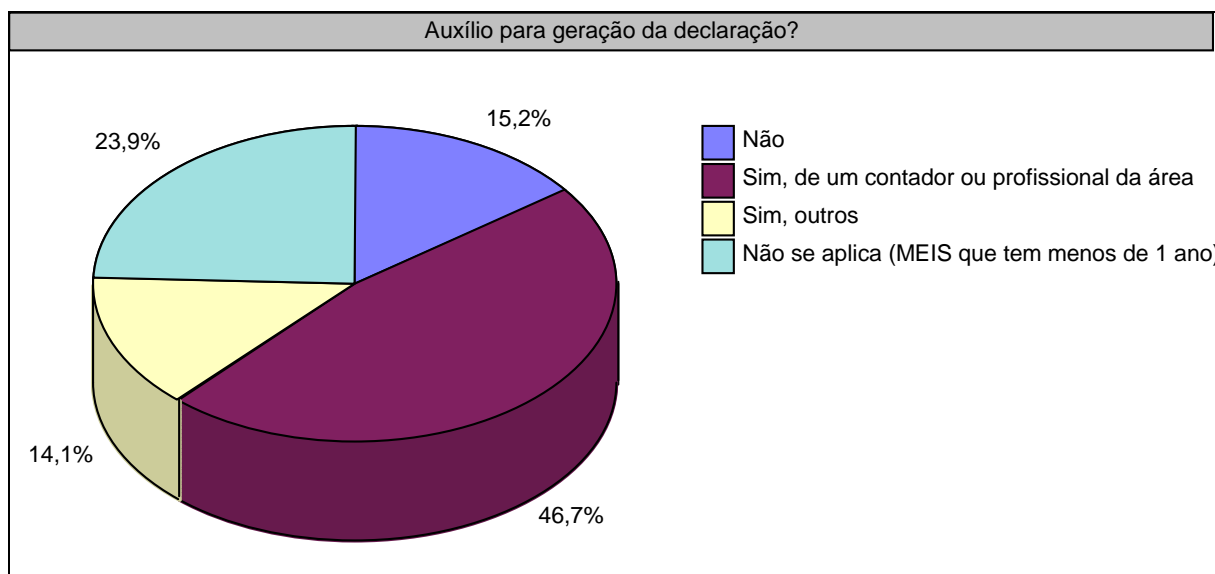


Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados dos questionários aplicados

Conforme demonstra o gráfico 15, acima, 68,5% dos respondentes estavam entregando a declaração anualmente e possuíam a obrigação em dia e 7,6% não estavam com a obrigação em dia. O percentual de 23,9% se refere aos MEIS que foram formalizados em 2017, sendo assim, ainda não estavam obrigados a entrega da declaração anual.

Quanto ao auxílio para a geração da Declaração Anual Simplificada (DASNSIMEI) verificou-se que dos MEIS que estavam obrigados a entrega da declaração 60,8% possuíam auxílio para geração e envio desta obrigação, sendo que destes, 46,7% tinham o auxílio de um contador ou profissional da área e 14,1% tinham auxílio de outros (amigo, familiar e SEBRAE). O percentual de MEIS que não necessitavam de auxílio para geração e envio da declaração é 15,2%, conforme demonstra o gráfico 16:

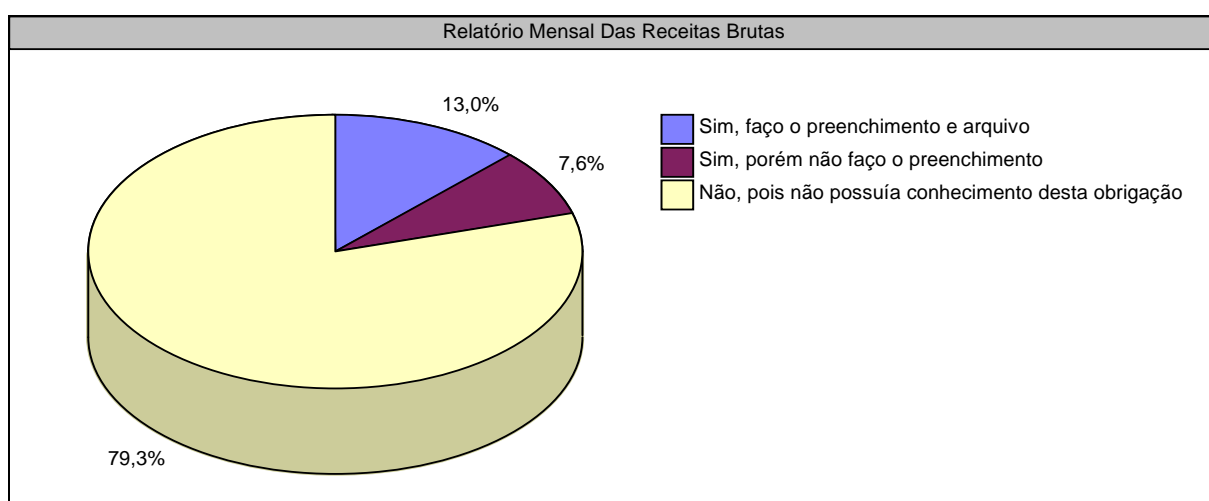
Gráfico 16 - Auxílio geração da Declaração Anual Simplificada (DASNSIMEI)



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados dos questionários aplicados

Outra obrigação do Microempreendedor Individual é o preenchimento do Relatório Mensal das Receitas Brutas do mês anterior, este preenchimento pode ser feito manualmente devendo constar anexo ao relatório as notas fiscais de compras de produtos e de serviços, bem como as notas fiscais que o MEI emitir. Porém quando perguntado aos MEIS se tinham conhecimento desta obrigação 79,3% responderam que não possuíam conhecimento da obrigação.

Gráfico 17 - Relatório Mensal das Receitas Brutas

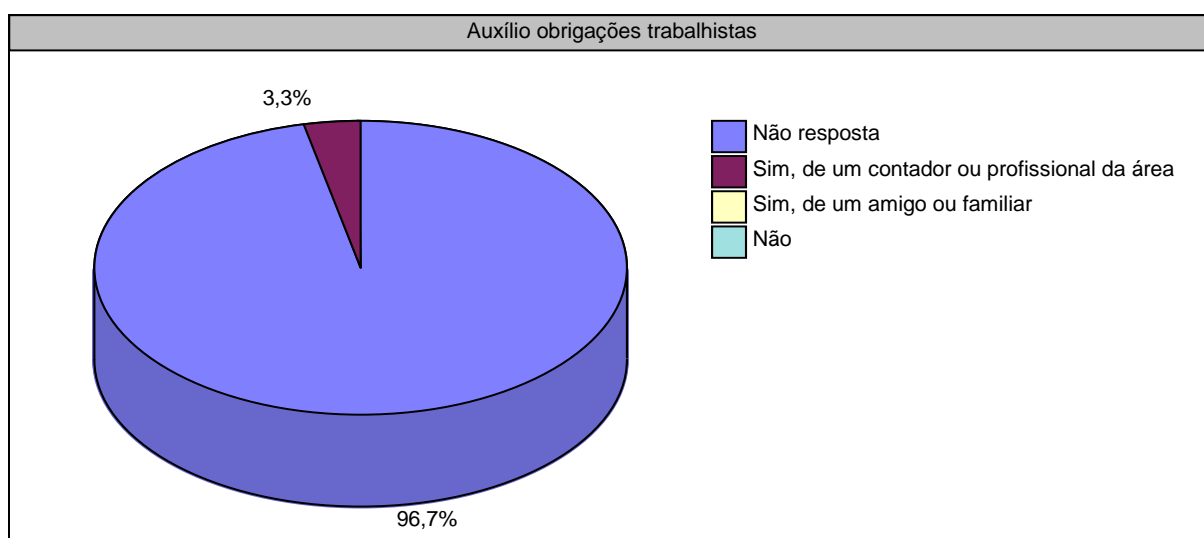


Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados dos questionários aplicados

Nesta pergunta percebeu-se que esta obrigação foi pouco divulgada aos MEIS da localidade no momento da formalização, pois ao aplicar os questionários notou-se que muitos respondentes ficaram surpresos ao saberem da obrigação.

Para os MEIS que possuem funcionário as obrigações aumentam, é preciso cumprir também com as obrigações trabalhistas. Para os respondentes que possuíam funcionário foi solicitado se eles tinham auxílio para geração e envio destas obrigações trabalhistas, dos MEIS respondentes 96,7% não possuíam funcionário e 3,3% possuíam funcionário, onde todos possuíam auxílio de um contador ou profissional da área para o cumprimento das obrigações trabalhistas, conforme gráfico 18:

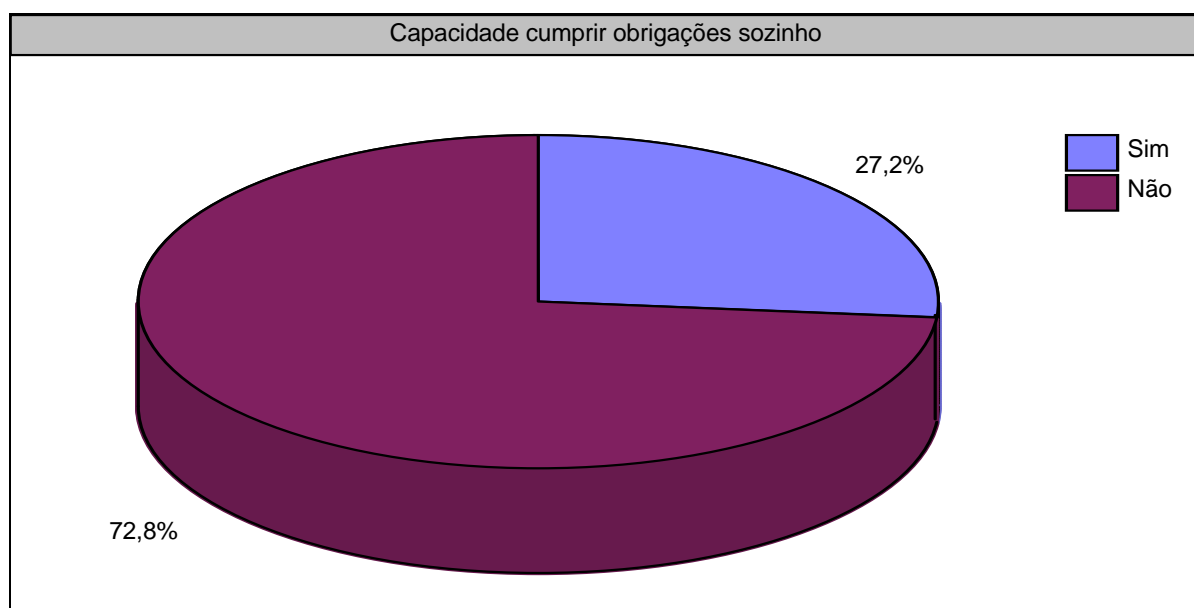
Gráfico 18 - Auxílio obrigações trabalhistas



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados dos questionários aplicados

Para finalizar as perguntas do questionário relativas às obrigações os respondentes foram questionados se eles se julgavam capazes de cumprir com todas as obrigações sozinho, sem auxílio nenhum e conforme demonstra o gráfico 19, somente 27,2% responderam que se julgavam capazes, a grande maioria de 72,8% respondeu que não seria capaz de cumprir com as obrigações sem auxílio, o que demonstra a grande insegurança e a necessidade de auxílio dos Microempreendedores Individuais do município.

Gráfico 19 - Capacidade de cumprir com as obrigações sem auxílio



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados dos questionários aplicados

### 5.7 Sugestões dos MEIS entrevistados

Na última pergunta do questionário foi solicitado aos MEIS respondentes o que aconselhariam para alguém que tivesse interessado em formalizar um MEI. Todas as respostas foram analisadas individualmente e dos 92 respondentes foi possível identificar 16 tipos diferentes de conselhos, demonstrados na tabela 03.

Do total dos respondentes 97,8% aconselhou a formalização e 2,2% não aconselharam a formalização.

Tabela 3 - Sugestões dos MEIS entrevistados

Sugestão	Freq.	%
Não formalizar, pois não percebeu mudança	1	1,1%
Formalizar imediatamente, pois é muito fácil	7	7,6%
Formalizar devido aos benefícios previdenciários	24	26,1%
Procurar o auxílio de um profissional da área	5	5,4%

(Continuação...)



## (Conclusão.)

Formalizar devido a imposto ser mais barato	11	12,0%
Melhor que trabalhar de funcionário	2	2,2%
É barato e tem diversos benefícios	3	3,3%
É muito bom para iniciar o negócio próprio	16	17,4%
É uma ótima opção para legalizar o negócio	6	6,5%
Pedir auxílio do SEBRAE	1	1,1%
Cuidar com a questão da aposentadoria	3	3,3%
Fazer uma pesquisa de mercado antes de formalizar	7	7,6%
Não se afobar e planejar com calma	2	2,2%
Tentar manter os pagamentos mensais em dia	1	1,1%
Só formalizar se você puder se enquadrar	2	2,2%
Não formalizar, pois falta auxílio pós formalização	1	1,1%
<b>TOTAL OBS.</b>	<b>92</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados dos questionários aplicados

Conforme demonstrado na tabela 03, os conselhos de formalização que mais se destacaram foram com 26,1% a formalização devido aos benefícios previdenciários, em seguida, com 17,4% a formalização devido ao fato de ser muito bom para quem quer iniciar o negócio próprio e com 12% a formalização devido ao fato de o imposto ser mais barato.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao finalizar este estudo, que teve como tema o Microempreendedor Individual (MEI) e como objetivo identificar o perfil dos MEIS do município de Mato Leitão - RS, as suas principais dificuldades e entender como estão cumprindo com as obrigações previstas em lei, pode-se concluir que todos os objetivos foram alcançados.

Através da análise dos resultados dos 92 questionários aplicados foi possível identificar o perfil dos MEIS de Mato Leitão - RS. O gênero ficou 44,6% do gênero feminino e 55,4% do gênero masculino. Mais da metade (57,6%), dos entrevistados possuem idade entre 31 a 50 anos e quanto ao grau de escolaridade, 37% do total dos entrevistados possui ensino fundamental incompleto.

A formalização de MEIS no município está em pleno desenvolvimento, pois 23,9% dos entrevistados se formalizaram a menos de um ano. Atualmente o setor de atuação que tem o maior número de Microempreendedores Individuais é o setor da prestação de serviços com 64,1%, seguido do comércio com 29,3% e as principais atividades exercidas foram o serviço de construção civil com 19,6% e o Comércio de vestuário, cama e banho com 10,9%.

Os principais motivadores apontados pelos MEIS para a formalização foram: para 31,9% a facilidade no processo de formalização e o baixo custo, em seguida 23,9% a regularização do empreendimento próprio e com 20,3% ficou o acesso a direitos previdenciários. Verificou-se também que 66,3% possuem o negócio como sua principal fonte de renda e quanto a perspectiva de crescimento 53,3% possuem

uma perspectiva de crescimento, enquanto que 46,7% responderam que não pretendem crescer.

A principal dificuldade citada pelos MEIS foi conquistar clientes/vender (22,1%), seguida de encontrar fornecedores baratos e confiáveis (17,9%) e planejar e organizar o crescimento do negócio (15,9%).

Quanto ao cumprimento das obrigações previstas em lei, verificou-se que os MEIS estão conseguindo cumprir as obrigações através do auxílio de um contador ou profissional da área, de um amigo, familiar ou SEBRAE. Porém 79,3% responderam que não possuíam conhecimento do Relatório Mensal das Receitas Brutas, não cumprindo com esta obrigação.

Conclui-se então esta pesquisa sugerindo que estudos futuros analisem uma maneira de auxiliar os MEIS nas suas dúvidas e dificuldades quanto a administração do seu negócio, pois o MEI atua de forma interligada com a sociedade e o governo ajudando na inserção de pessoas no mercado de trabalho e consequentemente melhorando a qualidade de vida da população e fortalecendo a economia do município.

## REFERÊNCIAS

Beuren, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. **Ato Declaratório Executivo nº 49, de 8 de julho de 2009**. Dispõe sobre as informações a serem declaradas em Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP) nos casos em que especifica. Disponível em: [http://www.normaslegais.com.br/legislacao/adecodac49\\_2009.htm](http://www.normaslegais.com.br/legislacao/adecodac49_2009.htm) Acesso em: 17 mai. 2017.

BRASIL. **Lei Complementar nº. 139, de 10 de dezembro de 2011**. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp139.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp139.htm) Acesso em: 21 mar. 2017.

BRASIL. **Lei Complementar nº. 147, de 7 de agosto de 2014**. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis nº 5.889, de 8 de junho de 1973, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 9.099, de 26 de setembro de 1995, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/leis/LCP/Lcp147.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/LCP/Lcp147.htm) Acesso em: 21 mar. 2017.

BRASIL. **Lei Complementar nº. 155, de 27 de outubro de 2016**. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar

e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes pelo Simples Nacional; altera as Leis nº 9.613, de 3 de março de 1998, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e revoga dispositivo da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp155.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp155.htm)> Acesso em: 21 mar. 2017.

**BRASIL. Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.** Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº. 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº. 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº. 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº. 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de outubro de 1999. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp128.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp128.htm)> Acesso em: 21 mar. 2017.

**BRASIL. Lei Complementar nº. 128, de 19 de dezembro de 2008.** Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp128.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp128.htm)> Acesso em: 21 mar. 2017.

**BRASIL. Resolução – RDC nº 49, de 31 de outubro de 2013.** Dispõe sobre a regularização para o exercício de atividade de interesse sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário e dá outras providências. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0049\\_31\\_10\\_2013.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0049_31_10_2013.html)> Acesso em: 21 mar. 2017.

**BRASIL. Resolução CGSIM Nº 22, de 22 de junho de 2010.** Dispõe sobre regras a serem seguidas quanto às pesquisas prévias e à regulamentação da classificação de risco da atividade para a concessão do Alvará de Funcionamento Provisório ou Definitivo de empresários e de sociedades empresárias de qualquer porte, atividade econômica ou composição societária, no âmbito da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM. Disponível em: <[http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucaocgsim22\\_2010.htm](http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucaocgsim22_2010.htm)> Acesso em: 17 mai. 2017.

**BRASIL. Resolução CGSIM nº 26, de 08 de dezembro de 2011.** Dispõe sobre o procedimento especial para o registro, alteração, baixa e cancelamento do MEI;

altera dispositivos da Resolução Nº 16, de 17 de dezembro de 2009 e da Resolução Nº 17, de 9 de abril de 2010, acrescenta o parágrafo único e os incisos I ao V ao art. 1º, acrescenta os §§ 6º, 7º e 8º ao artigo 8º, acrescenta o parágrafo único ao artigo 20, acrescenta as alíneas "g", "h" e "i" ao inciso I do artigo 22 e acrescenta os artigos 18-A, 19-A, 19-B, 19-C, 29-A, 29-B, 29-C, 29-D e 29-E na Resolução Nº 16, de 17 de dezembro de 2009. Disponível em:

<<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao-cgsim-26-2011.htm>> Acesso em: 21 mar. 2017.

**BRASIL. Resolução CGSIM nº 68, de 28 de outubro de 2009.** Altera as Resoluções CGSN nº 4, de 30 de maio de 2007, nº 10, de 28 de junho de 2007, nº 30, de 7 de fevereiro de 2008 e nº 58, de 27 de abril de 2009. Disponível em:

<[http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucaocgsn68\\_2009.htm](http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucaocgsn68_2009.htm)> Acesso em: 16 mai. 2017.

**BRASIL. Resolução CGSIM nº 94, de 29 de novembro de 2011.** Dispõe sobre o Simples Nacional e dá outras providências. Disponível em:

<<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=36833&visao=anotado>> Acesso em: 16 mai. 2017.

**BRASIL. Resolução nº 10, de 7 de outubro de 2009.** Dispõe sobre a padronização de endereços a serem utilizados na REDESIM e no cadastramento do Microempreendedor Individual. Disponível em:

<<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/legislacao/resolucoes/arquivos/Resolucao%20n%2010-%20de%207%20de%20outubro%20de%202009%20-Dispoe%20sobre%20a%20padronizacao%20de%20enderecos.pdf>> Acesso em: 21 mar. 2017.

**BRASIL. Resolução nº 16, de 17 de dezembro de 2009.** Dispõe sobre o procedimento especial para o registro e legalização do Microempreendedor Individual. Alterada pela Resolução nº 17, de 9 de abril de 2010 e pela Resolução nº 26, de 8 de dezembro de 2011. (Vide art. 6º da Resolução CGSIM nº 26/2011).

Disponível em:

<<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/legislacao/resolucoes/arquivos/Resolucao%20n%2016-%20de%2017.12.2009%20alterada%20pela%2017%20e%2026.pdf>> Acesso em: 21 mar. 2017.

**BRASIL. Resolução nº 2, de 1º de julho de 2009.** Dispõe sobre o procedimento especial para o registro e legalização do Microempreendedor Individual. Alterada pela Resolução CGSIM nº 4, de 6 de agosto de 2009. Alterada pela Resolução CGSIM nº 9, de 7 de outubro de 2009. Disponível em:

<<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/legislacao/resolucoes/arquivos/Resolucao%20n%202->

[%20de%201 %20de%20julho%20de%202009%20alterada%20pela%204%20e%209.pdf](#)> Acesso em: 21 mar. 2017.

BRASIL. **Resolução nº 36, de 02 de maio de 2016.** Dispõe sobre o procedimento de cancelamento de inscrição de Microempreendedor Individual – MEI inadimplente. Disponível em:

<<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/legislacao/resolucoes/arquivos/Resolucao%20CGSIM%20no%2036-%20de%202%20de%20maio%20de%202016.pdf>>

Acesso em: 21 mar. 2017.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHEMIN, Beatris F. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos: planejamento, elaboração e apresentação**. 3. ed. Lajeado: Ed. Univates, 2015.

ESCARLATE, Luiz Felipe. **Aprender a empreender**. Brasília: Fundação Roberto Marinho/SEBRAE, 2010.

FENACON. **Programa microempreendedor individual cresce 22% e atinge 5,6 milhões de inscritos**. Disponível em: <<http://www.fenacon.org.br/noticias/programa-microempreendedor-individual-cresce-22-e-atinge-56-milhoes-de-inscritos-276/>> Acesso em: 13 mai. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEMES JUNIOR, Antônio Barbosa; PISA, Beatriz Jackiu. **Administrando micro e pequenas empresas**. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MEI Empreendedor Individual. Disponível em: <<http://www.mei.br.com/>> Acesso em 05 abril 2017.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratando de metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

PORTAL DO EMPREENDEDOR – MEI. **Portal do Microempreendedor Individual.** Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>> Acesso em: 21 mar. 2017.

PORTAL DO EMPREENDEDOR – MEI. **Portal do Microempreendedor Individual.** Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/perguntas-frequentes/duvidas-relacionadas-ao-microempreendedor-individual-1/5-previdencia-e-dema-is-beneficios>> Acesso em: 16 mai. 2017.

PORTAL DO EMPREENDEDOR – MEI. **Portal do Microempreendedor Individual.** Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/perguntas-frequentes/duvidas-relacionadas-ao-microempreendedor-individual-1/10-querodeixar-de-ser-mei-baixa/10.6-apos-a-baixa-do-mei-e-necessario-entregar-a-declaracao-de-extincao-2013-dasn-simei-extincao-se-positivo-qual-o-prazo-da-entrega/>> Acesso em: 17 mai. 2017.

PORTAL DO EMPREENDEDOR – MEI. **Portal do Microempreendedor Individual.** Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual/obrigacoes-e-responsabilidades-do-mei>> Acesso em: 17 mai. 2017.

PORTAL DO EMPREENDEDOR – MEI. **Portal do Microempreendedor Individual.** Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual/roteiro-para-baixa/>> Acesso em 27 mai. 2017.

PORTAL MEI.ORG. **MEI – Benefícios Previdenciários.** Disponível em:<<https://www.portalmei.org/microempreendedor-individual-beneficios-previdenciarios/>> Acesso em: 16 mai. 2017.

SEBRAE. **Perfil do Microempreendedor Individual 2015.** Brasília - DF: SEBRAE,2016. Disponível em: <[https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos\\_pesquisas/estudos-apresentam-perfil-do-microempreendedor-individualdetalhe6,6a1713074c0a3410VgnVCM1000003b74010aRCRD](https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/estudos-apresentam-perfil-do-microempreendedor-individualdetalhe6,6a1713074c0a3410VgnVCM1000003b74010aRCRD)> Acesso em: 21 mar. 2017.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TACHIZAWA, Takeshy; FARIA, Marília de Sant’Anna. **Criação de novos negócios: gestão de micro e pequenas empresas.** 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.



VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ZANLUCA, Júlio César. MEI – Microempreendedor Individual. **Distribuição exclusiva Portal Tributário Publicações**. Disponível em: <[www.portaldecontabilidade.com.br/downloads](http://www.portaldecontabilidade.com.br/downloads)> Acesso/download em: 04 abr. 2017.

MATO LEITÃO (Município). Prefeitura Municipal. **Site oficial**. 2017. Disponível em: <<http://www.matoleitao-rs.com.br/historia/>> Acesso em: 10 set. 2017.

MATO LEITÃO. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Mato\\_Leit%C3%A3o](https://pt.wikipedia.org/wiki/Mato_Leit%C3%A3o)> Acesso em: 10 set. 2017.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A – Questionário

## Questionário

1. Qual seu gênero?
  - a. ( ) Feminino
  - b. ( ) Masculino
2. Qual sua faixa etária de idade?
  - a. ( ) Até 20 anos
  - b. ( ) De 21 a 30 anos
  - c. ( ) De 31 a 40 anos
  - d. ( ) De 41 a 50 anos
  - e. ( ) De 51 a 60 anos
  - f. ( ) Acima de 60 anos
3. Qual seu nível de escolaridade?
  - a. ( ) Fundamental incompleto
  - b. ( ) Fundamental completo
  - c. ( ) Médio incompleto
  - d. ( ) Médio completo
  - e. ( ) Superior incompleto
  - f. ( ) Superior completo
4. Como ficou sabendo do MEI?
  - a. ( ) Através da televisão
  - b. ( ) Através da internet
  - c. ( ) Através dos jornais
  - d. ( ) Através do Sebrae
  - e. ( ) Através de amigos
  - f. ( ) Através da prefeitura
  - g. ( ) Através de escritório de contabilidade
5. Há quanto tempo formalizou o MEI?
  - a. ( ) Menos de 1 ano
  - b. ( ) Até 2 anos
  - c. ( ) Até 3 anos
  - d. ( ) Até 4 anos
  - e. ( ) Até 5 anos
  - f. ( ) Mais de 5 anos
6. Teve auxílio no processo de formalização?
  - a. ( ) Não
  - b. ( ) Sim, de um contador ou profissional da área
  - c. ( ) Sim, do Sebrae
  - d. ( ) Sim, de um amigo ou familiar
  - e. ( ) Sim, da prefeitura
7. O MEI está ativo?
  - a. ( ) Sim

b. ( ) Não

8. Qual o setor de atuação?

- a. ( ) Comércio
- b. ( ) Indústria
- c. ( ) Prestação de serviços
- d. ( ) Comércio e prestação de serviços
- e. ( ) Indústria e comércio

9. Qual a atividade principal de atuação do MEI?

10. Qual o local de atuação do seu empreendimento?

- a. ( ) Em casa
- b. ( ) Na rua/ambulante
- c. ( ) Estabelecimento próprio
- d. ( ) Feiras e exposições
- e. ( ) Casa ou estabelecimento do cliente
- f. ( ) Estabelecimento alugado

11. Possui outra fonte de renda?

- a. ( ) Não
- b. ( ) Sim, emprego formal
- c. ( ) Sim, emprego informal
- d. ( ) Sim, aposentado ou pensão
- e. ( ) Sim, outra, qual:

12. Qual a sua principal ocupação antes de se formalizar como MEI?

- a. ( ) Autônomo
- b. ( ) Aposentado
- c. ( ) Empregado(a) com carteira assinada
- d. ( ) Empregado(a) sem carteira assinada
- e. ( ) Empreendedor formal (com CNPJ)
- f. ( ) Empreendedor informal (sem CNPJ)
- g. ( ) Estudante
- h. ( ) Dona(o) de casa
- i. ( ) Desempregado
- j. ( ) Produtor rural
- k. ( ) Funcionário público

13. Para os MEIs que tinham um negócio informal responder: Após ter registrado o MEI melhorou o faturamento, clientes, fornecedores, investimentos, crédito?

- a. ( ) Sim
- b. ( ) Não
- c. ( ) Sem mudança

14. Qual foram os três principais motivos da formalização do MEI?

- a. ( ) Facilidades no processo de formalização e baixo custo
- b. ( ) Acesso a Direitos previdenciários ( INSS)
- c. ( ) Regularização do empreendimento próprio
- d. ( ) Emissão de notas fiscais e comprovação de renda
- e. ( ) Redução dos impostos e obrigações acessórias
- f. ( ) Acesso a crédito e operações bancárias
- g. ( ) Opção de renda em função de desemprego
- h. ( ) Outros, quais:

15. Você possui perspectiva de crescimento?

- a. ( ) Sim
- b. ( ) Não

16. Quais as suas dificuldades que possui hoje?
- a. ( ) Administrar o empreendimento
  - b. ( ) Conquistar clientes/vender
  - c. ( ) Conseguir crédito/dinheiro
  - d. ( ) Controlar o caixa/dinheiro da empresa
  - e. ( ) Entender e cumprir as obrigações legais
  - f. ( ) Encontrar fornecedores baratos e confiáveis
  - g. ( ) Localização do ponto comercial
  - h. ( ) Inovar/criar novos produtos e serviços
  - i. ( ) Planejar/organizar o crescimento da empresa
17. Possui auxílio para geração da guia de arrecadação mensal dos tributos?
- a. ( ) Não
  - b. ( ) Sim, contador
  - c. ( ) Sim, outros
18. Você está em dia com o pagamento da guia de arrecadação mensal?
- a. ( ) Sim
  - b. ( ) Não, quanto tempo atrasado:
19. Você está entregando a entrega da Declaração Anual Simplificada?
- a. ( ) Sim
  - b. ( ) Não, quanto tempo atrasado:
  - c. ( ) Não se aplica (MEIS que tem menos de 1 ano)
20. Possui auxílio para geração da Declaração Anual Simplificada do MEI?
- a. ( ) Não
  - b. ( ) Sim, de um contador ou profissional da área
  - c. ( ) Sim, outros
  - d. ( ) Não se aplica (MEIS que tem menos de 1 ano)
21. Você conhece o Relatório Mensal Das Receitas Brutas? Está preenchendo e arquivando este relatório das receitas brutas e referidas despesas/custos de cada mês?
- a. ( ) Sim, faço o preenchimento e arquivo
  - b. ( ) Sim, porém não faço o preenchimento
  - c. ( ) Não, pois não possuía conhecimento desta obrigação
22. Você tem funcionário?
- a. ( ) Sim
  - b. ( ) Não
23. Para os MEIs que tem funcionário responder: Possui auxílio para emissão da folha de pagamento e geração e envio da GFIP mensal?
- a. ( ) Sim, de um contador ou profissional da área
  - b. ( ) Possui tem auxílio de outros
  - c. ( ) Não possui auxílio
24. Você se julga capaz de cumprir com todas as obrigações de um MEI sem auxílio de um contador ou profissional da área?
- a. ( ) Sim
  - b. ( ) Não
25. O que você aconselharia para alguém que estivesse interessado em formalizar um MEI?

## APÊNDICE B – Atividades permitidas ao MEI por CNAE.

OCUPAÇÃO	CNAE	DESCRIÇÃO SUBCLASSE CNAE	ISS	ICMS
ABATEDOR (A) DE AVES	1012-1/01	ABATE DE AVES	N	N
ABATEDOR (A) DE AVES COM COMERCIALIZAÇÃO DO PRODUTO	4724-5/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS	N	S
ACABADOR (A) DE CALÇADOS	1531-9/02	ACABAMENTO DE CALÇADOS DE COURO SOB CONTRATO	S	S
AÇOUGUEIRO (A)	01/09/4722	COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES - AÇOUGUES	N	S
ADESTRADOR (A) DE ANIMAIS	07/02/9609	ALOJAMENTO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	S	N
ADESTRADOR (A) DE CÃES DE GUARDA	02/01/8011	SERVIÇOS DE ADESTRAMENTO DE CÃES DE GUARDA	S	N
AGENTE DE CORREIO FRANQUEADO E PERMISSIONÁRIO	02/05/5310	ATIVIDADES DE FRANQUEADAS DO CORREIO NACIONAL	S	S
AGENTE DE VIAGENS	7911-2/00	AGÊNCIAS DE VIAGENS	S	N
AGENTE FUNERÁRIO	04/03/9603	SERVIÇOS DE FUNERÁRIAS	S	N

(Continua...)

(Continua...)

AGENTE MATRIMONIAL	02/02/9609	AGÊNCIAS MATRIMONIAIS	S	N
ALFAIATE	1412-6/02	CONFECÇÃO, SOB MEDIDA, DE PEÇAS DO VESTUÁRIO, EXCETO ROUPAS ÍNTIMAS	S	N
ALINHADOR (A) DE PNEUS	4520-0/04	SERVIÇOS DE ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	S	N
AMOLADOR (A) DE ARTIGOS DE CUTELARIA	9529-1/99	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OUTROS OBJETOS E EQUIPAMENTOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
ANIMADOR (A) DE FESTAS	9329-8/99	OUTRAS ATIVIDADES DE RECREAÇÃO E LAZER NÃO ESPECIFICADO ANTERIORMENTE	S	N
ANTIQUÁRIO (A)	01/07/4785	COMÉRCIO VAREJISTA DE ANTIGUIDADES	N	S
APLICADOR (A) AGRÍCOLA	0161-0/01	SERVIÇO DE PULVERIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS AGRÍCOLAS	S	N
APURADOR (A), COLETOR (A) E FORNECEDOR(A) DE RECORTES DE MATÉRIAS PUBLICADAS EM JORNAIS E REVISTAS	6399-2/00	OUTRAS ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	S	N
ARMADOR (A) DE FERRAGENS NA CONSTRUÇÃO CIVIL	01/03/2599	SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE ARMAÇÕES METÁLICAS PARA A CONSTRUÇÃO	S	N
ARQUIVISTA DE DOCUMENTOS	8211-3/00	SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO	S	N

(Continua...)

(Continua...)

ARTESÃO (Ã) DE BIJUTERIAS	3212-4/00	FABRICAÇÃO DE BIJUTERIAS E ARTEFATOS SEMELHANTES	N	S
ARTESÃO (Ã) EM BORRACHA	2219-6/00	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE BORRACHA NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
ARTESÃO (Ã) EM CERÂMICA	2349-4/99	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS CERÂMICOS NÃO-REFRATÁRIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
ARTESÃO (Ã) EM CIMENTO	2330-3/99	FABRICAÇÃO DE OUTROS ARTEFATOS E PRODUTOS DE CONCRETO, CIMENTO, FIBROCIMENTO, GESSO E MATERIAIS SEMELHANTES	N	S
ARTESÃO (Ã) EM CORTIÇA, BAMBU E AFINS	1629-3/02	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DIVERSOS DE CORTIÇA, BAMBU, PALHA, VIME E OUTROS MATERIAIS TRANÇADOS, EXCETO MÓVEIS	N	S
ARTESÃO (Ã) EM COURO	1529-7/00	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE COURO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
ARTESÃO (Ã) EM GESSO	2330-3/99	FABRICAÇÃO DE OUTROS ARTEFATOS E PRODUTOS DE CONCRETO, CIMENTO, FIBROCIMENTO, GESSO E MATERIAIS SEMELHANTES	N	S
ARTESÃO (Ã) EM LOUÇAS, VIDRO E CRISTAL	01/01/2399	DECORAÇÃO, LAPIDAÇÃO, GRAVAÇÃO, VITRIFICAÇÃO E OUTROS TRABALHOS EM CERÂMICA, LOUÇA, VIDRO E CRISTAL	S	N
ARTESÃO (Ã) EM MADEIRA	1629-3/01	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DIVERSOS DE MADEIRA, EXCETO MÓVEIS	N	S
ARTESÃO (Ã) EM MÁRMORE, GRANITO, ARDÓSIA E OUTRAS PEDRAS	03/05/2391	APARELHAMENTO DE PLACAS E EXECUÇÃO DE TRABALHOS EM MÁRMORE, GRANITO, ARDÓSIA E OUTRAS PEDRAS	S	S

(Continua...)



(Continua...)

ARTESÃO (Ã) EM METAIS	2599-3/99	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS DE METAL NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
ARTESÃO (Ã) EM METAIS PRECIOSOS	02/06/3211	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE JOALHERIA E OURIVESARIA	N	S
ARTESÃO (Ã) EM OUTROS MATERIAIS	3299-0/99	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
ARTESÃO (Ã) EM PAPEL	1749-4/00	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE PASTAS CELULÓSICAS, PAPEL, CARTOLINA, PAPEL-CARTÃO E PAPELÃO ONDULADO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
ARTESÃO (Ã) EM PLÁSTICO	2229-3/99	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE MATERIAL PLÁSTICO PARA OUTROS USOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
ARTESÃO (Ã) EM VIDRO	2319-2/00	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE VIDRO	N	S
ARTESÃO TÊXTIL	1359-6/00	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS TÊXTEIS NÃO ESPECIFICADOS	N	S
ASTRÓLOGO (A)	9609-2/99	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	S	N
AZULEJISTA	05/04/4330	APLICAÇÃO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES	S	N
BALANCEADOR (A) DE PNEUS	4520-0/04	SERVIÇOS DE ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	S	N

(Continua...)

(Continua...)

BALEIRO (A)	04/01/4721	COMÉRCIO VAREJISTA DE DOCES, BALAS, BOMBONS E SEMELHANTES	N	S
BANHISTA DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	08/02/9609	HIGIENE E EMBELEZAMENTO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	S	N
BARBEIRO	01/05/9602	CABELEIREIROS, MANICURE E PEDICURE	S	N
BARQUEIRO (A)	5099-8/99	OUTROS TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	S
BARRAQUEIRO (A)	4712-1/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS	N	S
BENEFICIADOR (A) DE CASTANHA	1031-7/00	FABRICANTE DE CONSERVAS DE FRUTAS	N	S
BIKEBOY (CICLISTA MENSAGEIRO)	02/02/5320	SERVIÇOS DE ENTREGA RÁPIDA	S	N
BIKE PROPAGANDISTA	7319-0/99	OUTRAS ATIVIDADES DE PUBLICIDADE NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	S	N
BOLACHEIRO (A)/BISCOITEIRO (A)	1092-9/00	FABRICAÇÃO DE BISCOITOS E BOLACHAS	N	S
BOMBEIRO (A) HIDRÁULICO	01/03/4322	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE GÁS	S	N

(Continua...)

(Continua...)

BONELEIRO (A) (FABRICANTE DE BONÉS)	1414-2/00	FABRICAÇÃO DE ACESSÓRIOS DO VESTUÁRIO, EXCETO PARA SEGURANÇA E PROTEÇÃO	N	S
BORDADEIRO (A)	1340-5/99	OUTROS SERVIÇOS DE ACABAMENTO EM FIOS, TECIDOS, ARTEFATOS TÊXTEIS E PEÇAS DO VESTUÁRIO	S	N
BORRACHEIRO (A)	4520-0/06	SERVIÇOS DE BORRACHARIA PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES	S	N
BRITADOR	01/05/2391	BRITAMENTO DE PEDRAS, EXCETO ASSOCIADO À EXTRAÇÃO	N	S
CABELEIREIRO (A)	01/05/9602	CABELEIREIROS, MANICURE E PEDICURE	S	N
CALAFETADOR (A)	05/04/4330	APLICAÇÃO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES	S	N
CALHEIRO (A)	4399-1/99	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
CAMINHONEIRO (A) DE CARGAS NÃO PERIGOSAS, INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL	02/02/4930	TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL	N	S
CANTOR (A)/MÚSICO (A) INDEPENDENTE	02/09/9001	PRODUÇÃO MUSICAL	S	N
CAPOTEIRO (A)	4520-0/08	SERVIÇOS DE CAPOTARIA	S	N

(Continua...)

(Continua...)

CARPINTEIRO (A)	1622-6/99	FABRICAÇÃO DE OUTROS ARTIGOS DE CARPINTARIA PARA CONSTRUÇÃO	N	S
CARPINTEIRO (A) INSTALADOR (A)	02/04/4330	INSTALAÇÃO DE PORTAS, JANELAS, TETOS, DIVISÓRIAS E ARMÁRIOS EMBUTIDOS DE QUALQUER MATERIAL	S	N
CARREGADOR (VEÍCULOS DE TRANSPORTES TERRESTRES)	5212-5/00	CARGA E DESCARGA	S	N
CARREGADOR DE MALAS	9609-2/99	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	S	N
CARROCEIRO - COLETA DE ENTULHOS E RESÍDUOS	3811-4/00	COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS	S	N
CARROCEIRO - TRANSPORTE DE CARGA	01/02/4930	TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, MUNICIPAL	S	N
CARROCEIRO - TRANSPORTE DE MUDANÇA	04/02/4930	TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE MUDANÇAS	S	S
CARTAZISTA, PINTOR DE FAIXAS PUBLICITÁRIAS E DE LETRAS	8299-7/99	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE ÀS EMPRESAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	S	N
CHAPELEIRO (A)	1414-2/00	FABRICAÇÃO DE ACESSÓRIOS DO VESTUÁRIO, EXCETO PARA SEGURANÇA E PROTEÇÃO	N	S
CHAVEIRO (A)	02/01/9529	CHAVEIROS	S	N

(Continua...)

(Continua...)

CHOCOLATEIRO (A)	1093-7/01	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DERIVADOS DO CACAU E DE CHOCOLATES	N	S
CHURRASQUEIRO (A) AMBULANTE	5612-1/00	SERVIÇOS AMBULANTES DE ALIMENTAÇÃO	N	S
CHURRASQUEIRO (A) EM DOMICÍLIO	02/01/5620	SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PARA EVENTOS E RECEPÇÕES – BUFÊ	S	S
CLICHERISTA	1821-1/00	SERVIÇOS DE PRÉ-IMPRESSÃO	S	N
COBRADOR (A) DE DÍVIDAS	8291-1/00	ATIVIDADES DE COBRANÇAS E INFORMAÇÕES CADASTRAIS	S	N
COLCHOEIRO (A)	3104-7/00	FABRICAÇÃO DE COLCHÕES	N	S
COLETOR DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS	3811-4/00	COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS	S	N
COLETOR DE RESÍDUOS PERIGOSOS	3812-2/00	COLETA DE RESÍDUOS PERIGOSOS	S	N
COLOCADOR (A) DE PIERCING	06/02/9609	SERVIÇOS DE TATUAGEM E COLOCAÇÃO DE PIERCING	S	N
COLOCADOR A) DE REVESTIMENTOS	05/04/4330	APLICAÇÃO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES	S	N

(Continua...)

(Continua...)

COMERCIANTE DE INSETICIDAS E RATICIDAS	4789-0/05	COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS	N	S
COMERCIANTE DE PRODUTOS PARA PISCINAS	4789-0/05	COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS	N	S
COMERCIANTE DE ANIMAIS VIVOS E DE ARTIGOS E ALIMENTOS PARA ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO	4789-0/04	COMÉRCIO VAREJISTA DE ANIMAIS VIVOS E DE ARTIGOS E ALIMENTOS PARA ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS DE ARMARINHO	02/05/4755	COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ARMARINHO	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS DE BEBÊ	4789-0/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS DE CAÇA, PESCA E CAMPING	04/06/4763	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE CAÇA, PESCA E CAMPING	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO	03/05/4755	COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS DE COLCHOARIA	02/07/4754	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE COLCHOARIA	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS DE CUTELARIA	4759-8/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS ARTIGOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS DE ILUMINAÇÃO	03/07/4754	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ILUMINAÇÃO	N	S

(Continua...)

(Continua...)

COMERCIANTE DE ARTIGOS DE JOALHERIA	01/01/4783	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE JOALHERIA	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS DE ÓPTICA	4774-1/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ÓPTICA	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS DE RELOJOARIA	02/01/4783	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE RELOJOARIA	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS DE TAPEÇARIA, CORTINAS E PERSIANAS	01/08/4759	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE TAPEÇARIA, CORTINAS E PERSIANAS	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS DE VIAGEM	02/02/4782	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE VIAGEM	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	4781-4/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS ERÓTICOS	4789-0/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS ESPORTIVOS	02/06/4763	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS FOTOGRÁFICOS E PARA FILMAGEM	4789-0/08	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS FOTOGRÁFICOS E PARA FILMAGEM	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS FUNERÁRIOS	4789-0/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S

(Continua...)

(Continua...)

COMERCIANTE DE ARTIGOS MÉDICOS E ORTOPÉDICOS	4773-3/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS MÉDICOS E ORTOPÉDICOS	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS PARA HABITAÇÃO	4759-8/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS ARTIGOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS USADOS	4785-7/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS ARTIGOS USADOS	N	S
COMERCIANTE DE BEBIDAS	4723-7/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS	N	S
COMERCIANTE DE BICICLETAS E TRICICLOS; PEÇAS E ACESSÓRIOS	03/06/4763	COMÉRCIO VAREJISTA DE BICICLETAS E TRICICLOS; PEÇAS E ACESSÓRIOS	N	S
COMERCIANTE DE SUVENIRES, BIJUTERIAS E ARTESANATOS	4789-0/01	COMÉRCIO VAREJISTA DE SUVENIRES, BIJUTERIAS E ARTESANATOS	N	S
COMERCIANTE DE BRINQUEDOS E ARTIGOS RECREATIVOS	01/06/4763	COMÉRCIO VAREJISTA DE BRINQUEDOS E ARTIGOS RECREATIVOS	N	S
COMERCIANTE DE CAL, AREIA, PEDRA BRITADA, TIJOLOS E TELHAS	4744-0/04	COMÉRCIO VAREJISTA DE CAL, AREIA, PEDRA BRITADA, TIJOLOS E TELHAS	N	S
COMERCIANTE DE CALÇADOS	01/02/4782	COMÉRCIO VAREJISTA DE CALÇADOS	N	S
COMERCIANTE DE CARVÃO E LENHA	4789-0/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S

(Continua...)



(Continua...)

COMERCIANTE DE CESTAS DE CAFÉ DA MANHÃ	4729-6/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM GERAL OU ESPECIALIZADO EM PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE COSMÉTICOS E ARTIGOS DE PERFUMARIA	4772-5/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL	N	S
COMERCIANTE DE DISCOS, CDS, DVDS E FITAS	4762-8/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE DISCOS, CDS, DVDS E FITAS	N	S
COMERCIANTE DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO	4753-9/00	COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO	N	S
COMERCIANTE DE EMBALAGENS	4789-0/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICAÇÃO	4752-1/00	COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICAÇÃO	N	S
COMERCIANTE DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA	01/02/4751	COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA	N	S
COMERCIANTE DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO	4789-0/07	COMÉRCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO	N	S
COMERCIANTE DE EXTINTORES DE INCÊNDIO	4789-0/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE FERRAGENS E FERRAMENTAS	4744-0/01	COMÉRCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS	N	S

(Continua...)

(Continua...)

COMERCIANTE DE FLORES, PLANTAS E FRUTAS ARTIFICIAIS	4789-0/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE FOGOS DE ARTIFÍCIO	4789-0/06	COMÉRCIO VAREJISTA DE FOGOS DE ARTIFÍCIO E ARTIGOS PIROTÉCNICOS	N	S
COMERCIANTE DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP)	4784-9/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP)	N	S
COMERCIANTE DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E ACESSÓRIOS	4756-3/00	COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E ACESSÓRIOS	N	S
COMERCIANTE DE LATICÍNIOS	03/01/4721	COMÉRCIO VAREJISTA DE LATICÍNIOS E FRIOS	N	S
COMERCIANTE DE LUBRIFICANTES	4732-6/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE LUBRIFICANTES	N	S
COMERCIANTE DE MADEIRA E ARTEFATOS	4744-0/02	COMÉRCIO VAREJISTA DE MADEIRA E ARTEFATOS	N	S
COMERCIANTE DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL	4744-0/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL	N	S
COMERCIANTE DE MATERIAIS HIDRÁULICOS	4744-0/03	COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS	N	S
COMERCIANTE DE MATERIAL ELÉTRICO	4742-3/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO	N	S

(Continua...)

(Continua...)

COMERCIANTE DE MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS	04/07/4771	COMÉRCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS	N	S
COMERCIANTE DE MIUDEZAS E QUINQUILHARIAS	4713-0/02	LOJAS DE VARIEDADES, EXCETO LOJAS DE DEPARTAMENTOS OU MAGAZINES	N	S
COMERCIANTE DE MOLDURAS E QUADROS	4789-0/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE MÓVEIS	01/07/4754	COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS	N	S
COMERCIANTE DE OBJETOS DE ARTE	4789-0/03	COMÉRCIO VAREJISTA DE OBJETOS DE ARTE	N	S
COMERCIANTE DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES	03/07/4530	COMÉRCIO A VAREJO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES	N	S
COMERCIANTE DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA APARELHOS ELETROELETRÔNICOS PARA USO DOMÉSTICO	4757-1/00	COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA APARELHOS ELETROELETRÔNICOS PARA USO DOMÉSTICO, EXCETO INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO	N	S
COMERCIANTE DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA MOTOCICLETAS E MOTONETAS	05/02/4541	COMÉRCIO A VAREJO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA MOTOCICLETAS E MOTONETAS	N	S
COMERCIANTE DE PEÇAS E ACESSÓRIOS USADOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES	04/07/4530	COMÉRCIO A VAREJO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS USADOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES	N	S
COMERCIANTE DE PERUCAS	4789-0/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S

(Continua...)

(Continua...)

COMERCIANTE DE PLANTAS, FLORES NATURAIS, VASOS E ADUBOS	4789-0/02	COMÉRCIO VAREJISTA DE PLANTAS E FLORES NATURAIS	N	S
COMERCIANTE DE PNEUMÁTICOS E CÂMARAS-DE-AR	05/07/4530	COMÉRCIO A VAREJO DE PNEUMÁTICOS E CÂMARAS-DE-AR	N	S
COMERCIANTE DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL	4772-5/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL	N	S
COMERCIANTE DE PRODUTOS DE LIMPEZA	4789-0/05	COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS	N	S
COMERCIANTE DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO	02/01/4721	PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE REVENDA	N	S
COMERCIANTE DE PRODUTOS DE TABACARIA	01/06/4729	TABACARIA	N	S
COMERCIANTE DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS HOMEOPÁTICOS	03/07/4771	COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS HOMEOPÁTICOS	N	S
COMERCIANTE DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, SEM MANIPULAÇÃO DE FÓRMULAS	01/07/4771	COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, SEM MANIPULAÇÃO DE FÓRMULAS	N	S
COMERCIANTE DE PRODUTOS NATURAIS	4729-6/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM GERAL OU ESPECIALIZADO EM PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE PRODUTOS PARA FESTAS E NATAL	4789-0/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S

(Continua...)

(Continua...)

COMERCIANTE DE PRODUTOS RELIGIOSOS	4789-0/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE REDES PARA DORMIR	4789-0/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE SISTEMA DE SEGURANÇA RESIDENCIAL	4759-8/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS ARTIGOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE TECIDOS	01/05/4755	COMÉRCIO VAREJISTA DE TECIDOS	N	S
COMERCIANTE DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA	4741-5/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA	N	S
COMERCIANTE DE TOLDOS E PAPEL DE PAREDE	4759-8/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS ARTIGOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE VIDROS	4743-1/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE VIDROS	N	S
COMPOTEIRO (A)	1031-7/00	FABRICAÇÃO DE CONSERVAS DE FRUTAS	N	S
CONFECCIONADOR (A) DE CARIMBOS	3299-0/02	FABRICAÇÃO DE CANETAS, LÁPIS E OUTROS ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO	N	S
CONFECCIONADOR (A) DE FRALDAS DESCARTÁVEIS	1742-7/01	FABRICAÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS	N	S

(Continua...)

(Continua...)

CONFEITEIRO (A)	1091-1/02	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUÇÃO PRÓPRIA.	N	S
CONTADOR (A) /TÉCNICO (A) CONTÁBIL	01/06/6920	ATIVIDADES DE CONTABILIDADE	S	N
COSTUREIRO (A) DE ROUPAS, EXCETO SOB MEDIDA	1412-6/01	CONFECÇÃO DE PEÇAS DE VESTUÁRIO, EXCETO ROUPAS ÍNTIMAS E AS CONFECIONADAS SOB MEDIDA	S	S
COSTUREIRO (A) DE ROUPAS, SOB MEDIDA	1412-6/02	CONFECÇÃO, SOB MEDIDA, DE PEÇAS DO VESTUÁRIO, EXCETO ROUPAS ÍNTIMAS	S	N
COVEIRO	03/03/9603	SERVIÇOS DE SEPULTAMENTO	S	N
COZINHEIRO (A) QUE FORNECE REFEIÇÕES PRONTAS E EMBALADAS PARA CONSUMO	04/01/5620	FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA CONSUMO DOMICILIAR	N	S
CRIADOR (A) DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	0159-8/02	CRIAÇÃO DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO	N	S
CRIADOR (A) DE PEIXES ORNAMENTAIS EM ÁGUA DOCE	0322-1/04	CRIAÇÃO DE PEIXES ORNAMENTAIS EM ÁGUA DOCE	N	S
CRIADOR (A) DE PEIXES ORNAMENTAIS EM ÁGUA SALGADA	0321-3/04	CRIAÇÃO DE PEIXES ORNAMENTAIS EM ÁGUA SALGADA E SALOIRA	N	S
CROCHETEIRO (A)	1422-3/00	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO, PRODUZIDOS EM MALHARIAS E TRICOTAGENS, EXCETO MEIAS	N	S

(Continua...)

(Continua...)

CUIDADOR (A) DE ANIMAIS (PET SITTER)	08/02/9609	HIGIENE E EMBELEZAMENTO DE ANIMAIS	S	N
CUIDADOR (A) DE IDOSOS E ENFERMOS	8712-3/00	ATIVIDADES DE FORNECIMENTO DE INFRA-ESTRUTURA DE APOIO E ASSISTÊNCIA A PACIENTE NO DOMICÍLIO	S	N
CUNHADOR (A) DE MOEDAS E MEDALHAS	03/06/3211	CUNHAGEM DE MOEDAS E MEDALHAS	N	S
CURTIDOR DE COURO	1510-6/00	CURTIMENTO E OUTRAS PREPARAÇÕES DE COURO	N	S
CUSTOMIZADOR (A) DE ROUPAS	1340-5/99	OUTROS SERVIÇOS DE ACABAMENTO EM FIOS, TECIDOS, ARTEFATOS TÊXTEIS E PEÇAS DO VESTUÁRIO	S	N
DEDETIZADOR (A)	8122-2/00	IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS	S	N
DEPILADOR (A)	02/05/9602	ATIVIDADES DE ESTÉTICA E OUTROS SERVIÇOS DE CUIDADOS COM A BELEZA	S	N
DIARISTA	9700-5/00	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	S	N
DIGITADOR (A)	8219-9/99	PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
DISC JOCKEY (DJ) OU VIDEO JOCKEY (VJ)	06/09/9001	ATIVIDADES DE SONORIZAÇÃO E DE ILUMINAÇÃO	S	N

(Continua...)

(Continua...)

DISTRIBUIDOR (A) DE ÁGUA POTÁVEL EM CAMINHÃO PIPA	02/06/3600	DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POR CAMINHÕES	S	S
DOCEIRO (A)	04/01/5620	FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA CONSUMO DOMICILIAR	N	S
DUBLADOR (A)	5912-0/01	SERVIÇOS DE DUBLAGEM	S	N
EDITOR (A) DE JORNAIS DIÁRIOS	01/03/5812	EDITOR DE JORNAIS DIÁRIOS	S	N
EDITOR (A) DE JORNAIS NÃO DIÁRIOS	02/03/5812	EDITOR DE JORNAIS NÃO DIÁRIOS	S	N
EDITOR (A) DE LISTA DE DADOS E DE OUTRAS INFORMAÇÕES	5819-1/00	EDIÇÃO DE CADASTROS, LISTAS E DE OUTROS PRODUTOS GRÁFICOS	S	N
EDITOR (A) DE LIVROS	5811-5/00	EDIÇÃO DE LIVROS	S	N
EDITOR (A) DE REVISTAS	5813-1/00	EDIÇÃO DE REVISTAS	S	N
EDITOR (A) DE VÍDEO	5912-0/99	ATIVIDADES DE PÓS-PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA, DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	S	N
ELETRICISTA DE AUTOMÓVEIS	4520-0/03	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO ELÉTRICA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	S	N

(Continua...)



(Continua...)

ELETRICISTA EM RESIDÊNCIAS E ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS	4321-5/00	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA	S	N
ENCADERNADOR (A) /PLASTIFICADOR (A)	1822-9/01	SERVIÇOS DE ENCADERNAÇÃO E PLASTIFICAÇÃO	S	N
ENCANADOR	01/03/4322	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE GÁS	S	N
ENGRAXATE	9609-2/99	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	S	N
ENTREGADOR DE MALOTES	01/02/5320	SERVIÇOS DE MALOTE NÃO REALIZADOS PELO CORREIO NACIONAL	S	S
ENVASADOR (A) E EMPACOTADOR A)	8292-0/00	ENVASAMENTO E EMPACOTAMENTO SOB CONTRATO	S	N
ESTAMPADOR (A) DE PEÇAS DO VESTUÁRIO	1340-5/01	ESTAMPARIA E TEXTURIZAÇÃO EM FIOS, TECIDOS, ARTEFATOS TÊXTEIS E PEÇAS DO VESTUÁRIO	S	N
ESTETICISTA	02/05/9602	ATIVIDADES DE ESTÉTICA E OUTROS SERVIÇOS DE CUIDADOS COM A BELEZA	S	N
ESTETICISTA DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	07/02/9609	HIGIENE E EMBELEZAMENTO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	S	N
ESTOFADOR (A)	05/01/9529	REPARAÇÃO DE ARTIGOS DO MOBILIÁRIO	S	N

(Continua...)

(Continua...)

FABRICANTE DE ABSORVENTES HIGIÊNICOS	1742-7/02	FABRICAÇÃO DE ABSORVENTES HIGIÊNICOS	N	S
FABRICANTE DE AÇÚCAR MASCAVO	1071-6/00	FABRICAÇÃO DE AÇÚCAR EM BRUTO	N	S
FABRICANTE DE AMENDOIM E CASTANHA DE CAJU TORRADOS E SALGADOS	1031-7/00	FABRICANTE DE CONSERVAS DE FRUTAS	N	S
FABRICANTE DE ÁGUAS NATURAIS	1122-4/99	FABRICAÇÃO DE OUTRAS BEBIDAS NÃO-ALCOÓLICAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	N	S
FABRICANTE DE ALIMENTOS PRONTOS CONGELADOS	1096-1/00	FABRICAÇÃO DE ALIMENTOS E PRATOS PRONTOS	N	S
FABRICANTE DE AMIDO E FÉCULAS DE VEGETAIS	1065-1/01	FABRICAÇÃO DE AMIDOS E FÉCULAS DE VEGETAIS	N	S
FABRICANTE DE ARTEFATOS DE FUNILARIA	01/02/2532	PRODUÇÃO DE ARTEFATOS ESTAMPADOS DE METAL	N	S
FABRICANTE DE ARTEFATOS ESTAMPADOS DE METAL, SOB ENCOMENDA OU NÃO	01/02/2532	PRODUÇÃO DE ARTEFATOS ESTAMPADOS DE METAL	S	S
FABRICANTE DE ARTEFATOS PARA PESCA E ESPORTE	3230-2/00	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS PARA PESCA E ESPORTE	N	S
FABRICANTE DE ARTEFATOS TÊXTEIS PARA USO DOMÉSTICO	1351-1/00	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS TÊXTEIS PARA USO DOMÉSTICO	N	S

(Continua...)

(Continua...)

FABRICANTE DE ARTIGOS DE CUTELARIA	2541-1/00	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE CUTELARIA	N	S
FABRICANTE DE AVIAMENTOS PARA COSTURA	3299-0/05	FABRICAÇÃO DE AVIAMENTOS PARA COSTURA	N	S
FABRICANTE DE BALAS, CONFEITOS E FRUTAS CRISTALIZADAS	1093-7/02	FABRICAÇÃO DE FRUTAS CRISTALIZADAS, BALAS E SEMELHANTES	N	S
FABRICANTE DE BOLSAS/BOLSEIRO	1521-1/00	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS PARA VIAGEM, BOLSAS E SEMELHANTES DE QUALQUER MATERIAL	N	S
FABRICANTE DE BRINQUEDOS NÃO ELETRÔNICOS	3240-0/99	FABRICAÇÃO DE OUTROS BRINQUEDOS E JOGOS RECREATIVOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
FABRICANTE DE CALÇADOS DE BORRACHA, MADEIRA E TECIDOS E FIBRAS	1539-4/00	FABRICAÇÃO DE CALÇADOS DE MATERIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
FABRICANTE DE CALÇADOS DE COURO	1531-9/01	FABRICAÇÃO DE CALÇADOS DE COURO	N	S
FABRICANTE DE CHÁ	1099-6/05	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS PARA INFUSÃO (CHÁ, MATE, ETC.)	N	S
FABRICANTE DE CINTOS/CINTEIRO	1414-2/00	FABRICAÇÃO DE ACESSÓRIOS DO VESTUÁRIO, EXCETO PARA SEGURANÇA E PROTEÇÃO	N	S
FABRICANTE DE CONSERVAS DE FRUTAS	1031-7/00	FABRICAÇÃO DE CONSERVAS DE FRUTAS	N	S

(Continua...)

(Continua...)

FABRICANTE DE CONSERVAS DE LEGUMES E OUTROS VEGETAIS	1032-5/99	FABRICAÇÃO DE CONSERVAS DE LEGUMES E OUTROS VEGETAIS, EXCETO PALMITO	N	S
FABRICANTE DE DESINFESTANTES	2052-5/00	FABRICAÇÃO DE DESINFESTANTES DOMISSANITÁRIOS	N	S
FABRICANTE DE EMBALAGENS DE CARTOLINA E PAPEL-CARTÃO	1732-0/00	FABRICAÇÃO DE EMBALAGENS DE CARTOLINA E PAPEL-CARTÃO	N	S
FABRICANTE DE EMBALAGENS DE MADEIRA	1623-4/00	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE TANOARIA E DE EMBALAGENS DE MADEIRA	N	S
FABRICANTE DE EMBALAGENS DE PAPEL	1731-1/00	FABRICAÇÃO DE EMBALAGENS DE PAPEL	N	S
FABRICANTE DE ESPECIARIAS	1095-3/00	FABRICAÇÃO DE ESPECIARIAS, MOLHOS, TEMPEROS E CONDIMENTOS	N	S
FABRICANTE DE ESQUADRIAS METÁLICAS SOB ENCOMENDA OU NÃO	2512-8/00	FABRICAÇÃO DE ESQUADRIAS DE METAL	S	S
FABRICANTE DE FIOS DE ALGODÃO	1311-1/00	PREPARAÇÃO E FIAÇÃO DE FIBRAS DE ALGODÃO	N	S
FABRICANTE DE FIOS DE LINHO, RAMI, JUTA, SEDA E LÃ	1312-0/00	PREPARAÇÃO E FIAÇÃO DE FIBRAS TÊXTEIS NATURAIS, EXCETO ALGODÃO	N	S
FABRICANTE DE FUMO E DERIVADOS DO FUMO	1220-4/99	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS DO FUMO, EXCETO CIGARROS, CIGARRILHAS E CHARUTOS	N	S

(Continua...)

(Continua...)

FABRICANTE DE GELÉIA DE MOCOTÓ	1099-6/99	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
FABRICANTE DE GELO COMUM	1099-6/04	FABRICAÇÃO DE GELO COMUM	N	S
FABRICANTE DE GUARDA-CHUVAS E SIMILARES	3299-0/01	FABRICAÇÃO DE GUARDA-CHUVAS E SIMILARES	N	S
FABRICANTE DE GUARDANAPOS E COPOS DE PAPEL	1742-7/99	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE PAPEL PARA USO DOMÉSTICO E HIGIÊNICO-SANITÁRIO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
FABRICANTE DE INSTRUMENTOS MUSICAIS	3220-5/00	FABRICAÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS, PEÇAS E ACESSÓRIOS	N	S
FABRICANTE DE JOGOS RECREATIVOS	3240-0/99	FABRICAÇÃO DE OUTROS BRINQUEDOS E JOGOS RECREATIVOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
FABRICANTE DE LATICÍNIOS	1052-0/00	FABRICAÇÃO DE LATICÍNIOS	N	S
FABRICANTE DE LETREIROS, PLACAS E PAINÉIS NÃO LUMINOSOS, SOB ENCOMENDA OU NÃO	3299-0/03	FABRICAÇÃO DE LETRAS, LETREIROS E PLACAS DE QUALQUER MATERIAL, EXCETO LUMINOSOS	S	S
FABRICANTE DE LUMINÁRIAS E OUTROS EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO	02/06/2740	FABRICAÇÃO DE LUMINÁRIAS E OUTROS EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO	N	S
FABRICANTE DE MALAS	1521-1/00	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS PARA VIAGEM, BOLSAS E SEMELHANTES DE QUALQUER MATERIAL	N	S

(Continua...)

(Continua...)

FABRICANTE DE MASSAS ALIMENTÍCIAS	1094-5/00	FABRICAÇÃO DE MASSAS ALIMENTÍCIAS	N	S
FABRICANTE DE MEIAS	1421-5/00	FABRICAÇÃO DE MEIAS	N	S
FABRICANTE DE MOCHILAS E CARTEIRAS	1521-1/00	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS PARA VIAGEM, BOLSAS E SEMELHANTES DE QUALQUER MATERIAL	N	S
FABRICANTE DE PAINÉIS E LETREIROS LUMINOSOS	3299-0/04	FABRICAÇÃO DE PAINÉIS E LETREIROS LUMINOSOS	N	S
FABRICANTE DE PÃO DE QUEIJO CONGELADO	1091-1/01	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO INDUSTRIAL	N	S
FABRICANTE DE PAPEL	1721-4/00	FABRICAÇÃO DE PAPEL	N	S
FABRICANTE DE PARTES DE PEÇAS DO VESTUÁRIO – FACÇÃO	1412-6/03	FACÇÃO DE PEÇAS DO VESTUÁRIO, EXCETO ROUPAS ÍNTIMAS	S	S
FABRICANTE DE PARTES DE ROUPAS ÍNTIMAS – FACÇÃO	1411-8/02	FACÇÃO DE ROUPAS ÍNTIMAS	S	S
FABRICANTE DE PARTES DE ROUPAS PROFISSIONAIS – FACÇÃO	1413-4/03	FACÇÃO DE ROUPAS PROFISSIONAIS	S	S
FABRICANTE DE PARTES PARA CALÇADOS	1540-8/00	FABRICAÇÃO DE PARTES PARA CALÇADOS, DE QUALQUER MATERIAL	S	S

(Continua...)

(Continua...)

FABRICANTE DE POLPAS DE FRUTAS	1031-7/00	FABRICAÇÃO DE CONSERVAS DE FRUTAS	N	S
FABRICANTE DE PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL	2063-1/00	FABRICAÇÃO DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL	N	S
FABRICANTE DE PRODUTOS DE LIMPEZA	2062-2/00	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E POLIMENTO	N	S
FABRICANTE DE PRODUTOS DE SOJA	1099-6/99	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
FABRICANTE DE PRODUTOS DE TECIDO NÃO TECIDO PARA USO ODONTO-MÉDICO-HOSPITALAR	02/02/3292	FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS PARA SEGURANÇA PESSOAL E PROFISSIONAL	N	S
FABRICANTE DE PRODUTOS DERIVADOS DE CARNE	1013-9/01	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE CARNE	N	S
FABRICANTE DE PRODUTOS DERIVADOS DO ARROZ	1061-9/02	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO ARROZ	N	S
FABRICANTE DE RAPADURA E MELAÇO	1071-6/00	FABRICAÇÃO DE AÇÚCAR EM BRUTO	N	S
FABRICANTE DE REFRESCOS, XAROPES E PÓS PARA REFRESCOS	1122-4/03	FABRICAÇÃO DE REFRESCOS, XAROPES E PÓS PARA REFRESCOS, EXCETO REFRESCOS DE FRUTAS	N	S
FABRICANTE DE ROUPAS ÍNTIMAS	1411-8/01	CONFECÇÃO DE ROUPAS ÍNTIMAS	N	S

(Continua...)

(Continua...)

FABRICANTE DE SABÕES E DETERGENTES SINTÉTICOS	2061-4/00	FABRICAÇÃO DE SABÕES E DETERGENTES SINTÉTICOS	N	S
FABRICANTE DE SUCOS CONCENTRADOS DE FRUTAS, HORTALIÇAS E LEGUMES	1033-3/01	FABRICAÇÃO DE SUCOS CONCENTRADOS DE FRUTAS, HORTALIÇAS E LEGUMES	N	S
FABRICANTE DE SUCOS DE FRUTAS, HORTALIÇAS E LEGUMES	1033-3/02	FABRICAÇÃO DE SUCOS DE FRUTAS, HORTALIÇAS E LEGUMES, EXCETO CONCENTRADOS	N	S
FABRICANTE DE VELAS, INCLUSIVE DECORATIVAS	3299-0/06	FABRICAÇÃO DE VELAS, INCLUSIVE DECORATIVAS	N	S
FARINHEIRO DE MANDIOCA	1063-5/00	FABRICAÇÃO DE FARINHA DE MANDIOCA E DERIVADOS	N	S
FARINHEIRO DE MILHO	1064-3/00	FABRICAÇÃO DE FARINHA DE MILHO E DERIVADOS, EXCETO ÓLEOS DE MILHO	N	S
FERRAMENTEIRO (A)	2543-8/00	FABRICAÇÃO DE FERRAMENTAS	N	S
FERREIRO/FORJADOR	2543-8/00	FABRICAÇÃO DE FERRAMENTAS	N	S
FILMADOR (A)	7420-0/04	FILMAGEM DE FESTAS E EVENTOS	S	N
FORNECEDOR (A) DE ALIMENTOS PREPARADOS PARA EMPRESAS	01/01/5620	FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA EMPRESAS	N	S

(Continua...)



(Continua...)

FOSSEIRO (LIMPADOR DE FOSSA)	3702-9/00	ATIVIDADES RELACIONADAS A ESGOTO, EXCETO A GESTÃO DE REDES	S	N
FOTOCOPIADOR (A)	01/09/8219	FOTOCÓPIAS	S	N
FOTÓGRAFO (A)	7420-0/01	ATIVIDADES DE PRODUÇÃO DE FOTOGRAFIAS, EXCETO AÉREA E SUBMARINA	S	N
FOTÓGRAFO (A) AÉREO	7420-0/02	ATIVIDADES DE PRODUÇÃO DE FOTOGRAFIAS AÉREAS E SUBMARINAS	S	N
FOTÓGRAFO (A) SUBMARINO	7420-0/02	ATIVIDADES DE PRODUÇÃO DE FOTOGRAFIAS AÉREAS E SUBMARINAS	S	N
FUNILEIRO / LANTERNEIRO	4520-0/02	SERVIÇOS DE LANTERNAGEM OU FUNILARIA E PINTURA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	S	N
GALVANIZADOR (A)	2539-0/02	SERVIÇOS DE TRATAMENTO E REVESTIMENTO EM METAIS	S	N
GESSEIRO (A)	03/04/4330	OBRAS DE ACABAMENTO EM GESSO E ESTUQUE	S	N
GRAVADOR (A) DE CARIMBOS	03/07/8299	SERVIÇOS DE GRAVAÇÃO DE CARIMBOS, EXCETO CONFECÇÃO	S	N
GUARDADOR (A) DE MÓVEIS	02/07/5211	GUARDA-MÓVEIS	S	N

(Continua...)

(Continua...)

GUIA DE TURISMO	7912-1/00	OPERADORES TURÍSTICOS	S	N
GUINCHEIRO (REBOQUE DE VEÍCULOS)	5229-0/02	SERVIÇOS DE REBOQUE DE VEÍCULOS	S	N
HUMORISTA E CONTADOR DE HISTÓRIAS	01/09/9001	PRODUÇÃO TEATRAL	S	N
INSTALADOR (A) DE ANTENAS DE TV	4321-5/00	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA	S	N
INSTALADOR (A) DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA DOMICILIAR E EMPRESARIAL, SEM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E	4321-5/00	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA	S	N
INSTALADOR (A) DE EQUIPAMENTOS PARA ORIENTAÇÃO À NAVEGAÇÃO MARÍTIMA, FLUVIAL E LACUSTRE	02/01/4329	INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ORIENTAÇÃO À NAVEGAÇÃO MARÍTIMA, FLUVIAL E LACUSTRE	S	N
INSTALADOR (A) DE ISOLANTES ACÚSTICOS E DE VIBRAÇÃO	05/01/4329	TRATAMENTOS TÉRMICOS, ACÚSTICOS OU DE VIBRAÇÃO	S	N
INSTALADOR (A) DE ISOLANTES TÉRMICOS	05/01/4329	TRATAMENTOS TÉRMICOS, ACÚSTICOS OU DE VIBRAÇÃO	S	N
INSTALADOR (A) DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	3321-0/00	INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	S	N
INSTALADOR (A) DE PAINÉIS PUBLICITÁRIOS	01/01/4329	INSTALAÇÃO DE PAINÉIS PUBLICITÁRIOS	S	N

(Continua...)

(Continua...)

INSTALADOR (A) DE REDE DE COMPUTADORES	6190-6/99	OUTRAS ATIVIDADES DE TELECOMUNICAÇÕES NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	S	N
INSTALADOR (A) DE SISTEMA DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO	03/03/4322	INSTALAÇÕES DE SISTEMA DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO	S	N
INSTALADOR (A) E REPARADOR (A) DE ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS	4520-0/07	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS AUTOMÓTORES	S	N
INSTALADOR (A) E REPARADOR (A) DE ELEVADORES, ESCADAS E ESTEIRAS ROLANTES	03/01/4329	INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE ELEVADORES, ESCADAS E ESTEIRAS ROLANTES	S	N
INSTALADOR (A) E REPARADOR DE COFRES, TRANCAS E TRAVAS DE SEGURANÇA	8020-0/02	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA	S	N
INSTALADOR (A) E REPARADOR (A) DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO	02/03/4322	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO	S	N
INSTRUTOR (A) DE ARTE E CULTURA EM GERAL	8592-9/99	ENSINO DE ARTE E CULTURA NÃO ESPECIFICADO ANTERIORMENTE	S	N
INSTRUTOR (A) DE ARTES CÊNICAS	02/09/8592	ENSINO DE ARTES CÊNICAS, EXCETO DANÇA	S	N
INSTRUTOR (A) DE CURSOS GERENCIAIS	04/06/8599	TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL	S	N
INSTRUTOR (A) DE CURSOS PREPARATÓRIOS	05/06/8599	CURSOS PREPARATÓRIOS PARA CONCURSOS	S	N

(Continua...)

(Continua...)

INSTRUTOR (A) DE IDIOMAS	8593-7/00	ENSINO DE IDIOMAS	S	N
INSTRUTOR (A) DE INFORMÁTICA	03/06/8599	TREINAMENTO EM INFORMÁTICA	S	N
INSTRUTOR (A) DE MÚSICA	03/09/8592	ENSINO DE MÚSICA	S	N
JARDINEIRO (A)	8130-3/00	ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS	S	N
JORNALEIRO (A)	4761-0/02	COMÉRCIO VAREJISTA DE JORNAIS E REVISTAS	N	S
LAPIDADOR (A)	01/06/3211	LAPIDAÇÃO DE GEMAS	S	S
LAVADEIRO (A) DE ROUPAS	01/07/9601	LAVANDERIAS	S	N
LAVADEIRO (A) DE ROUPAS PROFISSIONAIS	03/07/9601	TOALHEIROS	S	N
LAVADOR (A) E POLIDOR DE CARRO	4520-0/05	SERVIÇOS DE LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E POLIMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	S	N
LAVADOR (A) DE ESTOFADO E SOFÁ	9609-2/99	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	S	N

(Continua...)

(Continua...)

LIVREIRO (A)	4761-0/01	COMÉRCIO VAREJISTA DE LIVROS	N	S
LOCADOR DE ANDAIMES	02/02/7732	ALUGUEL DE ANDAIMES	S	N
LOCADOR (A) DE APARELHOS DE JOGOS ELETRÔNICOS	01/02/7729	ALUGUEL DE APARELHOS DE JOGOS ELETRÔNICOS	N	N
LOCADOR (A) DE EQUIPAMENTOS CIENTÍFICOS, MÉDICOS E HOSPITALARES, SEM OPERADOR	7739-0/02	ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS CIENTÍFICOS, MÉDICOS E HOSPITALARES, SEM OPERADOR	N	N
LOCADOR (A) DE EQUIPAMENTOS RECREATIVOS E ESPORTIVOS	7721-7/00	ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS RECREATIVOS E ESPORTIVOS	N	N
LOCADOR (A) DE FITAS DE VÍDEO, DVDS E SIMILARES	7722-5/00	ALUGUEL DE FITAS DE VÍDEO, DVDS E SIMILARES	N	N
LOCADOR (A) DE LIVROS, REVISTAS, PLANTAS E FLORES	7729-2/99	ALUGUEL DE OUTROS OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	N
LOCADOR (A) DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS SEM OPERADOR	7731-4/00	ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS SEM OPERADOR	N	N
LOCADOR (A) DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES	01/02/7732	ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES	N	N
LOCADOR (A) DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO	7733-1/00	ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO	N	N

(Continua...)

(Continua...)

LOCADOR (A) DE MATERIAL MÉDICO	03/02/7729	ALUGUEL DE MATERIAL MÉDICO	N	N
LOCADOR (A) DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS, INCLUSIVE PARA FESTAS	02/02/7729	ALUGUEL DE MÓVEIS, UTENSÍLIOS E APARELHOS DE USO DOMÉSTICO E PESSOAL; INSTRUMENTOS MUSICAIS	N	N
LOCADOR (A) DE INSTRUMENTOS MUSICAIS	02/02/7729	ALUGUEL DE MÓVEIS, UTENSÍLIOS E APARELHOS DE USO DOMÉSTICO E PESSOAL; INSTRUMENTOS MUSICAIS	N	N
LOCADOR (A) DE OBJETOS DO VESTUÁRIO, JÓIAS E ACESSÓRIOS	7723-3/00	ALUGUEL DE OBJETOS DO VESTUÁRIO, JÓIAS E ACESSÓRIOS	N	N
LOCADOR (A) DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM	7739-0/99	ALUGUEL DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM OPERADOR	N	N
LOCADOR (A) DE PALCOS, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORÁRIO, EXCETO ANDAIMES	7739-0/03	ALUGUEL DE PALCOS, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORÁRIO, EXCETO ANDAIMES	S	N
LOCUTOR (A) DE MENSAGENS FONADAS E AO VIVO	9609-2/99	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	S	N
MÁGICO (A)	9329-8/99	OUTRAS ATIVIDADES DE RECREAÇÃO E LAZER NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
MANICURE/PEDICURE	01/05/9602	CABELEIREIROS, MANICURE E PEDICURE	S	N
MAQUIADOR (A)	02/05/9602	ATIVIDADES DE ESTÉTICA E OUTROS SERVIÇOS DE CUIDADOS COM A BELEZA	S	N

(Continua...)

(Continua...)

MARCENEIRO (A) SOB ENCOMENDA OU NÃO	3101-2/00	FABRICAÇÃO DE MÓVEIS COM PREDOMINÂNCIA DE MADEIRA	S	S
MARMITEIRO (A)	04/01/5620	FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA CONSUMO DOMICILIAR	N	S
MECÂNICO (A) DE MOTOCICLETAS E MOTONETAS	4543-9/00	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MOTOCICLETAS E MOTONETAS	S	N
MECÂNICO (A) DE VEÍCULOS	4520-0/01	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO MECÂNICA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	S	N
MERCEEIRO (A) /VENDEIRO (A)	4712-1/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS	N	S
MERGULHADOR (A) (ESCAFANDRISTA)	02/01/7490	ESCAFANDRIA E MERGULHO	S	N
MOENDEIRO (A)	1069-4/00	MOAGEM E FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
MONTADOR (A) DE MÓVEIS	01/05/3329	SERVIÇOS DE MONTAGEM DE MÓVEIS DE QUALQUER MATERIAL	S	N
MONTADOR (A) E INSTALADOR DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, PORTOS E	04/01/4329	MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS	S	N
MOTOBOY	02/02/5320	SERVIÇOS DE ENTREGA RÁPIDA	S	N

(Continua...)

(Continua...)

MOTOTAXISTA	4923-0/01	SERVIÇO DE TÁXI	S	N
MOVELEIRO (A)	3103-9/00	FABRICAÇÃO DE MÓVEIS DE OUTROS MATERIAIS, EXCETO MADEIRA E METAL	N	S
MOVELEIRO (A) DE MÓVEIS METÁLICOS	3102-1/00	FABRICAÇÃO DE MÓVEIS COM PREDOMINÂNCIA DE METAL	N	S
OLEIRO (A)	02/07/2342	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CERÂMICA E BARRO COZIDO PARA USO NA CONSTRUÇÃO, EXCETO AZULEJOS E PISOS	N	S
OPERADOR (A) DE MARKETING DIRETO	7319-0/03	MARKETING DIRETO	S	N
ORGANIZADOR (A) DE EXCURSÕES EM VEÍCULO PRÓPRIO, MUNICIPAL	03/09/4929	ORGANIZAÇÃO DE EXCURSÕES EM VEÍCULOS RODOVIÁRIOS PRÓPRIOS, MUNICIPAL	S	N
OURIVES	06/01/9529	REPARAÇÃO DE JÓIAS	S	N
PADEIRO (A)	1091-1/01	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO	N	S
PANFLETEIRO (A)	7319-0/02	PROMOÇÃO DE VENDAS	S	N
PAPELEIRO (A)	4761-0/03	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA	N	S

(Continua...)



(Continua...)

PASTILHEIRO (A)	05/04/4330	APLICAÇÃO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES	S	N
PEDREIRO	03/01/4399	OBRAS DE ALVENARIA	S	N
PEIXEIRO (A)	02/09/4722	PEIXARIA	N	S
PERSONAL TRAINER	9313-1/00	ATIVIDADES DE CONDICIONAMENTO FÍSICO	S	N
PINTOR (A) DE AUTOMÓVEIS	4520-0/02	SERVIÇOS DE LANTERNAGEM OU FUNILARIA E PINTURA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	S	N
PINTOR (A) DE PAREDE	04/04/4330	SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS EM GERAL	S	N
PIPOQUEIRO (A)	5612-1/00	SERVIÇOS AMBULANTES DE ALIMENTAÇÃO	N	S
PIROTÉCNICO (A)	02/04/2092	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS PIROTÉCNICOS	N	S
PISCINEIRO (A)	8129-0/00	ATIVIDADES DE LIMPEZA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	S	N
PIZZAILO (A) EM DOMICÍLIO	02/01/5620	SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PARA EVENTOS E RECEPÇÕES – BUFÊ	S	S

(Continua...)

(Continua...)

POCEIRO/CISTERNEIRO/CACIMBEIRO	05/01/4399	PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POÇOS DE ÁGUA	S	N
PRODUTOR DE PEDRAS PARA CONSTRUÇÃO, NÃO ASSOCIADA À EXTRAÇÃO	02/05/2391	APARELHAMENTO DE PEDRAS PARA CONSTRUÇÃO, EXCETO ASSOCIADO À EXTRAÇÃO	N	S
PROFESSOR (A) PARTICULAR	8599-6/99	OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	S	N
PROMOTOR (A) DE EVENTOS	8230-0/01	SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS	S	N
PROMOTOR (A) DE TURISMO LOCAL	7990-2/00	SERVIÇOS DE RESERVAS E OUTROS SERVIÇOS DE TURISMO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
PROMOTOR (A) DE VENDAS	7319-0/02	PROMOÇÃO DE VENDAS	S	N
PROPRIETÁRIO (A) DE ALBERGUE NÃO ASSISTENCIAL	01/06/5590	ALBERGUES, EXCETO ASSISTENCIAIS	S	N
PROPRIETÁRIO (A) DE BAR E CONGÊNERES	02/02/5611	BARES E OUTROS ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS EM SERVIR BEBIDAS	N	S
PROPRIETÁRIO (A) DE CAMPING	02/06/5590	CAMPINGS	S	N
PROPRIETÁRIO (A) DE CANTINAS	03/01/5620	CANTINAS - SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PRIVATIVOS	N	S

(Continua...)

(Continua...)

PROPRIETÁRIO (A) DE CARRO DE SOM PARA FINS PUBLICITÁRIOS	7319-0/99	OUTRAS ATIVIDADES DE PUBLICIDADE NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	S	N
PROPRIETÁRIO (A) DE CASA DE CHÁ	03/02/5611	LANCHONETES, CASAS DE CHÁ, DE SUCOS E SIMILARES	N	S
PROPRIETÁRIO (A) DE CASA DE SUCOS	03/02/5611	LANCHONETES, CASAS DE CHÁ, DE SUCOS E SIMILARES	N	S
PROPRIETÁRIO (A) DE CASAS DE FESTAS E EVENTOS	8230-0/02	CASAS DE FESTAS E EVENTOS	S	N
PROPRIETÁRIO (A) DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS	5223-1/00	ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS	S	N
PROPRIETÁRIO (A) DE FLIPERAMA	04/08/9329	EXPLORAÇÃO DE JOGOS ELETRÔNICOS RECREATIVOS	S	N
PROPRIETÁRIO (A) DE HOSPEDARIA	5590-6/99	OUTROS ALOJAMENTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
PROPRIETÁRIO (A) DE LANCHONETE	03/02/5611	LANCHONETES, CASAS DE CHÁ, DE SUCOS E SIMILARES	N	S
PROPRIETÁRIO (A) DE PENSÃO	03/06/5590	PENSÕES (ALOJAMENTO)	S	N
PROPRIETÁRIO (A) DE RESTAURANTE	01/02/5611	RESTAURANTES E SIMILARES	N	S

(Continua...)

(Continua...)

PROPRIETÁRIO (A) DE SALA DE ACESSO À INTERNET	07/07/8299	SALAS DE ACESSO À INTERNET	S	N
PROPRIETÁRIO (A) DE SALÃO DE JOGOS DE SINUCA E BILHAR	03/08/9329	EXPLORAÇÃO DE JOGOS DE SINUCA, BILHAR E SIMILARES	S	N
QUEIJEIRO (A) / MANTEIGUEIRO (A)	1052-0/00	FABRICAÇÃO DE LATICÍNIOS	N	S
QUITANDEIRO (A)	4729-6/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM GERAL OU ESPECIALIZADO EM PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
QUITANDEIRO (A) AMBULANTE	5612-1/00	SERVIÇOS AMBULANTES DE ALIMENTAÇÃO	N	S
RECARREGADOR (A) DE CARTUCHOS PARA EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	02/02/4751	RECARGA DE CARTUCHOS PARA EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	S	S
RECICLADOR (A) DE BORRACHA, MADEIRA, PAPEL E VIDRO	3839-4/99	RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	S
RECICLADOR (A) DE MATERIAIS METÁLICOS, EXCETO ALUMÍNIO	3831-9/99	RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS METÁLICOS, EXCETO ALUMÍNIO	S	S
RECICLADOR (A) DE MATERIAIS PLÁSTICOS	3832-7/00	RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS PLÁSTICOS	S	S
RECICLADOR (A) DE SUCATAS DE ALUMÍNIO	01/09/3831	RECUPERAÇÃO DE SUCATAS DE ALUMÍNIO	S	S

(Continua...)

(Continua...)

REDEIRO (A)	1353-7/00	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CORDOARIA	N	S
RELOJOEIRO (A)	03/01/9529	REPARAÇÃO DE RELÓGIOS	S	N
REMOVEDOR E EXUMADOR DE CADÁVER	9603-3/99	ATIVIDADES FUNERÁRIAS E SERVIÇOS RELACIONADOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
RENDEIRO (A)	1359-6/00	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS TÊXTEIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
REPARADOR (A) DE APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO E CONTROLE DE ENERGIA ELÉTRICA	3313-9/99	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR (A) DE ARTIGOS DE TAPEÇARIA	05/01/9529	REPARAÇÃO DE ARTIGOS DO MOBILIÁRIO	S	N
REPARADOR (A) DE ARTIGOS E ACESSÓRIOS DO VESTUÁRIO	9529-1/99	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OUTROS OBJETOS E EQUIPAMENTOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR (A) DE BALANÇAS INDUSTRIAIS E COMERCIAIS	10/07/3314	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USO GERAL NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR (A) DE BATERIAS E ACUMULADORES ELÉTRICOS, EXCETO PARA VEÍCULOS	02/09/3313	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BATERIAS E ACUMULADORES ELÉTRICOS, EXCETO PARA VEÍCULOS	S	N
REPARADOR (A) DE BICICLETA	04/01/9529	REPARAÇÃO DE BICICLETAS, TRICICLOS E OUTROS VEÍCULOS NÃO-MOTORIZADOS	S	N

(Continua...)

(Continua...)

REPARADOR (A) DE BRINQUEDOS	9529-1/99	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OUTROS OBJETOS E EQUIPAMENTOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR (A) DE CORDAS, VELAMES E LONAS	3319-8/00	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR (A) DE EMBARCAÇÕES PARA ESPORTE E LAZER	02/01/3317	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EMBARCAÇÕES PARA ESPORTE E LAZER	S	N
REPARADOR (A) DE EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS	9529-1/99	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OUTROS OBJETOS E EQUIPAMENTOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR (A) DE EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E PNEUMÁTICOS, EXCETO VÁLVULAS	02/07/3314	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E PNEUMÁTICOS, EXCETO VÁLVULAS	S	N
REPARADOR (A) DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES NÃO-ELETRÔNICOS	3319-8/00	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR (A) DE EXTINTOR DE INCÊNDIO	10/07/3314	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USO GERAL NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR (A) DE FILTROS INDUSTRIAIS	10/07/3314	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USO GERAL NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR (A) DE GERADORES, TRANSFORMADORES E MOTORES ELÉTRICOS	01/09/3313	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE GERADORES, TRANSFORMADORES E MOTORES ELÉTRICOS	S	N
REPARADOR (A) DE GUARDA CHUVA E SOMBRINHAS	9529-1/99	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OUTROS OBJETOS E EQUIPAMENTOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N

(Continua...)

(Continua...)

REPARADOR (A) DE INSTRUMENTOS MUSICAIS	9529-1/99	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OUTROS OBJETOS E EQUIPAMENTOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR (A) DE MÁQUINAS DE ESCREVER, CALCULAR E DE OUTROS EQUIPAMENTOS NÃO-ELETRÔNICOS PARA ESCRITÓRIO	09/07/3314	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS DE ESCREVER, CALCULAR E DE OUTROS EQUIPAMENTOS NÃO-ELETRÔNICOS PARA ESCRITÓRIO	S	N
REPARADOR (A) DE MÁQUINAS E APARELHOS DE REFRIGERAÇÃO E VENTILAÇÃO PARA USO INDUSTRIAL E COMERCIAL	07/07/3314	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS E APARELHOS DE REFRIGERAÇÃO E VENTILAÇÃO PARA USO INDUSTRIAL E COMERCIAL	S	N
REPARADOR (A) DE MÁQUINAS E APARELHOS PARA A INDÚSTRIA GRÁFICA	3314-7/99	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USOS INDUSTRIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR (A) DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA A INDÚSTRIA DA MADEIRA	3314-7/99	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USOS INDUSTRIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR (A) DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA A INDÚSTRIA TÊXTIL, DO VESTUÁRIO, DO COURO E CALÇADOS	20/07/3314	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA A INDÚSTRIA TÊXTIL, DO VESTUÁRIO, DO COURO E CALÇADOS	S	N
REPARADOR (A) DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA AGRICULTURA E PECUÁRIA	11/07/3314	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA AGRICULTURA E PECUÁRIA	S	N
REPARADOR (A) DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA AS INDÚSTRIAS DE ALIMENTOS, BEBIDAS E FUMO	19/07/3314	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA AS INDÚSTRIAS DE ALIMENTOS, BEBIDAS E FUMO	S	N
REPARADOR (A) DE MÁQUINAS MOTRIZES NÃO-ELÉTRICAS	01/07/3314	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS MOTRIZES NÃO-ELÉTRICAS	S	N
REPARADOR (A) DE MÁQUINAS PARA BARES E LANCHONETES	10/07/3314	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USO GERAL NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N

(Continua...)

(Continua...)

REPARADOR (A) DE MÁQUINAS PARA ENCADERNAÇÃO	3314-7/99	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USOS INDUSTRIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR (A) DE MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA INSTALAÇÕES TÉRMICAS	06/07/3314	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA INSTALAÇÕES TÉRMICAS	S	N
REPARADOR (A) DE MÓVEIS	05/01/9529	REPARAÇÃO DE ARTIGOS DO MOBILIÁRIO	S	N
REPARADOR (A) DE PANEIAS (PANELEIRO)	9529-1/99	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OUTROS OBJETOS E EQUIPAMENTOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR (A) DE TANQUES, RESERVATÓRIOS METÁLICOS E CALDEIRAS, EXCETO PARA VEÍCULOS	3311-2/00	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE TANQUES, RESERVATÓRIOS METÁLICOS E CALDEIRAS, EXCETO PARA VEÍCULOS	S	N
REPARADOR (A) DE TOLDOS E PERSIANAS	05/01/9529	REPARAÇÃO DE ARTIGOS DO MOBILIÁRIO	S	N
REPARADOR (A) DE TONÉIS, BARRIS E PALETES DE MADEIRA	3319-8/00	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR (A) DE TRATORES AGRÍCOLAS	12/07/3314	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE TRATORES AGRÍCOLAS	S	N
REPARADOR (A) DE VEÍCULOS DE TRAÇÃO ANIMAL	3319-8/00	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
RESTAURADOR (A) DE INSTRUMENTOS MUSICAIS HISTÓRICOS	3319-8/00	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N

(Continua...)



(Continua...)

RESTAURADOR (A) DE JOGOS ACIONADOS POR MOEDAS	3319-8/00	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
RESTAURADOR (A) DE LIVROS	9529-1/99	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OUTROS OBJETOS E EQUIPAMENTOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
RESTAURADOR (A) DE OBRAS DE ARTE	02/07/9002	RESTAURAÇÃO DE OBRAS DE ARTE	S	N
RESTAURADOR (A) DE PRÉDIOS HISTÓRICOS	02/03/9102	RESTAURAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE LUGARES E PRÉDIOS HISTÓRICOS	S	N
RETIFICADOR (A) DE MOTORES PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES	2950-6/00	RECONDICIONAMENTO E RECUPERAÇÃO DE MOTORES PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES	S	N
REVELADOR (A) FOTOGRÁFICO	7420-0/03	LABORATÓRIOS FOTOGRÁFICOS	S	N
SALGADEIRO (A)	04/01/5620	FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA CONSUMO DOMICILIAR	N	S
SALINEIRO/EXTRATOR DE SAL MARINHO	0892-4/01	EXTRAÇÃO DE SAL MARINHO	N	S
SALSICHEIRO (A) /LINGUICEIRO (A)	1013-9/01	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE CARNE	N	S
SAPATEIRO (A)	01/01/9529	REPARAÇÃO DE CALÇADOS, DE BOLSAS E ARTIGOS DE VIAGEM	S	N

(Continua...)

(Continua...)

SELEIRO (A)	1529-7/00	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE COURO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
SEPULTADOR	03/03/9603	SERVIÇOS DE SEPULTAMENTO	S	N
SERIGRAFISTA	1813-0/99	IMPRESSÃO DE MATERIAL PARA OUTROS USOS	S	S
SERIGRAFISTA PUBLICITÁRIO	1813-0/01	IMPRESSÃO DE MATERIAL PARA USO PUBLICITÁRIO	S	S
SERRALHEIRO (A), SOB ENCOMENDA OU NÃO	2542-0/00	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE SERRALHERIA, EXCETO ESQUADRIAS	S	S
SINTEQUEIRO (A)	05/04/4330	APLICAÇÃO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES	S	N
SOLDADOR (A) / BRASADOR (A)	2539-0/01	SERVIÇOS DE USINAGEM, TORNEARIA E SOLDA	S	N
SORVETEIRO (A)	4729-6/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM GERAL OU ESPECIALIZADO EM PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
SORVETEIRO (A) AMBULANTE	5612-1/00	SERVIÇOS AMBULANTES DE ALIMENTAÇÃO	N	S
TANOEIRO (A)	1623-4/00	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE TANOARIA E DE EMBALAGENS DE MADEIRA	N	S

(Continua...)

(Continua...)

TAPECEIRO (A)	1352-9/00	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE TAPEÇARIA	N	S
TATUADOR (A)	06/02/9609	SERVIÇOS DE TATUAGEM E COLOCAÇÃO DE PIERCING	S	N
TAXISTA	4923-0/01	SERVIÇO DE TÁXI	S	N
TECELÃO ã)	1322-7/00	TECELAGEM DE FIOS DE FIBRAS TÊXTEIS NATURAIS, EXCETO ALGODÃO	N	S
TECELÃO (ã) DE ALGODÃO	1321-9/00	TECELAGEM DE FIOS DE ALGODÃO	N	S
TÉCNICO (A) DE SONORIZAÇÃO E DE ILUMINAÇÃO	06/09/9001	ATIVIDADES DE SONORIZAÇÃO E DE ILUMINAÇÃO	S	N
TÉCNICO (A) DE MANUTENÇÃO DE COMPUTADOR	9511-8/00	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E DE EQUIPAMENTOS PERIFÉRICOS	S	N
TÉCNICO (A) DE MANUTENÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS	9521-5/00	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO	S	N
TÉCNICO (A) DE MANUTENÇÃO DE TELEFONIA	9512-6/00	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	S	N
TELHADOR (A)	4399-1/99	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N

(Continua...)

(Continua...)

TINTUREIRO (A)	02/07/9601	TINTURARIAS	S	N
TORNEIRO (A) MECÂNICO	2539-0/01	SERVIÇOS DE USINAGEM, TORNEARIA E SOLDA	S	N
TOSADOR (A) DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	07/02/9609	HIGIENE E EMBELEZAMENTO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	S	N
TOSQUIADOR (A)	0162-8/02	SERVIÇO DE TOSQUIAMENTO DE OVINOS	S	N
TRANSPORTADOR (A) AQUAVIÁRIO PARA PASSEIOS TURÍSTICOS	01/08/5099	TRANSPORTE AQUAVIÁRIO PARA PASSEIOS TURÍSTICOS	S	N
TRANSPORTADOR (A) ESCOLAR	4924-8/00	TRANSPORTE ESCOLAR	S	N
TRANSPORTADOR (A) DE MUDANÇAS	04/02/4930	TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE MUDANÇAS	S	S
TRANSPORTADOR (A) INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS SOB FRETE EM REGIÃO METROPOLITANA	02/09/4929	TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL	N	S
TRANSPORTADOR (A) INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL DE TRAVESSIA POR NAVEGAÇÃO FLUVIAL	02/02/5091	TRANSPORTE POR NAVEGAÇÃO DE TRAVESSIA, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL	N	S
TRANSPORTADOR (A) MARÍTIMO DE CARGA	01/04/5011	TRANSPORTE MARÍTIMO DE CABOTAGEM - CARGA	N	S

(Continua...)

(Continua...)

TRANSPORTADOR (A) MUNICIPAL DE CARGAS NÃO PERIGOSAS (CARRETO)	01/02/4930	TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, MUNICIPAL	S	N
TRANSPORTADOR (A) MUNICIPAL DE PASSAGEIROS SOB FRETE	01/09/4929	TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, MUNICIPAL	S	N
TRANSPORTADOR (A) MUNICIPAL DE TRAVESSIA POR NAVEGAÇÃO	01/02/5091	TRANSPORTE POR NAVEGAÇÃO DE TRAVESSIA, MUNICIPAL	S	N
TRANSPORTADOR (A) MUNICIPAL HIDROVIÁRIO DE CARGAS	01/01/5021	TRANSPORTE POR NAVEGAÇÃO INTERIOR DE CARGA, MUNICIPAL, EXCETO TRAVESSIA	S	N
TRICOTEIRO (A)	1422-3/00	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO, PRODUZIDOS EM MALHARIAS E TRICOTAGENS, EXCETO MEIAS	N	S
VASSOUREIRO (A)	3291-4/00	FABRICAÇÃO DE ESCOVAS, PINCÉIS E VASSOURAS	N	S
VENDEDOR (A) AMBULANTE DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	5612-1/00	SERVIÇOS AMBULANTES DE ALIMENTAÇÃO	N	S
VENDEDOR (A) DE AVES VIVAS, COELHOS E OUTROS PEQUENOS ANIMAIS PARA ALIMENTAÇÃO	4724-5/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS	N	S
VERDUREIRO	4724-5/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS	N	S
VIDRACEIRO DE AUTOMÓVEIS	4520-0/01	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO MECÂNICA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	S	N

(Continua...)

(Conclusão.)

VIDRACEIRO DE EDIFICAÇÕES	4330-4/99	OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUÇÃO	S	N
VINAGREIRO	1099-6/01	FABRICAÇÃO DE VINAGRES	N	S

Fonte: Adaptado pela autora com base em anexo XIII da Resolução CGSN 94/2011.